

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE (UNICENTRO-PR)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

FLÁVIO JOSÉ DALAZONA

**HISTORIOGRAFIA E PRÁXIS: REFLEXÕES SOBRE OS PRESSUPOSTOS DA
DIDÁTICA DA HISTÓRIA EM CAIO PRADO JÚNIOR**

IRATI

2020

FLÁVIO JOSÉ DALAZONA

**HISTORIOGRAFIA E PRÁXIS: REFLEXÕES SOBRE OS PRESSUPOSTOS DA
DIDÁTICA DA HISTÓRIA EM CAIO PRADO JÚNIOR**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção de grau de Mestre em História, curso de Pós-Graduação em História, área de concentração “História e Regiões”, da Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO-PR.

Orientador: Prof. Dr. Geyso Dongley Germinari

Linha de Pesquisa: Espaços de Práticas e Relações de Poder

**IRATI
2020**

Catálogo na Publicação
Rede de Bibliotecas da Unicentro

D136h

Dalazona, Flávio José

Historiografia e práxis: reflexões sobre os pressupostos da didática da História em Caio Prado Júnior / Flávio José Dalazona. -- Irati, 2020.
xi, 135 f. : il. ; 28 cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração em História e Regiões. Linha de pesquisa: Espaços de Práticas e Relações de Poder, 2020.

Orientador: Geyso Dongley Germinari
Banca examinadora: Rafael Saddi Teixeira, Daniel Luiz Stefenon,
Rafael da Rocha Massuia

Bibliografia

1. Historiografia. 2. Didática da História. 3. Práxis. 4. Revolução Brasileira. I. Título. II. Programa de Pós-Graduação em História.

CDD 981



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE/UNICENTRO
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPESP
Programa de Pós-Graduação em História – PPGH
Área de Concentração – História e Regiões




TERMO DE APROVAÇÃO


Flávio José Dalazona

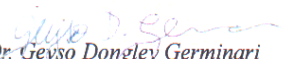
**Historiografia e Práxis: reflexões sobre os pressupostos da didática da história em
Caio Prado Júnior**

Dissertação aprovada em 29/10/2020, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre, no Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração em História e Regiões, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, pela seguinte Banca Examinadora:


Dr. Rafael Sádá Teixeira
Universidade Federal de Goiás
Titular


Dr. Daniel Luiz Stefenon
Universidade Estadual do Centro-Oeste
Titular


Dr. Rafael da Rocha Massuia
Universidade Estadual do Centro-Oeste
Titular


Dr. Geyso Dongley Germinari
Universidade Estadual do Centro-Oeste
Orientador e Presidente da Banca Examinadora

Irati – PR
2020

Agradecimentos

Todo projeto que construímos no decorrer da nossa existência jamais ocorre sem a socialização de vivências, ideias, sentimentos, angústias e alegrias. Dedico este espaço a algumas das pessoas essenciais que fizeram parte dessa trajetória.

Em primeiro lugar, à minha esposa Jessica Lukavy, que é o pilar deste trabalho. Sempre me confortando, me dando o impulso e estímulo necessário, sem ela nada deste trabalho seria concretizado. A você, todo meu amor!

Aos meus filhos, Miguel e Sofia, esperando que o porvir lhes anuncie uma realidade existencial muito melhor.

Aos meus pais, Luiz Carlos e Cleusni, que sempre foram minha fonte de inspiração por sua trajetória de lutas, para que sempre pudessem proporcionar-me condições para concretizar meus estudos.

Ao meu orientador, professor Geysy Dongley Germinari, com o qual, durante esses anos de pesquisa, construímos uma amizade intelectual muito especial, e pude aprender muito com suas orientações.

À minha querida “chefe” Luiza Nelma Fillus, que assumiu a responsabilidade de me contratar, mesmo sabendo que iria me ausentar para poder realizar aulas e eventos, uma pessoa fundamental nesta minha conquista. Uma verdadeira mecena!

Aos meus colegas que a vida me proporcionou como irmãos: Marcos Augusto Fagundes, Lucas Machado e Rafael Silva dos Santos.

Um agradecimento especial a Marcelo Ribas Filho e Leonardo Kroin, por compartilharem como eu do sonho da realização do mestrado e pelo percurso trilhado desde a graduação.

Um agradecimento especial a meu compadre Heitor Alexandre Trevisani Lipinski, pois nossas discussões iniciadas na pós-graduação transcenderam os limites acadêmicos e agora possuímos um vínculo para vida.

Agradeço a todos os meus colegas de classe por todas as experiências e reflexões vividas juntos durante as aulas na pós-graduação.

Aos meus amigos intelectuais do grupo de estudos Espaço Marx, que partilham como eu da crença de uma revolução comunista.

Agradeço aos diversos professores e funcionários da Unicentro, que contribuíram efetivamente para minha formação humana, ressaltando ainda mais o grau de importância do meu lugar social.

Agradeço à Cibele Zwar, secretária do PPGH, sempre solícita em ajudar quanto a quaisquer dúvidas, e também ao Professor Oseias de Oliveira, coordenador do mestrado durante a minha estadia como pesquisador.

Gostaria de fazer também um agradecimento especial à minha banca, na figura dos professores Rafael Massuia, pela amizade pessoal desenvolvida desde os anos de graduação, ao Professor Rafael Saddi, sendo a referência de grande parte das discussões encontradas nesta dissertação, e também ao Professor Daniel Luiz Stefenon, por aceitar fazer parte deste desafio, meus sinceros agradecimentos.

Por fim, em tempos de tamanha individualização, gostaria de socializar esta conquista. Espero que meu trabalho possa ser útil para alguém em algum momento de sua existência, que possa buscar nele uma orientação à sua luta. A todos aqueles que se indignam, dedico também a vocês esta reflexão.

Em tempos de humanidade desumanizada, de desordem sangrenta, nada deve parecer natural, porque nada deve parecer impossível de ser mudado.

Bertold Brecht

RESUMO

O objetivo da presente pesquisa é investigar a função didática da constituição histórica de sentido a partir da historiografia. Compreendemos que o campo da Didática da História situa-se como uma subdisciplina da ciência histórica, que a *priori* procura investigar os processos de aprendizagem histórica mobilizados pela consciência histórica. As discussões referentes à Didática da História (*Geschichtsdidaktik*) são originárias da Alemanha, nas décadas de 1960 e 1970. Principalmente em torno das reflexões de Jörn Rüsen, buscamos interpretar a produção historiográfica de Caio Prado Júnior acerca do passado brasileiro e de como seu pensamento historiográfico está imbricado em um projeto de orientação para a consciência histórica brasileira. Tomamos, portanto, a produção historiográfica caiopradiana como objeto de pesquisa. A problemática se concentra em torno de como se apresentam as dimensões didáticas na produção do conhecimento histórico a partir da função de orientação temporal que a própria ciência histórica é constituinte. Entende-se que a narrativa histórica se inscreve em um espaço específico, ou seja, um *locus* delimitado a partir da produção de conhecimento acerca das ações humanas no tempo. Busco reconstituir, dessa forma, a relação entre o discurso historiográfico e a sociedade, resgatando a atualidade do pensamento de Caio Prado Júnior acerca da revolução brasileira como orientação para a nossa identidade. Fundamentando-se a partir da teoria da Didática da História, entende-se que a produção historiográfica marxista inaugura um novo capítulo na trajetória historiográfica do processo histórico brasileiro, e um novo marco na concepção de sentido e função do significado do nosso passado.

Palavras-chave: Historiografia; Didática da História; Práxis; Revolução Brasileira.

ABSTRACT

The present study aims at investigating the didactic function of the historical constitution of meaning based on historiography. We comprehend that the History Didactics field is situated as a subdiscipline of historical science that, a priori, investigates the historical learning processes aroused by historical consciousness. The discussions on History Didactics (Geschichtsdidaktik) commenced in Germany between the 1960s and the 1970s. Mainly around Jörn Rüsen's considerations, we pursue to interpret Caio Prado Júnior historiographical production about the Brazilian past and how his historiographical thinking is tangled in a project to align Brazilian historical consciousness; therefore, we take Caiopradian historiographical production as an object of research. The problem centers on how didactic dimensions are presented in the production of historical knowledge considering the temporal orientation function that historical science itself is a constituent of. It is understood that the historical narrative is written in a specific space, that is, a locus delimited from the production of knowledge about human actions in time. We seek to reconstruct, in this way, the relationship between historiographic discourse and society, thus rescuing the currentness of Caio Prado Júnior thought about the Brazilian revolution as a guide to our identity. Based on the theory of History Didactics, it is understood that Marxist historiographical production inaugurates a new chapter in the historiographic trajectory of the Brazilian historical process and a new milestone in the conception of meaning and function on the meaning of our past.

Keywords: Historiographic; History Didactics; Praxis; Brazilian Revolution.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Matriz disciplinar da ciência história.....p. 65

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 A CONSTITUIÇÃO DA CIÊNCIA HISTÓRICA: UM ESPAÇO DA PRODUÇÃO DE ORIENTAÇÕES SOBRE O TEMPO	19
1.1 Historiografia e sociedade vistas a partir de uma relação paradoxal: afinal, quem orienta quem?	19
1.2 A ciência histórica no século XIX: um campo marcado pela prática da escrita	25
1.3 A narrativa historiográfica: o espaço da constituição de sentido	34
1.4 O Texto historiográfico na reflexão didática	47
CAPÍTULO 2 A HISTORIOGRAFIA E A SUA REFLEXÃO DIDÁTICA	52
2.1 Didática da História: um campo em construção	52
2.2 Principais comentadores e teóricos da didática da História	59
2.3 A narrativa historiográfica: forma e função	65
2.4 Historiografia “útil”: conhecimento histórico a serviço da vida	70
2.5 O marxismo de Caio Prado Júnior: uma nova orientação à consciência histórica brasileira	74
CAPÍTULO 3 CAIO PRADO JÚNIOR E A REVOLUÇÃO BRASILEIRA: HISTORIOGRAFIA, SENTIDO E ORIENTAÇÃO	78
3.1 O paradigma historiográfico marxista: a história orientando a revolução	78
3.2 A teoria social marxista: entre as organizações internacionais operárias do século XIX e o impacto da Revolução Russa ao recebimento das ideias marxistas no Brasil	85
3.3 Caio Prado Júnior e a ruptura de classe: do aristocrata ao “intelectual orgânico” do Partido Comunista Brasileiro	92
3.4 A historiografia caiopradiana: o encontro entre marxismo e realidade brasileira.....	96
3.5 A Revolução Brasileira: Práxis, Sentido e Orientação.....	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
REFERÊNCIAS	130

INTRODUÇÃO

A autorreflexão é, com efeito, um elemento vital no dia a dia da ciência.

Jörn Rüsen

As relações humanas do passado constantemente são ressignificadas e materializadas narrativamente pelo que se costumou chamar de historiografia. Grosso modo, a definição de historiografia abrange precisamente a escrita da história, que, de uma forma metodicamente regulada, na maioria das vezes é produzida pelo ofício do historiador. Se tomarmos a historiografia em sua aparência, ela nada mais se constituiria do que a materialização do conhecimento histórico, estruturada a partir da convenção metódica dos historiadores.

Ao adentrar os meandros de sua estrutura epistemológica – em sua essência – ela é, contudo, produto não apenas dessa relação entre historiador e o passado, mas sim uma resposta às necessidades sociais historicamente determinadas pela sociedade. Nesse aspecto, historiografia e sociedade completam uma existência dual, em que uma está diretamente ligada à outra.

A narrativa historiográfica, além de ser condicionada pelo ofício do historiador, fornece também orientação não somente a seus interlocutores, como também aos próprios escritores que são interpelados pelo conhecimento histórico. A historiografia fornece uma orientação para o agir concreto dos seres humanos em sociedade. Contudo, com o seu crescente processo de cientificização, iniciado no século XIX e consolidado no século XX, a História¹ acaba por se distanciar das relações com a vida prática.

A presente investigação tem como pressuposto estabelecer as conexões entre o espaço narrativo historiográfico e as respostas que ele fornece para a vida cotidiana. Obviamente que o escopo da produção historiográfica é amplo; assim, o recorte operacionalizado para desenvolver as análises são as produções historiográficas acerca da obra de Caio Prado Júnior e a que tipo de orientações é direcionada sua concepção de História.

O cerne da pesquisa centra-se em uma crítica metateórica à própria produção historiográfica, tomando como pressuposto que a autorreflexão é um elemento vital das

¹ Uma nota parece ser elucidativa de ser descrita para o decorrer da leitura. Como nosso objeto será o produto da ciência histórica, uma distinção necessária precisa ser mencionada: tomamos o conceito de história sob duas variantes: com “H” maiúsculo para se referir à História como ciência e história com “h” minúsculo para se referir ao processo histórico, ou às ações humanas no passado e também no presente.

produções da ciência histórica. O desenvolvimento das pesquisas em torno da teoria da História e da historiografia ganhara contornos significativos a partir dos estudos teóricos advindos da matriz teórica oriunda da Didática da História (*Geschichtsdidaktik*, de origem alemã). A tradução das obras de Jörn Rüsen, dentre outros autores, deu um contributo significativo para pensar a prática historiográfica a partir de conceitos como consciência histórica e cultura histórica.

No que concerne ao campo de pesquisa, concentra suas investigações em torno da função orientadora que o pensamento histórico desempenha na vida do agente histórico em sociedade. Porém, a Didática da História, enquanto campo, não dialoga apenas com a apreensão do saber histórico circunscrito ao ambiente escolar, deslocando suas análises para outros espaços formativos do saber histórico e a própria escrita da história referente à prática historiográfica.

A Didática da História, enquanto subdisciplina da ciência histórica, surge no final da década de 1960 e início dos anos 1970, no cenário educacional alemão. Tais discussões se originam a partir da necessidade de a sociedade alemã balizar-se temporalmente no pós-guerra. Havia uma carência temporal na sociedade e um conflito de gerações a respeito do acontecido na guerra, no tocante principalmente aos sentimentos de vergonha nacional, holocausto, dentre outros.

A sociedade alemã estava imersa em um grande paradoxo temporal, com os quais os agentes históricos precisavam lidar. Por um lado, havia a recusa ou a tentativa de esquecimento desse passado; por outro, a sociedade não podia se furtar de tais discussões e precisava acertar contas com os processos históricos que lhe era particular. Tornou-se, dessa forma, uma história difícil de ser trabalhada nas salas de aula e nos espaços públicos. Tal quebra na experiência histórica temporal dos alemães gerou uma carência e novos desafios de se elaborar projetos de ensino da história que contemplassem a particularidade do caso alemão.

Do seu próprio contexto histórico, que era marcado por essa ambiguidade em lidar com seu passado, surge a necessidade de se rediscutir a própria experiência histórica. O primeiro alvo da investigação foi pensar o ensino da história, que precisava centrar suas discussões em torno da sua própria função didática. (Re) constituir a categoria didática do ensino da História naquele momento significava relacionar o saber histórico com a função que ele desempenhava (ou deveria desempenhar) para a vida prática, contemplando uma formação emancipadora; o que de fato não havia, pois a História que ainda era ensinada

estava nos marcos da construção de uma identidade nacional, que culminou nos nacionalismos e na Segunda Guerra Mundial no cenário alemão.

A Didática da História esboçada pelos teóricos alemães consolidou-se para além das representações formais de transmissão do saber histórico no ensino, transpondo tal barreira e passando a questionar a apreensão do pensamento histórico em outros espaços (tais como os usos públicos e a própria historiografia). Compreende-se dessa forma a Didática da História enquanto uma disciplina da ciência histórica que tem:

A responsabilidade de estabelecer a “Gênese”, a “Morfologia” e a “Função” da ‘Consciência Histórica’ na sociedade, debruçando-se sobre todos os tipos de história, sejam elas produzidas no interior da instituição escolar (ensino escolar da história), nos meios públicos (nos discursos políticos, nas grandes revistas, na televisão, nos museus, no cinema etc.) ou nas universidades (história dos historiadores ou Ciência Histórica) (SADDI, 2012, p. 211-212).

As investigações no campo da Didática da História se subdividiram em três áreas. A primeira área de investigação concentra suas atenções na aprendizagem histórica no ambiente escolar. Uma outra dimensão do que seria uma das funções didáticas da história vai para além do ambiente escolar, investigando também os usos da história em espaços públicos como meios de comunicação de massa: museus, cinema, redes sociais e afins. Espaços nos quais o conhecimento histórico também pode ser formado. E, por fim, algumas pesquisas apontam que a investigação a respeito da função didática origina-se da própria produção científica do conhecimento histórico, ou seja, na historiografia².

Em conexo com a linha de pesquisa do PPGH em Regiões, que é *Espaços de Prática e Relações de poder*, opera-se um recorte delimitando o objeto, que é a produção historiográfica de Caio Prado Júnior, enquanto uma região delimitada pela própria prática historiográfica, um *locus*, ou um espaço praticado onde opera o historiador. Certeau define que todo espaço é um local demarcado pela prática³, logo, “fazer história” é uma operação mediada por métodos, o que a direciona para uma prática delineada, um ofício.

Da prática historiográfica (metodicamente regulada) resulta na narrativa histórica, que é a materialização do conhecimento histórico-científico. Compreende-se que, dessa forma, a narrativa histórica é delimitada enquanto uma região, que também é marcada por conflitos e relações de poder que se tencionam em direção da legitimidade e produção do conhecimento científico. *A priori*, a presente pesquisa concentra-se em discutir também a inserção da narrativa histórica nas discussões referentes ao conceito de espaço, a partir da

² Há algumas controvérsias no que se refere a esse ponto. Ver: CARDOSO, Oldimar, 2008.

³ Ver: CERTEAU, 1998.

perspectiva delimitada por Certeau. Objetivando, assim, contribuir para abranger ainda mais o escopo, que já é vasto acerca das pesquisas a respeito de diversos objetos e problemáticas, que fazem parte das pesquisas dos diferentes espaços de práticas.

As discussões em relação à produção historiográfica se assentam na constituição histórica de sentido que a historiografia enquanto uma dimensão didática do conhecimento histórico pode fornecer à vida. A historiografia escolhida para se alinhar aos pressupostos teóricos da pesquisa é oriunda do paradigma marxista acerca da história do Brasil. Ainda que se situem diversos autores dentro da chamada “historiográfica marxista”, opera-se um recorte da produção de Caio Prado Júnior, que marcou diversas gerações de intelectuais e se situa como um marco da tradição teórica marxista referente à História do Brasil.

Observa-se que, em algumas tentativas de se recuperar traços do passado brasileiro que pudessem trazer significados à identidade nacional, operou-se uma continuidade na interpretação do passado brasileiro. José Carlos Reis (1999) traça um panorama de diversas interpretações da formação da identidade brasileira, desde Varhagen a Fernando Henrique Cardoso. Destaca o autor que sempre uma continuidade operou-se nas diferentes formas de reconstruir nosso passado. É somente com a tradição marxista inaugurada por Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré, Florestan Fernandes, dentre outros, que se busca uma ruptura com esse passado, de forma que pudesse colocá-lo a serviço da revolução brasileira.

Para Reis (1999, p. 15), as interpretações do passado brasileiro que estudamos “são sínteses produzidas em datas específicas, que reúnem de forma original uma apreensão do passado (dependência), uma localização no presente e um projeto para o futuro (independência)”. Compreendendo que a produção histórica é um produto de seu tempo, oriunda de um determinado contexto e que, para aquele presente, tornava-se necessário balizar-se temporalmente em relação ao passado. Para o autor, é a partir dessa representação histórica que se objetivava “‘refigurar’ o presente e imaginar um futuro possível, uma utopia realizável” (REIS, 1999, p. 15). A utopia realizável, no caso específico dos autores marxistas, ia para além de uma simples independência burguesa e operava-se no horizonte da emancipação social.

A própria concepção teórica elaborada por Karl Marx, no século XIX, acerca da constituição histórica do capitalismo, era assentada sob uma filosofia da história que utilizava a inter-relação entre passado presente e futuro definida claramente em seus textos, ainda que longe de tais determinismos, pois o marxismo opera a partir de uma chave analítica que compreende a realidade enquanto um processo dialético em constante devir.

Dessa forma, grande parte dos seguidores da matriz teórica, imbuídos do espírito revolucionário que é constituinte do marxismo, busca interpretar sua realidade histórica brasileira a partir do método marxista.

O marxismo denota mais do que apenas uma concepção teórica de mundo. O materialismo histórico, além de ser um método de leitura do real, é também uma postura crítica, no sentido de superação da sociedade capitalista e a exploração do homem pelo homem, indo na direção de uma busca por uma ruptura com o *status quo*. Para tanto, é importante para o marxismo a noção de práxis, ou seja, uma leitura que provoque uma superação das condições de exploração:

O marxismo é, acima de tudo – continuamos pensando – uma filosofia da práxis e não uma práxis da filosofia. A constituição do marxismo como ciência diante da ideologia ou da utopia é, certamente, fundamental, mas só se explica pelo seu caráter prático; isto é, só a partir da, na e pela práxis. Do papel que se conceder à práxis depende o próprio destino do marxismo como teoria (novo teoricismo ou arma da revolução) (VÁZQUEZ, 2011, p. 25).

Dessa maneira a historiografia tomada como objeto para a elaboração da pesquisa inscreve-se como uma produção que resgata o passado brasileiro, com o objetivo de romper com esse passado de dominação. Buscamos reconstruir a construção didática na organização do pensamento histórico de Caio Prado, que interpretara o passado brasileiro com ênfase nos processos de lutas sociais, organizando um raciocínio para o presente que lhe era particular, e perspectivando uma possível revolução brasileira.

A partir de uma reflexão metateórica da produção historiográfica de Caio Prado, delinea-se o quadro de investigação, buscando esquadrihar a formulação de sua produção historiográfica acerca do Brasil, e de como essa produção historiográfica, oriunda de um contexto histórico particular, dialoga com horizontes da experiência (passado) e expectativa (futuro). Assim, a problemática que se coloca para a pesquisa é identificar como Caio Prado resgata o passado brasileiro, com uma função orientadora para seu próprio presente, culminando em uma práxis histórica que a direciona a um projeto de orientação: como pensar dessa maneira a função didática do pensamento histórico oriundo da produção historiográfica de Caio Prado Júnior?

Segundo define Certeau (2017, p. 64), “fazer história é uma prática”. O autor nos remete a pensar que não existe um passado feito, imutável, apenas à espera de ser apreendido. É o historiador, com seu manejo do passado, mediante sua regulamentação metódica que o resgata para o presente. A pesquisa se insere justamente a partir do processo de autorreflexão, que é um elemento vital para a ciência da história. Pensar as diferentes

formas de escrita histórica direciona a pesquisa para pensar o estatuto do seu produto: a historiografia (escrita da história, materializada pela narrativa).

O processo temporal e nosso distanciamento do passado sempre nos fornecem elementos diferentes de compreensão. Novos recursos metodológicos e referenciais analíticos são colocados em pauta para a escrita historiográfica. Compreende-se a prática historiográfica enquanto uma formulação científica de atribuição de sentido ao mundo pelo ser humano.

Em consonância com a definição aristotélica de que o ser humano é um animal político⁴ (e social, pois vive em sociedade), fundamenta-se também que o ser humano é um animal histórico. Dessa forma, “não há forma alguma de vida humana na qual a relação interpretativa com o passado deixe de desempenhar um papel importante na orientação cultural de cada agir e sofrer presentes” (RÜSEN, 2015, p. 37). Para tanto, a relação humana com o passado é uma constante antropológica.

Dessa conexão do ser humano historicamente situado é que surgem suas representações e atribuições de sentido de um determinado passado. As formas de representação do passado dão-se de diferentes maneiras. Cada presente interpreta o passado mediante determinadas carências de orientações que se põem, em que o passado pode fornecer respostas a tais questões. Porém, há que se perguntar “o que é decisivo para a cientificidade do pensamento histórico?” É justamente o “modo de constituir sentido quanto à experiência do tempo, mediante o narrar” (RÜSEN, 2015, p. 59).

A pesquisa está circunscrita nas discussões referentes à concepção de espaço, logo esse *locus* estaria delimitado a partir da narrativa histórica produzida pela própria ciência da história. De certa forma, o que se busca é traçar um panorama de como a escrita histórica de Caio Prado Júnior contribuiu para que o sentido empregado à escrita do passado criasse um projeto de práxis histórica para os agentes históricos em questão.

Em síntese, para “fazer história” deve-se sempre atentar a uma prática específica que manipula e obedece a regras mediadas pelas técnicas de produção. Deste modo, a metodologia se assenta em investigar os alicerces teóricos de tais produções históricas e esmiuçar suas concepções, seus conflitos, suas construções didáticas de pensamento, dentre outros aspectos. Todas essas operações dão-se a partir dos marcos da análise e crítica historiográfica.

⁴ Ver: ARISTÓTELES, 2007.

A interpretação histórica de Caio Prado acerca do passado brasileiro conduziu não só o próprio autor, como uma série de outros intelectuais, a conjecturarem uma perspectiva futura acerca da revolução brasileira. Tais assertivas nos colocam diante do próprio panorama elaborado por Rüsen, de que o conhecimento histórico possui uma função orientadora dentro do tempo, até mesmo para ações futuras, fundamentando uma práxis histórica na qual o próprio agente, produtor do conhecimento, está inserido.

O raciocínio teórico de Caio Prado Júnior centra-se em torno de uma práxis política. O marxismo opera a partir de uma perspectiva teórica que direciona a ação do sujeito a tal práxis, no nível de uma transformação das atuais condições de existência. Assim como a construção histórica de sentido é condicionante do conhecimento histórico como orientação para a ação humana no tempo.

Caio Prado se consolida no século XX, como um expoente da interpretação da formação histórica brasileira, pois buscou analisar o passado brasileiro a partir do aporte teórico e metodológico do marxismo. Ao inscrever a possibilidade de uma revolução pautada nas contradições do nosso passado, ele inaugura um novo capítulo na própria forma como nos orientamos frente ao nosso passado, tornando-se um verdadeiro clássico historiográfico a ser lido por gerações que se apropriaram de suas concepções.

É a partir dessa, dentre outras problemáticas, que fundamentamos, em linhas gerais, o panorama da pesquisa. As fontes serão analisadas e elencadas da obra de Caio Prado Júnior, sobretudo a partir de três obras: *Evolução Política Brasileira*; *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia* e *A Revolução Brasileira*⁵. Sustentada a partir de uma crítica à construção de sentido empregado em suas obras, objetiva-se estruturar uma análise que dê conta de evidenciar ainda mais o seu legado na historiografia brasileira. Mesmo em conjunturas não tão favoráveis de liberdade de expressão de pensamento, o autor ousou interpretar a conjuntura histórica brasileira de uma forma emancipadora, rompendo com laços de continuidade e dominação e fornecendo uma importante contribuição à consciência histórica brasileira.

⁵ As obras são publicadas respectivamente em: 1933; 1942; 1966 e representam etapas complementares do pensamento de Caio Prado Júnior. A primeira obra apresenta o seu caráter originário em buscar compreender o passado brasileiro a partir do marxismo; a segunda obra representa sua publicação magna e um marco na historiografia brasileira e, por fim, buscamos com a *Revolução Brasileira* compreender como ele fornece uma orientação para o agir, colocando a revolução em um horizonte possível.

CAPÍTULO 1 A CONSTITUIÇÃO DA CIÊNCIA HISTÓRICA: UM ESPAÇO DA PRODUÇÃO DE ORIENTAÇÕES SOBRE O TEMPO.

O que fabrica o historiador quando “faz história”? Para quem trabalha? Que produz? [...] O que é esta profissão? Eu me interrogo sobre a enigmática relação que mantenho com a sociedade presente e com a morte, através da mediação de atividades técnicas.

Michel de Certeau

1.1 Historiografia e sociedade vistas a partir de uma relação paradoxal: afinal, quem orienta quem?

O objetivo da discussão contida no presente capítulo é apresentar uma autorreflexão da constituição da ciência histórica enquanto uma disciplina circunscrita aos parâmetros científicos e refletir a respeito da prática historiográfica e o “produto” dessa prática, no qual os historiadores estão inseridos. Compreende-se *a priori* que a História é, além de se consolidar como uma prática circunscrita nos padrões científicos, “uma prática social ou, mais exatamente, como seu objetivo científico é, também, uma forma de tomar posição e adquirir sentido em determinada sociedade”. Deste modo, a própria “epistemologia da história é, por sua vez, em parte uma história” (PROST, 2008, p. 14).

O que se pretende apresentar no decorrer das páginas que se seguem é como a prática historiográfica, a partir do modelo iluminista de ciência, direcionou-se para a acumulação da produção de histórias e como o ofício historiográfico produz narrativas: e, por sua vez, essas narrativas podem ser incluídas nas discussões referentes ao espaço que a própria historiografia (re)produz como uma ciência permeada por uma prática. Por fim, serão apresentados alguns aspectos em torno da dimensão didática da produção historiográfica referente à relação entre esse saber que a historiografia produziu cientificamente e as relações que ela estabelece com a sociedade.

As relações humanas com o tempo sempre se constituíram de uma forma complexa, e longe de facilmente ser compreendida. Pode-se afirmar que tempo e espaço são constantes antropológicas da existência humana. De fato, a ação humana é marcada em sua historicidade pelo intercâmbio com outros seres humanos e com a natureza. O que se coloca como questão seria de apontar como essa relação entre o ser humano e o tempo é equacionada para produzir algum significado aos agentes históricos.

Desse complexo problema, podemos apontar a relação que emerge da modernidade entre um discurso historiográfico (supostamente plausível e científico) e as funções que ele desempenha na sociedade em que é produzido. A constituição do discurso historiográfico científico data da transição do século XVIII para o XIX. A historiografia surge como uma necessidade de trabalhar com a realidade da vida humana, historicizando as ações humanas ao longo do tempo e produzindo, a partir de tais ações, relatos e significado.

A historiografia e as filosofias da história que vivem em simbiose com ela desempenharam assim – durante quase dois séculos – as funções de um grande sistema viário de orientação do sentido de vidas submetidas ao choque de mudanças contínuas. [...] a história apresentou-se como uma espécie de mapa do tesouro com o qual cada um acreditava ter nas próprias mãos os sinais do percurso e dos obstáculos a serem superados para alcançar as metas cobiçadas (BODEI, 2001, p. 76).

A história desempenhou, pelo menos até o início da era moderna, o papel de *Magistra Vitae* (mestra da vida). Significa que o conhecimento histórico fornecia exemplo para as ações do presente, tanto para aquelas que eventualmente teriam sucesso, quanto para os exemplos que ficariam marcados pelo seu caráter negativo;

Assim, a história seria um cadinho contendo múltiplas experiências alheias, das quais nos apropriamos com um objetivo pedagógico; ou, nas palavras de um dos antigos, a história deixa-nos livres para repetir sucessos do passado, em vez de incorrer, no presente, nos erros antigos. Assim, ao longo de cerca de 2 mil anos, a história teve o papel de uma escola, na qual se podia aprender a ser sábio e prudente sem incorrer em grandes erros (KOSELLECK, 2006, p. 42).

Ocorre que a história torna-se no século XIX um coletivo singular, organizado a partir de um conjunto de práticas e discursos, que possuía o objetivo de uniformizar o percurso histórico da sociedade burguesa⁶:

A ideia do coletivo singular possibilitou outro avanço. Permitiu que se atribuisse à história aquela força que reside no interior de cada acontecimento que afeta a humanidade, aquele poder que a tudo reúne e impulsiona por meio de um plano, oculto ou manifesto, um poder frente ao qual o homem pôde acreditar-se responsável ou mesmo em cujo nome pôde acreditar estar agindo (KOSELLECK, 2006, p. 52).

⁶ Dois paradigmas decisivos para essa percepção conservadora da temporalidade burguesa são o historicismo e o positivismo, que podem ser situados como conjunto de ideais legitimadores da condição da burguesia. A chave analítica da percepção da construção de uma temporalidade que rompesse com esse conservadorismo teórico se expressaria no campo historiográfico do século XIX com o marxismo.

O estabelecimento do discurso historiográfico possibilitou que a ação humana se colocasse como transformadora da realidade, em grande parte também pela influência da Revolução Francesa de 1789. A história converte-se não mais no espaço de gerar exemplos a serem seguidos ou contestados, e sim de produzir uma orientação à marcha do progresso pelo qual passava a modernidade.

Domesticar a historicidade surge da necessidade de responder a uma determinada problemática de orientação no tempo, uma busca por resposta que precisa ser efetivada por uma reflexão em torno do passado. Sempre somos movidos por questões que nos são pertinentes de uma reflexão mais apurada. A reflexão histórica é uma forma de poder sanar nossas carências de orientação temporal acerca dos problemas do nosso presente e do nosso passado.

Se adentrarmos um breve panorama acerca de como a narrativa histórica atua no agir humano, temos desde a antiguidade uma forma de discurso que busca interpelar seus interlocutores por meio de um conhecimento que possa dotar sua ação racional, ou imbuída de algum significado. O ser humano precisa sempre conhecer quem ele foi, o que ele é e o que ele pode ser no seu amanhã; a estrutura temporal pode ser compreendida como uma busca por sentido através do tempo.

O discurso histórico que emerge da modernidade é performativo, e visa estabelecer conexões com seus interlocutores, não de forma arbitrária, mas de forma plausível, com um conhecimento adquirido na maioria das vezes via construção metódica. O objetivo é produzir um impacto em seus interlocutores, estabelecendo uma relação orgânica com a sociedade.

Essa tentativa fica explícita nos projetos em torno dos ideais nacionalistas que fundaram a ciência histórica no século XIX, usando o discurso de historiadores na produção de identidades. O discurso histórico sempre estará atrelado à produção da identidade humana, seja do historiador ou dos leitores que leem suas obras. Para Rüsen (2015, p. 260), a “duração do sujeito humano na evolução do tempo, como condição de sua capacidade de viver, é chamada usualmente de ‘identidade’”, completando que “identidade é uma propriedade essencial da subjetividade humana, em perspectiva tanto pessoal quanto social”.

O saber histórico é sempre relacional, caracterizado por produzir relações entre indivíduos. Dessa relação com o outro surge a necessidade de compreender a essência da

existência humana, direcionando a reflexão histórica para uma compreensão de alteridade dos outros modos de vida;

A identidade histórica sintetiza, pois, o ter-se tornado de um sujeito ou de uma unidade social com os respectivos projetos de futuro. Ela centra essa síntese na prática da vida atual, na efetivação subjetiva da relação pessoal e social dos sujeitos consigo mesmo e com outros sujeitos. Sintetiza também experiência e expectativa, facticidade e normatividade, produzindo, na relação pessoal do ser humano consigo, uma representação vital da extensão no tempo da vida de cada um (RÜSEN, 2015, p. 263-264).

O caráter identitário fundador do discurso histórico está necessariamente atrelado ao processo de desenvolvimento da consciência histórica, por meio de um processo de aprendizagem histórica. Essa aprendizagem se coloca em diferentes espaços, como o ambiente escolar, familiar, religioso, espaços públicos, ou seja, uma multiplicidade de discursos produzidos que interferem cotidianamente na percepção histórica dos sujeitos. O que nos interessa para este trabalho é discutir a historiografia como um desses espaços formativos, não somente para os leitores que são interpelados por tal forma de conhecimento, como também para o próprio historiador, ao produzir sua narrativa.

A historiografia do século XIX buscou, a partir de padrões metódicos, conferir à narrativa um padrão científico. A ciência histórica nasce, portanto, como um espaço narrativo destinado a produzir uma relação com a sociedade. Essa relação não pode ser explicitada somente em seu caráter metódico de produção do conhecimento, mas também no papel que ela desempenha na orientação cultural do presente:

A pesquisa histórica não é um fim em si mesmo, mas está determinada por critérios de constituição histórica (narrativa) de sentido, que orientam a pesquisa e que a conduzem, para além do trabalho com fontes, à prática comunicativa do presente em que está em jogo a identidade histórica como fator da socialização humana (RÜSEN, 2010c, p. 169).

O empreendimento narrativo da produção historiográfica é o que materializa o conhecimento do passado, produzindo significações no presente e orientações para o agir humano. Há que se destacar que a reflexão histórica não é exclusividade de uma ciência, ou de sujeitos que se excluem em seus castelos metódicos de produção do conhecimento. O saber histórico é amplo e dinâmico, produzido por qualquer indivíduo que reflete acerca das questões que lhe são pertinentes. A diferença é que o historiador, além de produzir uma reflexão para si (acerca do passado), produz também um superávit de informações que se colocam em domínio público, o que convencionalmente é chamado de historiografia.

Será, portanto, a narrativa histórica o elo entre o material empírico trabalhado pelo historiador e a função que seu saber produzido pode desempenhar na sociedade. Em suma, “fora da narração, os acontecimentos em si são mudos, só falam porque foram inseridos numa certa combinação entre eles. Logo não existem ‘fatos nus’: os fatos estão sempre vestidos, tudo depende de como isso é feito, pela ‘alfaiataria’ do historiador” (BODEI, 2001, p. 66).

Estevão de Rezende Martins recorre a uma definição de historiografia designada por “trabalhos de corte científico que, mediante pesquisa empírica de fontes, propõem uma explicação significativa, em forma narrativa, para determinado conjunto de ações humanas, racionalmente fundadas no passado” (MARTINS, 2017, p. 144). O que seria decisivo para a produção de sentido, que a historiografia pode desempenhar?

Importante é a reflexão que Remo Bodei (2001) apresenta acerca do possível sentido que a ciência histórica poderia ou não desempenhar. Para esse autor (2001, p. 68), a historiografia “tem tanto mais sentido quanto nela mais se encontra um ‘nós’ hospitaleiro, capaz de agregar consenso, de registrar um acordo confrontando e entrelaçando as histórias parciais segundo critérios de relevância obtidos em comum por aqueles que as examinam”.

O conhecimento histórico está intrinsicamente composto por uma rede fatorial de sujeitos históricos, relacionando os determinados grupos heterogêneos que compõem a sociedade e produzindo variadas distinções ou recusas de determinados passados legitimadores. O historiador sempre está envolto na produção de verdades, ligado a determinados grupos sociais:

A história apresenta-se assim como um tribunal encarregado de julgar, que não se limita a expor os fatos sobre a base de narrativas, porque podem revelar-se fantasias, fabulações ou mentiras bem urdidas. O elemento narrativo ou meta-narrativo não é, portanto, suficiente para definir a história. A obra do historiador deve pronunciar “um veredicto”. O termo indica o “dizer a verdade” e repropõe o problema da verdade enquanto inseparável daquele de dar significado (BODEI, 2001, p. 68).

Podemos sintetizar que são as questões colocadas pelo presente que movem a reflexão histórica. Dessa forma, “o passado, amiúde definido como ‘morto’, interessa não pela condição de passado inalterável (o que é uma obviedade) mas pela sua recuperação significativa mediante a atividade interpretativa do presente e por sua influência sobre a conformação do futuro” (MARTINS, 2017, p. 147). É diante do trabalho com as três temporalidades (passado, presente e futuro) que a História se coloca como a ciência do tempo.

Destacam-se três pontos inseparáveis acerca da resposta da questão formulada no título do presente tópico:

- A) A narrativa historiográfica como um saber produzido criticamente, que visa esclarecer e orientar os sujeitos e a sociedade frente aos problemas colocados pelo passado e pelo presente. Tal conhecimento inscreve a possibilidade de um agir transformador acerca da possibilidade de um futuro diferente.
- B) A sociedade enquanto um conjunto heterogêneo que busca organizar sua relação com o passado, de forma a equacionar soluções para o presente e designar um possível caminho a seguir.
- C) Em um terceiro ato, o historiador é como um sujeito que produz essa reflexão acerca do passado e está inserido na sociedade, mergulhado em seus dilemas particulares e problemas que o cotidiano coloca, sempre imerso em suas questões particulares.

Historiografia precisa assumir, frente aos problemas da contemporaneidade, três funções: emancipadora, esclarecedora e crítica. Os historiadores devem estar cientes do seu papel, diante de uma sociedade que está em contínuo transformar-se e com o surgimento de inúmeros sujeitos sociais. Nosso trabalho precisa estar ancorado em compromissos que estejam pautados a partir de valores humanistas:

A historiografia adquire, também, sob a forma de consciência experiencial e interpretada do tempo, a função social e política de esclarecer (na acepção do Iluminismo) tanto o passado como o presente, à luz das razões argumentativas e discursivas que caracterizam o programa – em contínuo transformar-se – da modernidade (MARTINS, 2017, p. 156).

O discurso historiográfico precisa ser repleto de vivacidade, capaz de entender e orientar criticamente os problemas contemporâneos. Compreende-se que essa “vida” do texto histórico pode surgir da “função desempenhada pelo discurso dentro do processo de orientação prática da vida social, na maneira pela qual se tematiza e ‘domestica’ (pela linguagem) a relação experiencial ao passado, bem como as múltiplas relações ao passado dos homens” (MARTINS, 2017, p. 151).

É a partir desse panorama inicial que pretendemos pensar um fragmento da historiografia brasileira e que capítulo tal produção inaugura frente à nossa consciência histórica como nação. Estabelecendo que a *priori*, na ciência histórica, reside um esforço de “operação intelectual”, em que “a narrativa historiográfica exerce a função social da

consciência histórica como processo de constituição significativa dos e para os sujeitos” (MARTINS, 2017, p. 149).

Em síntese, pode-se entender que tanto a ciência histórica orienta a sociedade quanto a sociedade também demanda problemas específicos à historiografia. As duas completam uma existência dual, complementares em sua totalidade. A problemática da presente pesquisa está assentada, portanto, em um exercício de autorreflexão do próprio ofício, pois é preciso questionar qual é a função que nossa produção intelectual desempenha na sociedade e em busca de qual direção apontamos as reflexões acerca do passado? Em busca de tal resposta, adentramos os meandros da prática historiográfica.

1.2 A ciência histórica no século XIX: um campo marcado pela prática da escrita

Em linhas gerais, pode-se afirmar que a prática científica e, mais propriamente, a narrativa historiográfica, constituem-se um espaço praticado, um fator de suma importância para o desenrolar da presente pesquisa. Evocar a episteme histórica, tomando-a como um objeto de pesquisa nos remete a pensar sua própria trajetória histórica. Torna-se necessário pensar “uma historicidade da história que implica o movimento que liga uma prática interpretativa a uma *práxis* social” (CERTEAU *apud* BLOCH, 2013, p. 23).

Encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão), *procedimentos de análise* (uma disciplina) e a **construção de um texto** (uma literatura). É admitir que ela faz parte da “realidade” da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada “enquanto atividade humana”, “**enquanto prática**” (CERTEAU, 2017, p. 46-47 – grifos meus).

Antes de pensar o paradigma científico historiográfico é preciso delinear o quadro precedente da constituição científica da história. Tal panorama se concretiza por meio de alguns paradigmas presentes no século XIX, como as filosofias herdadas do Iluminismo francês, o historicismo alemão e o marxismo. Tais bases teóricas contribuem para consolidar não somente a história e seu paradigma científico, mas a própria modernidade enquanto um campo centrado na crença da razão humana.

Desde a antiguidade humana, o passado foi trabalhado como uma espécie de conduta moral a ser designada para aqueles que dele se assenhoravam. As entranhas do passado eram mexidas como uma fonte para gerar exemplos e orientar ações. Tal condição

colocou o conhecimento do passado a serviço de legitimar interesses dos estados monárquicos em emergência pelo cenário europeu.

Durante o processo de Ilustração⁷, há um processo exacerbado da crença no domínio da razão e do progresso, dando a perceber que a expansão do *regnum hominis* era um fato que elevava a humanidade a padrões ainda desconhecidos. Diante de toda essa nova configuração que perpassava as teorias do conhecimento, as ações humanas localizadas no passado não ficaram de fora de tais discussões:

A história se transubstanciava assim na narrativa da marcha dos seres humanos em direção ao melhor, ao progresso, a uma sociedade do bem-estar para além das provações vividas. Essa história do século XIX nasceu também dos impactos do Século das Luzes, da ascendência do reino da razão entre filósofos como Kant, Hegel e Marx, que veem na história a realização, o desdobramento mesmo da racionalidade vivenciada nessa época. (DOSSE, 2010, p. 17)

A relação entre o ser humano e o tempo passou a ser pensada nos padrões de uma racionalidade e não mais uma prática arbitrária de mera transmissão de exemplos morais. Na esteira das linhas mestras do progresso e no âmbito do estabelecimento de padrões científicos das ciências no geral, havia um campo em especial, que reivindicava *status* de detentor do conhecimento da evolução humana no tempo.

O século XIX passa a ser conhecido como o século da história. É nesse período que a disciplina opera um salto quantitativo e qualitativo em seus estudos, consolidando-se como: a) uma ciência; b) uma disciplina (nos bancos escolares e nas cátedras ou universidade) e c) como um ofício, ou uma prática social:

Por volta de meados do século, a ideia de ciência ganha toda sua força e impregna a história; mas uma ciência marcadamente oitocentista, sob a luz do evolucionismo de Darwin e do positivismo comtiano, ávido por descortinar as leis universais do desenvolvimento humano, similares, à luz do século, às leis da evolução da natureza. A história se torna uma disciplina acadêmica num tal caldo de cultura, primeiramente na Alemanha e depois em outros países; começam então a surgir revistas, grandes eventos, associações, ao mesmo tempo que, sob patrocínio do Estado, grandes investimentos e esforços são canalizados para a criação de cátedras universitárias e a organização de arquivos públicos e privados (MALERBA, 2010, p. 12).

⁷ As realizações ocorridas nos campos da Filosofia e da ciência nos séculos XVII e XVIII e o novo *modus operandi* a partir disso se denominam revolução intelectual. Há uma eclosão de novas ideias; novas concepções das mais diversas esferas do social, impactando diretamente em profundas transformações no modo de pensar e agir. Dentro dessa revolução intelectual, o movimento mais importante é a Ilustração – ou Iluminismo. A Ilustração continua sendo uma das manifestações que mais exerceu influência no pensamento da humanidade.

Contudo, historicizar a prática historiográfica leva-nos a situá-la para além do século XIX, que é a fase de sua consolidação, e circunscrevê-la como um produto do século das luzes. Nesse ínterim racionalista pode-se destacar Giambattista Vico como o primeiro filósofo a estabelecer as linhas gerais de uma espécie de uma prática “proto-historiográfica”. Vico ousa ir na contramão das linhas gerais que norteavam o modelo cartesiano de ciência, ao pensar o padrão científico das humanidades como sendo distinto do padrão das ciências naturais. Sua preocupação era “com a interpretação das *res gestae*⁸” que “não podia assimilar-se ao mundo do racionalismo matemático” (HADDOCK, 1989, p. 88).

É nesse sentido que Vico estabelece uma espécie de teoria do conhecimento que dialoga com a prática historiográfica, muito antes de se consolidar a teoria do conhecimento histórico. Nota-se que “à frente de todas as intenções de Vico presentes na *Scienza nuova*⁹, sobressai à elaboração de uma metodologia que permitisse aos historiadores retratar o caráter de civilizações remotas sem recorrer às suas próprias presunções” (HADDOCK, 1989, p. 94).

Situa-se, dessa forma, a gênese de uma prática historiográfica que estabelecia padrões diferentes da história praticada na antiguidade por Heródoto, Tácito, Tito Lívio, dentre outros. Tal prática de recuperação do passado está diretamente ligada aos moldes racionalistas do século das luzes. De certa forma “fora enunciada uma teoria do conhecimento que conferiu à história um lugar único, utilizando métodos e processos que não tinham paralelo nos mundos do racionalismo cartesiano ou empirismo baconiano” (HADDOCK, 1989, p. 103).

É, portanto, o Iluminismo que lança luzes para a consolidação de uma base epistemológica para a ciência histórica, que iria se consolidar *a posteriori*, com o historicismo. No entanto, o processo de erudição metódica desenrolara-se desde o século XVI, circunscrevendo que “[...] entre 1680 e 1880, houve historiadores tentados por perspectivas mais amplas do que as da erudição silenciosa. Aspiravam a tratar dos costumes e das civilizações em geral” (BOURDÉ; MARTIN, 2003, p. 61).

⁸ O termo história derivado do latim apresenta duas definições conceituais que nos é essencial para contextualizar a discussão: designa tanto a realidade de uma determinada época, ou as realizações de um determinado passado: *res gestae*; e como o discurso produzido cientificamente sobre esse passado: *rerum gestarum*.

⁹ A *Scienza Nuova* foi uma obra de Giambattista Vico, publicada em 1725. A obra adquire um caráter excepcionalmente originário no tocante à ciência histórica. O autor pretendeu estabelecer um estatuto científico para o estudo da História.

O interesse pelo passado muito se deve à consolidação dos estados nacionais pela Europa e o uso da história para a legitimação do nacionalismo. É nesse sentido que o século XIX consolida-se como o século da História, pois nesse ínterim “academias, sociedades históricas e sociedades dos antiquários proliferaram a partir de 1830” (BOURDÉ; MARTIN, 2003, p. 76).

No decorrer do projeto racionalista que a ciência histórica almejava alcançar, dois princípios norteavam a produção do conhecimento histórico: a concepção de progresso e de objetividade. O progresso estava vinculado às próprias delimitações iluministas, que viam na ciência a possibilidade de atingir padrões até então inimagináveis. Compreende-se que “a ideia de progresso triunfou com o Iluminismo e desenvolveu-se no século XIX e início do XX, considerando, sobretudo os progressos científicos e tecnológicos” (LE GOFF, 2013, p. 15). A objetividade era a crença de que se poderia escrever somente o que aconteceu no passado e que o historiador conseguiria, de certa forma, isentar-se de juízos e opiniões. Tais premissas influenciaram a escrita da história oitocentista.

O empirismo se tornava a palavra de ordem e *conditio sine qua non* de um projeto racionalista. Era por meio do estabelecimento de leis e delimitação de um *corpus* teórico-metodológico que levaria à consolidação de um campo científico. A ciência histórica irá resultar desse ínterim empírico-prático iluminista:

A prática se tornava palavra de ordem do Iluminismo. O conhecimento (em qualquer esfera) era apreciado na medida em que se abrisse a possibilidade de melhorar a condição humana. A ciência social e natural tornava-se parte de um esforço concertado para melhorar o mundo; e a história convertia-se não só num repositório de informações para reflexão e generalizações ulteriores, como também numa arma na guerra das ideias contra atitudes e opiniões arreigadas (HADDOCK, 1989, p.107 – grifo meu).

É na esteira do processo racionalista desenvolvido a partir do processo histórico do Iluminismo que os paradigmas científicos podem ser desenvolvidos nas mais diversas áreas: das ciências naturais às ciências do espírito. Talvez aí se explique em um primeiro momento a pretensão de objetividade que irá nortear a prática historiográfica no século XIX, concepção muito atrelada ao desenvolvimento das ciências da natureza.

Tais propostas científicas de se compreender o funcionamento não só do mundo físico como da sociedade se originam em momentos comuns, porém, cada paradigma se aloca em torno de determinado objeto. Evidentemente que um padrão científico não iria dar conta de explicar as variantes culturais que o presente suplantava sobre os agentes sociais na Europa setecentista. Desse modo, a história surge como um conhecimento possível de

ser constituída para dar respostas às questões que, de certa forma, eram concebidas como incógnitas temporais a que estavam submetidas.

A história começou a colocar problemas específicos (e a merecer séria consideração) quando os homens começaram a apreciar as mudanças que caracterizavam o desenvolvimento cultural. Filosofia e religião, política e moral, modos de expressão literária, tinham assumido formas tão diferentes em períodos diversos que um critério de comparação histórica se tornava condição necessária para a sua avaliação correcta (HADDOCK, 1989, p.10-11).

Soma-se a isso o avanço que o primeiro processo de globalização imposto ao universo europeu. As grandes navegações¹⁰, que possibilitaram um contato com outras civilizações, povos de diferentes culturas, influenciaram diretamente no universo cotidiano e na mentalidade do povo europeu. Essas experiências eram resgatadas e relatadas em diários de viagens, cartas, mapas, artefatos materiais, dentre outros.¹¹ Por meio disso, esse contato passa a ser pensado a partir de um *locus* científico:

Eis uma teoria do conhecimento que podia acomodar a contento a curiosidade acerca do passado. Esta curiosidade era intensificada pelo manancial de informações sobre outras culturas provenientes das narrativas de viagens que chegavam à Europa nos finais do século XVIII. Missionários jesuítas tinham alargado as suas actividades a regiões tão longínquas como a China e as Américas, e os relatos das suas jornadas proporcionavam aos *salons* europeus o apetitoso sabor da diversidade das práticas sociais (HADDOCK, 1989, p.109).

Nesse primeiro momento, os propósitos de se recuperar o passado estavam quase em toda a sua totalidade intrinsicamente ligados à legitimação de regimes políticos. É a prática da erudição que irá direcionar o historiador como um homem de ofício. Essa erudição na construção de artefatos históricos será a base dos percursos e das regras que a escola metódica irá propor a partir do século XIX.

Pode-se asseverar que “antes de ser uma disciplina científica – segundo sua pretensão e, até certo ponto, conforme ela o é efetivamente –, a história é uma prática social” (PROST, 2008, p. 13). Todo o processo histórico da constituição da história enquanto ciência e/ou disciplina tem como pano de fundo uma prática, que incorpora aqueles que a sociedade legitimou como historiadores, aqueles que produzem a escrita do passado.

¹⁰ A era dos descobrimentos (ou das grandes navegações, como é conhecida) é a denominada o período da história que decorreu entre os séculos XV e XVII, durante o qual, inicialmente, portugueses, depois espanhóis e, posteriormente, alguns países europeus se lançaram a explorar o globo terrestre em busca de novas riquezas, e depararam-se com diferentes culturas.

¹¹ Posteriormente, tais artefatos históricos serão resgatados períodos depois e transformados em fontes históricas para gerações de historiadores desenvolverem a sua prática historiográfica.

A prática historiográfica possui diferentes formas de reconstruir o passado. A ciência histórica constitui-se a partir de um método, um conjunto de procedimentos, demarcado a partir das fontes a serem utilizadas, bem como o manuseio das fontes; tais percursos metodológicos fundamentam e direcionam o ofício do historiador. Deste modo, na concepção historicista do século XIX, o “objeto do historiador é o localizado e datado, o relativo a uma situação espaço-temporal, irrepetível, singular: o evento” (REIS, 2011, p. 14).

É importante ressaltar que o historicismo não direcionou a História somente para uma coletânea de narrativas lineares. Essa época da cultura historicista representa muito mais do que tais pressupostos assimilados por correntes historiográficas que vieram a *posteriori* e tiveram como premissa empreender uma crítica ao historicismo¹². O historicismo dos séculos XVIII e XIX representa, sobretudo, a formação de uma consciência histórica que poderia identificar a diferenciação das dimensões temporais pelas quais passava a história da humanidade.

Pensar a história enquanto um ofício remete a circunscrevê-la em sua própria historicidade e como adquire durante o século XIX estatuto de ciência, pautada em métodos e um objeto delimitado: o passado. No que tange à consolidação da ciência histórica no século XIX, três paradigmas são decisivos para o direcionamento do paradigma científico da História: a escola metódica francesa, o historicismo alemão e o materialismo histórico marxista. Tais foram os marcos teóricos que consolidaram a História no campo das ciências dentro do circuito moderno em que gravitavam os demais paradigmas científicos do século XIX.

No entanto, nesse limiar, enquanto constitutivo de uma ciência, há uma linha tênue que separa a história da Filosofia do século XIX. O diálogo entre as duas matrizes de conhecimento será intrínseco, porém, haverá claramente uma oposição pelos primeiros historiadores do afastamento da especulação e hipóteses que, para eles, estavam muito atreladas ao espírito metafísico da Filosofia. Principalmente em um período em que o idealismo hegeliano atingia seu ápice enquanto teoria do conhecimento.

É a partir de tal contexto que círculos de historiadores começam a se centrar em torno de um discurso metódico que balizasse as fronteiras da História. Antes se pode afirmar que havia práticas diferentes de *res gestae* o passado, que não necessariamente

¹² Pode ser citada aqui a corrente historiográfica da Escola dos Annales, no século XX, que produz um discurso de crítica a algumas concepções do historicismo, visando ocupar um espaço de destaque nos pressupostos epistemológicos da ciência histórica.

estavam circunscritas em padrões unificados (tais como os pensadores da antiguidade, os eruditos e alguns filósofos). Centrada unicamente em seu processo de cientificização, a disciplina histórica (ou o corpo profissional de historiadores do momento) preocupou-se em erigir um método que padronizasse a escrita da história e lhe concedesse status de ciência.

Durante o século XIX, os estados europeus estavam em via de consolidação, delimitação de fronteiras, unificação da língua; enfim, uma série de padrões adotados para estabelecer as nações pela Europa. Nesse período, a formação de uma identidade comum era fundamental ao estabelecimento de um projeto circunscrito principalmente nos círculos liberais burgueses. Para Malerba (2010, p. 8), esse “século da história” é marcado pelo “processo de criação dos Estados nacionais na Europa; a definição de suas fronteiras e povos, a invenção de identidades a partir da ideia de nação, tudo isso demandou o conhecimento da história, gestada sob a égide da ciência moderna, mãe do século”.

A história se apresenta como um solo fértil a ser plantada a semente do nacionalismo. Na Alemanha, desde o início do século, o historicismo irá estabelecer as linhas mestras do seu projeto historiográfico. Pode-se citar como principal nome: Leopold Von Ranke. Na França é apenas a partir do terço final do século oitocentista que Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos irão fundamentar os passos da escola metódica francesa¹³.

A guerra franco-prussiana¹⁴ irá exaltar exacerbadamente valores nacionalistas, colocando em oposição as duas escolas históricas. Uma oposição que tomará conta de todo escopo intelectual, a ponto de os franceses tratarem de suplantar os avanços alemães no campo científico da história. Nota-se que a “escola francesa tira da escola alemã uma doutrina cientista que funda uma prática histórica, sem ousar assinalar as suas origens, nem por vezes enunciar os seus princípios por um reflexo de ‘pudor nacionalista’” (BOURDÉ; MARTIN, 1989, p. 114).

Compreende-se que, apesar de suas incongruências nacionalistas, as duas escolas solidificarão o percurso de uma prática historiográfica, fundamentada a *priori* sob um

¹³ Obviamente que o escopo de historiadores que fundamentam o percurso historiográfico é demasiado longo, não somente das duas escolas. Compreende-se que o objetivo da presente discussão é citar a prática historiográfica e não uma genealogia de autores, o que de fato levaria a uma seleção truncada de nomes em detrimento de outros. Podem ser citados, por exemplo: Fustel de Coulanges, Jules Michelet, Gabriel Monod, Johan Gustav Droysen, Jacob Burckhardt, Theodor Mommsen, Wilhelm von Humboldt, Thomas Carlyle, dentre outros que contribuíram decisivamente e sabe-se que seus esforços conduziram a ciência histórica a um paradigma científico.

¹⁴ A guerra franco-prussiana foi um conflito armado que envolveu a França contra um conjunto de estados germânicos liderados pela Prússia (atual Alemanha), ocorrida nos anos de 1870 a 1871.

método empirista. A pretensão de objetividade, crítica interna e externa dos documentos¹⁵, a construção narrativa dos fatos históricos e a delimitação de fontes históricas serão meios que conduzirão a prática historiográfica a um patamar científico delineado teoricamente. Nesse sentido,

A escola metódica quer impor uma investigação científica afastando qualquer especulação filosófica e visando a objectividade absoluta no domínio da história; pensa atingir os seus fins aplicando técnicas rigorosas respeitantes ao inventário das fontes, à crítica dos documentos, à organização das tarefas na profissão (BOURDÉ; MARTIN, 1989, p. 97)

Para tanto, será condecorada como forma de um “mantra dogmático” a elaboração de um percurso a ser seguido por historiadores, na pretensão da elaboração do conhecimento histórico. Tal percurso da história científica oitocentista está intrinsicamente ligado ao modelo cartesiano de ciência, na relação sujeito-objeto, pois;

A história científica, portanto, seria produzida por um sujeito que se neutraliza enquanto sujeito para fazer aparecer seu objeto. Ele evitará a construção de hipóteses, procurará manter a neutralidade axiológica e epistemológica, isto é, não julgará e não problematizará o real. Os fatos falam por si e o que pensa o historiador a seu respeito é irrelevante. Os fatos existem objetivamente, em si, brutos, e não poderiam ser recortados e construídos, mas sim apanhados em sua integridade, para se atingir sua verdade objetiva, isto é, eles deverão aparecer “tais como são” (REIS, 2011, p. 23-24).

Compreende-se que “o historicismo promove uma virada objetivista, afastando-se do discurso subjetivo dos historiadores sobre o seu lugar na sociedade e sobre imersão nos dados objetivos da experiência histórica” (RÜSEN, 2012, p. 24). Assim, os esforços produzidos no campo da reflexão historiográfica irão levar a história a padrões relativamente consolidados, frente às outras ciências humanas na modernidade. O caminho traçado pela disciplina histórica percorreu um longo arco temporal, até se estabelecer e se consolidar. Dessa forma, iluminismo e historicismo balizam a modernização do pensamento histórico:

Essa cientificização realizou-se de diversos modos, entre iluminismo e historicismo. O iluminismo introduziu no pensamento histórico o princípio

¹⁵ O método de crítica interna e externa na historiografia surge a partir do seu processo de cientificização e delimita que as fontes históricas precisam ser apreendidas em sua totalidade. A crítica externa opera no sentido de identificar a materialidade do documento, verificar a sua autenticidade e atua no nível da heurística. A crítica interna, por sua vez, infere na credibilidade da escrita do documento, muitas vezes contrapondo com outras fontes históricas. Opera no nível da hermenêutica. Convém salientar que uma série de ciências auxiliares contribuiu para efetivar tal prática. Podem-se citar alguns exemplos: Paleografia, Numismática, Diplomática, Filologia, Linguística, dentre outras.

fundamental da ciência: a racionalidade metódica. O historicismo completou esse princípio da racionalidade metódica, que tinha como pressuposto, com outro princípio fundamental: o da especialização disciplinar. (RÜSEN, 2012, p. 17-18)

Contudo, no final do século XIX, há no historicismo um giro relativista, questionando justamente a centralidade do historiador enquanto sujeito produtor do conhecimento. O historiador também é colocado como sujeito produtor do conhecimento e não mais como uma figura neutra no processo de constituição da escrita da História. Essa virada paradigmática é pensada a partir da segunda metade do século XIX, e um dos expoentes é Droysen. Para ele, o historiador estaria envolto em questões do seu tempo e imerso em um mundo cultural de valores que são assimilados em sua própria escrita da história:

Eu considero este modo [o fato de se conceber como primorosa uma escrita da história sem qualquer perspectiva] como de uma parcialidade eunuca; e se a imparcialidade e a verdade históricas consistem nesse modo de observar as coisas, então os melhores historiadores são os piores, e os piores, os melhores. Eu não aspiro senão, nem mais nem menos, a deixar à mostra a verdade relativa ao meu ponto de vista. Quero mostrar como minha pátria, minhas convicções políticas e religiosas, meu estudo sistemático me permitiram chegar a este ponto de vista. É preciso que o historiador tenha a coragem de reconhecer estas limitações, e se consolar com o fato de que o limitado e o particular são mais ricos que o comum e o geral. Com isso, a imparcialidade objetiva, a atitude não-tendenciosa do tão louvado ponto de vista de fora e acima das coisas, tal como recomenda Wachsmuth em sua teoria da história, é para mim desumana. Humano, para mim, é ser parcial (DROYSEN *apud* BARROS, 2012, p. 412-413).

Importante aqui mencionar que a corrente do historicismo foi muito mais do que uma mera replicação do paradigma cartesiano na ciência histórica. O próprio Ranke, reconhecido como um dos principais pilares do paradigma historicista, citava que a História é tanto ciência como arte, ou seja, ele ressaltava o exercício de imaginação que o historiador possui ao produzir suas narrativas. Segundo esse autor (2010, p. 141):

A história distingue-se de todas as outras ciências por ser também uma arte. A história é uma ciência ao coletar, buscar, investigar; ela é uma arte porque recria e retrata aquilo que encontrou e reconheceu. Outras ciências satisfazem-se simplesmente registrando o que foi encontrado; a história requer a habilidade para recriar. Como ciência, a história é parecida com a filosofia; e como arte, com a poesia.

A trajetória ininterrupta do paradigma científico parecia ser uma linha que culminava para o progresso do conhecimento acerca do passado. As inovações metodológicas culminaram para expandir a prática historiográfica. Por diversos países, a prática de se recuperar o passado foi instaurada e escolas de pensamento histórico foram consolidadas.

De certa forma, durante o arco temporal que cobre desde os anos iniciais do século XIX até meados do século XX, é grande o escopo de pensadores que se dedicaram à consolidação e ao estabelecimento dos parâmetros do pensamento histórico, até tal edifício ser abalado e questionado por correntes de pensamento¹⁶ que colocaram em questionamento o paradigma científico não só da história, como de diversos campos do conhecimento.

O debate central será a respeito da materialidade do ofício do historiador: o seu texto. A narrativa será colocada em lugar de evidência. Contudo, não se pode compreender o que de fato é a narrativa historiográfica e tomá-la por objeto exterior, vago na existência historiográfica. Ela é produto de uma prática social concreta e produz uma espacialidade: o espaço historiográfico.

É justamente da prática historiográfica, e mais particularmente do seu objeto, resultante dessa prática, que nos interessa discutir no presente trabalho. De certo modo, a prática historiográfica é fundamentada a partir de um conjunto de regras: a operação de reconstruir a “experiência do passado em história refletida no presente é posta por escrito. A história escrita, contada, narrada, requer uma espécie de convenção metódica de realização, que se pode chamar de pacto historiográfico” (MARTINS, 2017, p. 127).

Anteriormente à narrativa há um método que a consagra e a aloca na biblioteca de artefatos históricos. De fato, em que consistira a especialidade da narrativa historiográfica? Para tanto é preciso refletir acerca do *status* do produto do historiador. A partir da prática estabelecida em seu “pacto historiográfico” é preciso categorizar o que seria de fato a narrativa historiográfica.

1.3 A narrativa historiográfica: o espaço da constituição de sentido

O processo de cientificização pelo qual passa o conhecimento histórico o circunscreve em um processo de racionalização modernizadora, delimitando especificamente: a) o objeto da ciência histórica: o passado; b) procedimentos de pesquisa: um percurso metodologicamente constituído (uma prática), a partir do discurso científico

¹⁶ Podem ser mencionadas a título de exemplo as correntes de pensamento pós-modernas, que levantaram em evidência a relação ambígua entre ciência e sociedade, questionando principalmente as noções de progresso herdadas do Iluminismo, principalmente após o período entre guerras pelo qual passou a Europa. Há de fato um debate muito mais extenso acerca de tais embates teóricos; o que nos interessa aqui é pensar a relação desse embate com a narrativa historiográfica.

moderno, lucidando uma racionalidade metódica. E, por fim, c) seu produto final, a materialização do conhecimento histórico: **a narrativa historiográfica**.

Se tomarmos a narrativa em sua forma mais elementar, como um ato de linguagem ou ato da palavra, ela nada mais é do que atribuir sentido às experiências do mundo interiorizadas pelo sujeito. O universo da linguagem e da comunicação configura-se, ao lado das capacidades de produção da vida material do ser humano, como um salto ontológico na espécie. Contudo, as relações histórico-sociais pelas quais o ser passa no decorrer do tempo precisam ser encaradas, interpretadas, a fim de que possa se situar no decorrer do curso histórico no qual se encontra inserido.

Jörn Rüsen (2010b; 2012; 2016) delinea diversos aspectos constitutivos do que seria narrar historicamente. Para ele, a narrativa (histórica) configura-se como uma capacidade de atribuir sentido às experiências do tempo, mediada pela consciência histórica. Para o autor, a consciência histórica é definida como a “suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo” (RÜSEN, 2010b, p. 57). Nesse sentido, as discussões apontadas por Rüsen situam-se no âmbito da teoria da história, tendo como pressuposto fundante de todo saber histórico a consciência histórica.

A partir de tais apontamentos teóricos, direciona a sua crítica para os processos de aprendizagem da ciência histórica, na qual a consciência histórica é um fator de suma importância. Suas discussões em torno da narrativa concentram-se em torno de delimitar o que seria a capacidade narrativa em história. Importante frisar que não é somente na academia, ou na ciência histórica, que a narrativa se materializa enquanto conhecimento histórico do passado; ela está diretamente presente no cotidiano dos agentes históricos. A narrativa (histórica) é um produto da consciência histórica, e se pode asseverar que:

[...] a consciência histórica não é algo que os homens podem ter ou não – ela é algo universalmente humano, dada necessariamente junto com a intencionalidade da vida prática dos homens. A consciência histórica enraíza-se, pois, na historicidade intrínseca à própria vida humana prática. Essa historicidade consiste no fato de que os homens, no diálogo com a natureza, com os demais homens e consigo mesmos, acerca do que sejam eles próprios e seu mundo, têm metas que vão além do que é o caso. A razão disso está no fato de que, nos atos da vida humana prática, há permanentemente situações que devem ser processadas, com as quais não se está satisfeito e com respeito às quais não se descansará enquanto não forem modificadas (RÜSEN, 2010b, p. 78-79).

Deste modo, observa-se que a narrativa histórica possui uma função cultural de orientar a experiência humana no tempo, de assimilar as experiências e ressignificar tal conhecimento, em função da praticidade da vida, como uma forma de situar seu presente e direcionar as expectativas de futuro. Desta forma:

O narrar submete a singularidade dos eventos à ideia de um tempo ordenado. Com essa ideia se inscreve um sentido nos acontecimentos que ocorrem nas situações da vida humana. Eles adquirem a marca do significado, com o qual se encaixam em tais situações da vida. O poder dos eventos que ameaçam esmagar a vida humana é domesticado para servir à vida. É nisso que consiste o desempenho cultural do narrar. (RÜSEN, 2015, p. 193)

Recuperar o passado (seja ele qual for) mediante uma narrativa direciona tal processo cognitivo a uma ação: deve possuir sentido e significado para a vida prática do ser em sociedade. O narrar submete a singularidade de interpretação do tempo por intermédio da linguagem, necessária à comunicação e à transmissão de saberes através das gerações. O narrar pressupõe uma racionalidade que lhe é particular e própria, uma narrativa que pressupõe uma estrutura cognitiva de transmissão de saberes:

O pensamento histórico, em todas as suas formas e versões, está condicionado por um determinado procedimento mental de o homem interpretar a si mesmo e a seu mundo: a narrativa de uma história. Narrar é uma prática cultural de interpretação no tempo, antropológicamente universal (RÜSEN, 2010b, p. 149).

Deste modo, narração, consciência histórica e constituição de sentido estão intrinsecamente ligados. A “história” enquanto experiência humana no tempo deve ser interpretada e materializada mediante a narrativa. O conhecimento histórico confere orientação às ações do sujeito no tempo, produzindo sentido às experiências do passado.

A narração, portanto, é o processo de atribuir sentido à experiência do tempo. [...] A narração é um processo de *poiesis*, de fazer ou produzir uma estrutura de experiência temporal tecida de acordo com a necessidade de orientar-se no curso do tempo. O produto desse processo de narração, a estrutura capaz de tal orientação, é “uma história”. (RÜSEN, 2016, p. 47)

Contar histórias é atribuir sentido às experiências temporais. Ao tomar como objeto a prática histórica científica, deve-se levar em conta seu estatuto narrativo. A ciência histórica constitui-se como um evento narrativo. A narrativa surge como um elo entre “ciência” e “vida prática”. É nesse sentido que a ciência histórica precisa tornar-se próxima da vida e servir de orientação à vida humana prática.

Compreende-se que assim como o conhecimento histórico nasce das necessidades da vida prática, a narrativa, antes de se tornar ciência, mediante seu percurso metodológico, é substancialmente, em sua forma originária, não científica. É somente a partir do percurso traçado nos séculos XVIII e XIX que irá se categorizar o aspecto científico de se atribuir sentido à experiência do tempo. O compromisso que a história atende na orientação do tempo pressupõe uma racionalidade que precisa ser efetivada mediante a própria prática científica. Tal “cientificidade no âmbito das operações da consciência histórica e no âmbito da narrativa histórica consiste, por conseguinte, na regulação metódica dessas operações, desse narrar histórico” (RÜSEN, 2010b, p. 98).

Dessa forma, os intensos debates em torno da condição narrativa histórica foram sendo construídos e incorporados a partir da crítica à construção historiográfica e a sua forma escrita no ambiente acadêmico mediante uma prática científica. A história como especialidade científica pressupõe um processo no qual:

[...] se aplicam métodos que, como regras da pesquisa empírica, caracterizam a forma específica do pensamento histórico. Essa especificidade torna-se científica à medida que as perspectivas quanto ao passado, oriundas de carências e orientadas por interesses, são trabalhadas pela pesquisa pautada por regras metódicas e transformadas em saber histórico com conteúdo empírico (RÜSEN, 2010b, p. 33).

Compreende-se que a historiografia é um produto da operação historiográfica. Tais delineamentos circunscrevem o objetivo da pesquisa; a investigação acerca de um determinado modo de narrativa historiográfica, tendo como problema a construção de sentido temporal integrada às obras analisadas, e de como determinado *modus operandi* de escrita, busca dar uma finalidade prática para o saber que produzem acerca da interpretação histórica brasileira. Tendo como ponto de partida que a produção de histórias decorre necessariamente das carências de orientações temporais, em que o ser historicamente situado se depara e busca dar sentido a tais indagações.

É preciso ir além e pensar no que consiste a particularidade do narrar historicamente:

A especificidade da narrativa histórica está em que os acontecimentos articulados narrativamente são considerados como tendo ocorrido realmente no passado. Além disso, sua coesão interna é concebida como uma representação da evolução temporal vinculada à experiência e como significativa para o auto entendimento e para a orientação dos sujeitos narradores. (RÜSEN, 2010b, p. 155).

Diante do processo pelo qual passa a narrativa histórica até materializar-se historiograficamente, a partir de procedimentos científicos, pode-se tomá-la como objeto de análise e investigação. O percurso científico da “obtenção de conhecimento histórico empírico a partir das fontes, pela aplicação de métodos, orienta-se, por princípio, a tornar-se historiografia. Com isso ela mesma se constitui também produto da pesquisa histórica” (RÜSEN, 2010b, p. 34).

Compreende-se que é por meio da condição narrativa do conhecimento histórico que são produzidas cognitivamente as “representações da continuidade da evolução temporal dos homens e de seu mundo, instituidoras de identidade por meio da memória, e inseridas, como determinação de sentido, no quadro de orientação da vida prática humana” (RÜSEN, 2010b, p. 67).

Concebe-se que a produção historiográfica está atrelada a dois aspectos. O primeiro é a necessidade do historiador, agente social inserido em um determinado contexto histórico específico, e seu interesse em problematizar e reconstituir o passado. Um segundo aspecto está atrelado à função social do conhecimento histórico e a que demandas do tempo presente ele atende. Portanto, a prática historiográfica nunca será desinteressada ou descompromissada com o contexto histórico que lhe é particular.

Entende-se que “narrar fundamentadamente, como forma especificamente científica do pensamento histórico, significa, pois, proceder metodicamente ao rememorar o passado humano a fim de orientar o agir e o sofrer no tempo presente” (RÜSEN, 2010b, p. 99). Assim, a reconstituição do tempo mediante a narrativa é um constructo das três dimensões temporais (passado, presente e futuro) expressas no ato da fala ou da escrita:

Narrar a partir do tempo faz sentido na medida em que a sequência temporal dos acontecimentos (na maior parte ocorrências ou conteúdos empíricos de tipo estrutural) é situada no contexto próprio a esses mesmos acontecimentos. [...] A reconstituição mental da mudança temporal atribui a esta significado para a compreensão e para a interpretação dos processos de evolução no tempo, no qual vivem os sujeitos da narrativa ou, dito de outra forma, no qual o próprio processo comunicativo da narrativa se dá (RÜSEN, 2010b, p. 155).

É a partir de toda essa categorização em torno do elemento narrativo em história que se direciona pensar o objeto da pesquisa: o texto historiográfico. Ainda que, num primeiro momento, a amplitude do conceito de historiografia defina-se como “escrita da história”, é preciso expandir tal definição. Trilhar os percursos e momentos pelos quais a historiografia passou reflete a necessidade de um olhar crítico para o próprio ofício, tomando a autorreflexão como um pressuposto *a priori* de toda prática historiográfica.

Tomar a historiografia como objeto de pesquisa é centrar a reflexão em torno do trabalho, do ofício e da prática científica dos historiadores e do seu produto: a narrativa historiográfica. É de certa forma compreender a produção de cada obra em seu tempo histórico. Compreender que obras históricas são resultadas da prática científica dos historiadores, e podem ser tomadas como um objeto da história. O acúmulo teórico produzido pelos historiadores ao longo dos anos de produção precisa ser refletido, rediscutido, ressignificado a partir do presente, gerando um fôlego de utilidade para a produção do conhecimento da qual a história é constituinte.

Dessa forma, a prática historiográfica se efetiva a partir do caráter autorreflexivo do conhecimento histórico. Logo, pode compreender a historiografia como um “produto intelectual dos historiadores, [...] enquanto práticas culturais necessárias à orientação social – portanto enquanto produto da experiência humana em sociedade” (MALERBA, 2006, p. 23). A narrativa historiográfica, artefato histórico resultante dessa prática do historiador, também se converte em um espaço de análise.

Jurandir Malerba (2016) reconstitui o debate iniciado nos anos 1960 em torno da condição da narrativa historiográfica, após a virada linguística¹⁷. Para ele, os debates giravam em torno de quatro aspectos: 1) a narrativa histórica era **um modo de explicação do passado**, organizado justamente da prática científica; 2) considerava a narrativa histórica enquanto **histórias da ação humana** no tempo; 3) discutia-se em torno **do realismo histórico** que, para o autor, tal forma de narrativa “explora a questão de que a razão pela qual os historiadores constroem histórias sobre o passado” e que por sua vez tais narrativas “refletem a própria vida, a consciência e a existência humanas, as quais têm em si uma natureza e um caráter narrativo” (MALERBA, 2016, p. 407). E 4) as contestações oriundas a partir do *linguistic turn* culminaram em definições de que, em linhas gerais, a narrativa histórica não possui nenhuma relação com procedimentos científicos, ou com as questões apontadas acima, e sim de que as histórias contadas por historiadores são guiadas por protocolos linguísticos, constituindo-se **considerações literárias ou ficcionais sobre o passado**.

Todo esse intenso debate leva historiadores a se posicionarem no centro da discussão e firmar suas bases em torno da própria epistemologia do conhecimento histórico.

¹⁷ *Linguistic Turn*, como é conhecido mundialmente, foi um novo panorama evidenciado a partir das teorias da linguagem, direcionando para ela todo as matrizes de pensamento. A história também não fica de fora no bojo de tais discussões em torno da legitimidade de seu padrão de escrita, e se havia entre a narrativa histórica ou a literária, contestando assim a essência do conhecimento e da produção historiográfica.

A quarta proposição apresentada por Malerba (2016) teve como cerne as discussões acerca da veracidade da narrativa historiográfica enquanto conhecimento válido. Um dos expoentes dessa corrente de contestação da narrativa histórica é Hayden White (2014), que considera o texto historiográfico uma convenção linguística que os historiadores produzem, assemelhando o texto histórico ao texto literário.

O autor questiona justamente a legitimidade da narrativa histórica a partir dos procedimentos metodológicos. Para ele, o *status* da narrativa histórica é ser considerado um artefato verbal, que se constituiria como “ficções verbais cujos conteúdos são tanto inventados quanto descobertos e cujas formas têm mais em comum com seus equivalentes na literatura do que com os seus correspondentes nas ciências” (WHITE, 2014, p. 98).

Em síntese, pode-se descrever que o momento histórico, após a virada linguística, concebia uma nova forma de reflexão no tocante à produção do conhecimento em história. Segundo as discussões levantadas a partir de tal período, a narrativa histórica

[...] se dissolveria no discurso relativista, com o triunfo da subjetividade e da sensibilidade particular. A ‘verdade’ não apenas não poderia ser conhecida, nem mesmo passaria de um artigo de fé ou de uma esperança vã, quando não resumisse a uma manobra manipuladora de que se lançaria mão para enganar o incauto ‘público amplo’. A historiografia seria meramente ficção escrita de modo realista, recorrendo a convenções, como citações de fontes e notas de rodapé acadêmicas, para fortalecer a impressão de rigor e de correspondência à realidade (MARTINS, 2017, p. 130).

As duas primeiras proposições levantadas por Jurandir Malerba a respeito das discussões em torno da narrativa histórica consolidam concepções oriundas da prática historiográfica. Uma, é de que é feita segundo parâmetros orientados cientificamente, e a segunda é de que descreve a ação dos homens no tempo. A que denota uma complexidade maior no tocante à narrativa histórica é de que o **realismo histórico** resgatado mediante a historiografia precisa, de algum modo, ser útil à consciência e existência humana.

Dessa forma, o conhecimento histórico materializado pela narrativa precisa estar intrinsecamente ligado às necessidades práticas e temporais do presente. Pode-se pensar que “a historiografia pode ser caracterizada como o processo da constituição narrativa de sentido, na qual o saber histórico é inserido (mediante narrativa) nos processos comunicativos da vida humana prática” (RÜSEN, 2010a, p.43).

Por sua vez, o pensamento de Certeau (2017) nos direciona a uma série de questões decorrentes da prática historiográfica. Para ele, “fazer história” (de uma maneira científica) só é efetivada com a “mediação de atividades técnicas”, definindo, assim, uma

concepção particular de historiografia, ou seja, de uma escrita da história. Partindo desse pressuposto, temos a historiografia, considerada uma atividade mediada e circunscrita pelos padrões metodológicos da ciência histórica.

Contudo, produzir história possui uma relação muito mais complexa do que pactos metodológicos circunscritos a partir da produção acadêmica. A profissão (bem como a produção) do historiador deve estar norteada a partir da relação entre “a sociedade presente” e a “morte”. Ir atrás do passado, ressignificá-lo no presente, a partir de uma produção historiográfica precisa ser dotada de sentido, norteando a ação daqueles que utilizam a referência temporal da história, cumprindo, assim, sua função social.

A arte de contar e transmitir as histórias são uma constante antropológica no processo temporal da comunicação humana. Seja ela escrita, oral, com figuras, sendo lembrada pelas práticas memorialistas, a substância do passado precisa fazer algum sentido prático para aqueles que dele se assenhoram. O texto histórico é o produto da arte e da ciência dos historiadores, cada um produzido à luz de seu tempo e com os instrumentos conceituais que lhe são próprios.

Entretanto, a historiografia adquire uma dimensão espacial que lhe é particular, delineada por conflitos e disputas que ocorrem em sua construção. Debates em torno de sua legitimidade, construção, padrões científicos e metodológicos circunscrevem a historiografia nas discussões acerca do espaço levantadas por Certeau (2017; 1998) e Bordieu¹⁸ (1989).

Assim, as diferentes narrativas que compõem a construção da historiografia demarcam e delineiam um espaço em particular: o da prática historiográfica. O espaço é entendido na historiografia como um conceito amplo, multifacetado, porém, que nos remete a pensar que toda prática temporal está circunscrita a um espaço, seja ele físico, social ou mental. É possível intercalar análises da prática historiográfica ou, mais precisamente, em torno da condição narrativa histórica, e a partir disso pensar os espaços que são oriundos da prática historiográfica.

As definições acerca do espaço são aqui significativas para demonstrar que toda prática humana no tempo se produz em um espaço. Logo, a prática historiográfica é o resultado materializado e dimensionado em conhecimento da experiência humana no

¹⁸ As definições acerca do conceito de espaço sofrem diferenciações no que se refere a tais autores. Michel de Certeau (1998) compreende o espaço produzido a partir do ato da palavra, ou seja, para ele o que circunscreve um determinado espaço é a linguagem e é permeado pela prática. Para Pierre Bordieu (1989), o que ele denomina de região é um espaço criado pelo conflito; na ciência histórica pode-se tomar como exemplo os conflitos em torno das legitimidades das narrativas, muito recorrente nos embates historiográficos.

tempo. A narrativa historiográfica, um produto da ação humana, também se institui a partir de operações espacializantes.

Compreende-se que a prática historiográfica que sustenta a ciência histórica delinea um campo espacial muito específico: a disciplina de História. As delimitações do espaço confluem para direcionar e ao mesmo expandir as noções que se produzem acerca do que seria o espaço. É dentro desse ínterim que a ciência histórica é concebida como um espaço textual, no qual se institui o conhecimento histórico. Nota-se que;

A noção de espacialidade vem se alargando consideravelmente desde os primeiros e mais vigorosos desenvolvimentos da historiografia no século XX: do espaço físico, ao espaço social, político e imaginário, e daí até a noção do espaço como “campo de forças” que pode inclusive reger a compreensão de práticas discursivas (BARROS, 2017, p. 16).

Em consonância com o que observa Lefebvre (2006, p. 9) ainda há uma história do espaço para construir. Desse modo, o ato de delimitar, circunscrever espaços é uma constante na história humana. Desde sempre o ser humano em sua prática racional esquadrinha, delimita, rompe fronteiras que lhe são impostas a partir de territórios. Compreende-se que essas operações espacializantes são, de certa maneira,

[...] produtos das operações de dotação de sentido com que os homens procuram dominar o caos das coisas à sua volta. As regiões nascem de investimentos de sentido, da produção de sentidos: nascem da busca por organizar o mundo, por ordená-lo, por esquadrinhá-lo, por classificá-lo, por dominá-lo (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, p. 62).

Compreendendo a delimitação da região como um espaço marcado por interações, é justamente a partir da prática social, inerente à escrita da história, do manejo das fontes (dentre outras práticas atreladas ao ofício de historiador) que se busca encontrar os conflitos e tensões que são permeados a partir dessa atividade. Dessa forma, delimitar o labor historiográfico enquanto uma região a ser estudada é reconhecer que os próprios historiadores estão inseridos nesse *metier* teórico, produzindo e reproduzindo tal espaço.

Durval Muniz Albuquerque Jr. (2008, p. 60) define que “a região, para realmente existir [...] tem que existir para e nas subjetividades de quem a reconhece, a vivencia e de quem a pratica ou em nome dela discursa”. Discutir o espaço da prática historiográfica é compreender que o próprio ofício do historiador é marcado por suas operações teóricas e a construção analítica do passado é permeada pela construção de narrativas.

Logo, percebe-se que “organizando o espaço textual, estabelece um contrato e organiza também o espaço social” (CERTEAU, 2017, p. 103). Corroborando com a ideia

de que a prática historiográfica é performativa dentro da sociedade em que está inserida. Compreende-se que o ato da palavra e da escrita é performativo, impõe autoridade, constituindo desse ponto de vista a historiografia enquanto inserida e criadora de um *locus* específico que sustenta um diálogo com a sociedade.

Para Lefebvre, o espaço (social) é concebido como um produto (social). Constituinte, também, a partir de relações sociais. Como tal, está inserido em uma teia de relações de resistência e dominação, na qual a última torna-se quase sempre difícil de ser concretizada:

Visto que o espaço assim produzido também serve de instrumento ao pensamento, como à ação, que ele é, ao mesmo tempo, um meio de produção, um meio de controle, portanto, de dominação e de potência {poder} – mas que ele escapa parcialmente, enquanto tal, aos que dele se servem. As forças sociais [...] que o engendraram tentam controlá-lo e não conseguem; aqueles mesmos que levam a realidade espacial em direção a uma espécie de autonomia (LEFEBVRE, 2006, p. 50).

Sob esse ângulo, a realidade espacial está em constante fuga. Torna-se quase que impossível dominá-la. Ao mesmo tempo em que serve de instrumento para controle, tal espaço foge das forças que o tentam subjugar-lo. A prática espacial, “que engloba produção e reprodução” nos conjuntos espaciais próprios a cada formação social, pode assegurar uma “continuidade numa relativa coesão” (LEFEBVRE, 2006, p. 59). O padrão metodológico imposto na produção e reprodução do espaço narrativo historiográfico pode, de certa forma, construir uma relativa coesão.

Certeau (1998) apresenta-nos a definição de que o espaço é, em síntese, um lugar de prática. Só há espaço a partir de práticas. Inscrever a narrativa historiográfica no bojo de tais discussões remete-nos a pensá-la como sendo construída a partir de práticas que também são permeadas por conflitos em torno do espaço. Bordieu (1989, p. 116), por sua vez, define que o que delimita uma determinada região é o conflito em torno do seu processo de legitimação. Considera que o discurso delimitador de fronteiras “é um discurso performativo, que tem em vista impor como legítima uma nova definição das fronteiras e dar a conhecer e fazer reconhecer a região assim delimitada”.

As práticas que legitimam o percurso historiográfico são os procedimentos metodológicos, anteriormente discutidos no primeiro tópico do presente capítulo. Tais percursos, situados na operação historiográfica, condicionam sua crítica documental, permitem a construção de uma “linguagem” específica, produzindo “uma prática”, de “situar-se com relação ao seu *outro*, o passado. Com efeito, ele mesmo é uma prática. A

historiografia se serve da morte para articular uma lei (do presente)” (CERTEAU, 2017, p. 110-111).

Para se legitimar uma obra historiográfica é preciso que esteja assentada nos padrões científicos que são particulares da ciência histórica. Tal proposição nos remete a identificar a narrativa historiográfica enquanto um espaço delimitado pelos próprios historiadores. Assim, desenvolve-se a ideia de que “a escrita histórica – ou historiadora – permanece controlada pelas práticas das quais resulta; bem mais do que isso, ela própria é uma prática social” (CERTEAU, 2017, p. 91).

O percurso traçado na pesquisa histórica direciona-se à elaboração de uma escrita, à composição de um texto. Tal direcionamento é a materialização do conhecimento histórico efetivado no texto historiográfico, construído a partir das leis do meio – as que foram elaboradas no século XIX, na constituição da história enquanto ciência, e se consolidam no século XX. É nesse sentido que:

A escrita consistiria em “elaborar um fim”. Na verdade, ela não é nada disso desde que haja discurso histórico. Ela impõe regras que, evidentemente não são iguais à prática, mas diferentes e complementares, as regras de um *texto que organiza lugares em vista de uma produção*. Com efeito, a escrita histórica compõe, com um conjunto coerente de grandes unidades, uma estrutura análoga à arquitetura de lugares e de personagens numa tragédia. (CERTEAU, 2017, p. 106).

A produção do discurso historiográfico estaria inserida a partir de operações que delimitam fronteiras e que também fundamentam uma visão unitária de uma prática social. Certeau (1998, p. 202) define que o espaço é “produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflitais ou de proximidades contratuais”. Ou seja, há uma unidade no pensamento histórico que o condiciona a pensá-lo como espaço. Tal organicidade configura-se por seus próprios códigos científicos.

As concepções que Certeau (1998; 2017) nos oferece acerca do espaço destacam que ele é marcado por operações narrativas. Talvez aí se situe o paralelo entre a prática historiográfica e a delimitação do espaço. Para o autor, o espaço é praticado por meio (e principalmente) do relato. Dessa forma, como a historiografia se constitui a partir de uma estrutura narrativa, um todo cujas operações espacializantes são definidas justamente, a partir da composição de narrativas.

As experiências produzidas pela cultura científica da teoria da História também se inscrevem por intermédio de práticas espacializantes. A partir das diversas matrizes teóricas

e de distintas concepções epistemológicas, a História é um campo marcado por conflitos e disputas em torno de conceitos e teorias que se propõem a dar conta da cientificidade da disciplina e da legitimidade das narrativas.

Compreende-se, assim, que toda descrição (ou o ato de narrar) é fundadora de espaços, sendo dessa forma, um ato culturalmente criador de toda existência humana. É importante ressaltar que, segundo Barros (2017, p. 204), não se deve considerar o espaço como

Algo estático, mas sim como um processo, como uma materialidade em mutação, como uma rede de relações que se estabelecem em muitas direções. O espaço não é apenas um conjunto de fixos, mas também atravessados por fluxos de diferentes tipos. De igual maneira, as ações se impõem ao espaço. Tensões as mais diversas se estabelecem, poderes constroem, resistências se afirmam. O espaço não é apenas o lugar no qual se luta, mas também aquilo por que se luta.

O campo da prática historiográfica forma um espaço de disputas simbólicas e de relações conflitantes de poder. Tal região, definida a partir dos campos de força que possui, é marcada por conflitos, é constituída a partir de uma prática social. Compreendendo que “a vida humana é eterno devir de territórios de longa e curta duração, que se superpõem e se entrecruzam ao sabor das relações sociais, das práticas e representações” (BARROS, 2006, p. 474). Deste modo, tanto invenções como ações humanas possuem historicidade. Tanto a prática historiográfica, quanto a narrativa histórica, são objetos em permanente construção e desconstrução.

Observa-se que uma determinada prática cultural contribui para gerar um território específico. Deve-se atentar para o fato de que “a região é um objeto em permanente construção e desconstrução, em constante movimento” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, p. 63). Ou seja, a prática da escrita da História pode gerar um *locus* específico de investigação que é a narrativa histórica, e que o sentido norteador da produção do conhecimento historiográfico está também em constantes mutações.

As concepções teóricas atreladas no presente tópico confluem para pensar o estatuto historiográfico a partir de um diferente prisma analítico, circunscrito nas delimitações do espaço. Compreendemos espaço a partir de uma definição ampla, para além do aspecto físico. A narrativa historiográfica constitui-se como um espaço textual, um espaço intelectual e um espaço social. O espaço textual é direcionado a partir de sua escrita historiográfica. O espaço intelectual é circunscrito a partir da estrutura cognitiva do pensamento histórico, presente na consciência histórica do próprio autor. E, por fim, a

escrita histórica é um espaço social, no sentido que mantém uma intrínseca relação com o meio social de que é originária, produzindo sentido e articulando a relação entre o passado e o presente.

A produção do conhecimento histórico, estritamente em sua forma historiográfica, é regulada por padrões científicos e precisa ser capaz de produzir um significado para a vida, a partir das necessidades do presente. Estevão de Rezende Martins (2015, p. 8) compreende, nesse sentido, que o pensamento histórico precisa ser “produzido por uma reflexão intencionalmente voltada para a organização crítica da memória como fundamento do sentido da sociedade, da política e da cultura respectiva”.

Inserir a narrativa historiográfica dentro das discussões do espaço implica pensá-la a partir de sua produção, dos seus padrões e rigores metodológicos, e de qual sentido produz no presente. É pensar a relação entre esse padrão metodológico que a define enquanto uma ciência que trabalha com o passado. Mais do que isso, estabelecer a conexão entre a prática historiográfica e qual seria a produção de sentido para as ações no presente. Compreende-se que:

A escrita não fala do passado senão para enterrá-lo. Ela é um túmulo no duplo sentido de que, através do mesmo texto ela honra e elimina. Aqui a linguagem tem como função introduzir no *dizer* aquilo que não se *faz* mais. Ela exorciza a morte e a coloca no relato, que substitui **pedagogicamente** alguma coisa que o leitor deve crer e fazer. (CERTEAU, 2017, p. 110 – grifo meu).

Questionar suas fronteiras e delimitações requer situar a produção historiográfica a par de suas tensões em torno da função do conhecimento histórico. Tal processo direciona a pensar a atribuição de sentido, decorrente da reconstrução das experiências históricas, articulando-as às leis do presente, abrindo, dessa forma, possibilidades de ações no campo da expectativa dos interlocutores de tal produção historiográfica.

Para Lefebvre (2006, p. 65), a análise da “prática espacial de uma sociedade se descobre decifrando seu espaço”. Assim, a partir de uma análise da construção espacializante da historiografia compreende-se que é preciso dismantelar suas estruturas, para que se encontre a função social que lhe é inerente a partir de seu processo de escrita.

Torna-se necessário investigar as práticas em torno da constituição do espaço historiográfico, esquadriando a sua formação. O espaço narrativo converte-se em um eterno devir, no qual práticas historiográficas, escolas de pensamento, metodologias, ideologias, diálogo com outras ciências sobrepõem-se, constituindo o caráter autorreflexivo e sempre inovador do pensamento histórico. É assim que a necessidade de se esquadriar o espaço

historiográfico é pertinente, para entender como estruturas de pensamento histórico foram modificadas no decorrer da trajetória científica da História.

Deste modo, os sujeitos inseridos na produção e constituição do espaço historiográfico contribuem para delimitar – mediante suas práticas (e ações) – e estabelecer a identidade que o espaço constitui entre seus interlocutores:

O espaço social “incorpora” atos sociais, os de sujeitos ao mesmo tempo coletivos e individuais, que nascem e morrem, padecem e agem. Para eles, seu espaço se comporta, ao mesmo tempo, vital e mortalmente; eles aí se desenvolvem, se dizem e encontram os interditos; depois caem e seu espaço contém sua queda. Para e diante do conhecimento, o espaço social funciona – com seu conceito – como analisador da sociedade (LEFEBVRE, 2006, p. 59).

Compreende-se que a construção narrativa da ciência histórica é instituidora de um espaço que se estabelece enquanto um produto social, na medida em que fornece, por meio do saber histórico, sentido às ações humanas no tempo. Assim, a historiografia, pelo menos em tese, deve estabelecer a sua relação com o meio social do qual se origina, fornecendo respostas aos desafios que emergem no tempo, situando o agente histórico temporalmente.

1.4 O Texto historiográfico na reflexão didática

Todo o percurso historiográfico pensado a partir do estatuto científico da narrativa historiográfica não segue uma linha unívoca. A estrutura do conhecimento histórico encontra-se dispersa e em uma linha tênue entre: *res gestae* (ações humanas no passado) e *rerum gestae* (a escrita propriamente dita da história). Obviamente que as ações humanas armazenadas na memória se encontram em uma quantidade amplamente maior do que é produzido historiograficamente.

Compreende-se que historiografia, neste trabalho, é entendida como um conjunto de enunciados narrativos de fatos, com bases empíricas fundamentadas a partir de uma metodologia que é a base epistemológica do pensamento histórico em sua estrutura científica. Opera-se um salto qualitativo e quantitativo proporcionado por escolas e paradigmas historiográficos nos séculos XIX e XX.

Contudo, nesse percurso há um nítido processo de descentralização do direcionamento da produção do conhecimento histórico. A disciplina histórica centra seu interesse em protocolos de cientificização e erudição, deixando muitas vezes de lado saber que é enraizada nas necessidades vitais do agir racionalmente do ser humano e que, dessa

forma, seria *a priori* uma condição efetiva reconstruir tal aspecto por meio da própria narrativa historiográfica.

Consequentemente, a produção do conhecimento histórico mediante a historiografia precisa suprir uma necessidade de orientação temporal no presente. O conhecimento histórico precisa acertar as contas com a sociedade, cumprindo sua função vital, capacitando o agente histórico de pensar historicamente, situando-o frente aos problemas do passado, ressignificando tais conceitos substantivos no presente e proporcionando a capacidade de orientação em suas ações futuras.

As experiências do tempo precisam ser interpretadas, com a finalidade de suprir as carências temporais nas quais os sujeitos estão envolvidos. A historiografia (ou a escrita da história) precisa assumir sua tarefa historicamente estabelecida, que seria, por meio da convenção metódica da construção narrativa, produzir sentidos:

Para a historiografia como produto narrativo, argumenta-se que, mesmo se todo conhecimento histórico é inevitavelmente situado, é necessário trabalhar em direção a um entendimento mais complexo dos modos com os quais os relatos históricos são impregnados pelas diversas conotações do tempo presente (MARTINS, 2017, p. 142).

Estabelece-se, assim, o raciocínio que deve nortear a produção historiográfica, que é a construção de sentido para o sujeito no tempo presente. Rüsen (2015, p. 196) afirma que “[...] o passado abriga, em seu distanciamento temporal do presente, um potencial de significado com o qual se deve lidar, de maneira própria, de forma a constituir sentido (mediante a narrativa histórica)”. Para tanto, como mencionado, é a narrativa – seja ela histórica ou historiográfica – que conduzirá a produção de sentido entre o conhecimento histórico e os problemas cotidianos que demandam respostas do passado.

O que de fato ocorre é que a função da escrita histórica é complementar com relação à prática historiográfica. Para Certeau (2017, p. 109), ela é particularizada sob dois aspectos: por um lado “ela exorciza a morte introduzindo-a no discurso”. Por outro lado,

[...] tem uma função *simbolizadora*; permite a uma sociedade situar-se, dando-lhe, na linguagem, um passado, e abrindo assim um **espaço** próprio para o presente: “marcar” um passado é dar um lugar à morte, mas também redistribuir o espaço das possibilidades, determinar negativamente aquilo que está *por fazer* e, conseqüentemente, utilizar a narratividade, que enterra os mortos, como meio de estabelecer um lugar para os vivos. A arrumação dos ausentes é o inverso de uma normatividade que visa ao leitor vivo, e que instaura uma **relação didática** entre o remetente e o destinatário. (grifos meus)

Compreende-se que “o conjunto do passado das ações humanas nada mais é do que um acervo morto. Sua transformação em história é sua vivificação pela atuação direta do interesse racional do presente” (MARTINS, 2017, p. 126). Toda a produção de conhecimento mediante a narrativa historiográfica, marcada diretamente por seus conflitos espaciais, precisa ter em seu norte a função social e didática, que é particular da própria disciplina histórica: possuir função na vida prática. Isto é, dotando de significado o conhecimento histórico para o ser em sociedade.

Todo esse processo pelo qual passa a disciplina de história resulta em um caráter ambíguo: se, por um lado, a disciplina se consolida na pesquisa e em cadeiras na academia, acaba afastando a história científica do público em geral. Se tomarmos seu processo de consolidação, dentro dos padrões científicos, percebe-se que a disciplina histórica consegue se consolidar mediante dois aspectos:

A profissionalização dos historiadores decorre, num primeiro momento, de uma operação de delimitação, da definição de uma norma legítima que marque os contornos de uma comunidade científica que garanta a validade do saber histórico. Essa clausura se efetua em dois planos: a organização do ensino e a codificação do método. (DOSSE, 2010, p. 27)

Em algum momento teórico da construção historiográfica deixou-se de pensar a relação didática que o texto histórico devia possuir com seus leitores, ou seja, deixou de centrar seus objetivos nos aspectos públicos do saber histórico. Dessa forma, passou a não encontrar mais a relação entre a história e a vida concreta ou sua utilidade para o cotidiano dos seres em sociedade. Um ponto que ajuda a compreender e explica tal afastamento é o aspecto de que o elemento que liga a ciência histórica e a vida, a narrativa, concentrou em si uma erudição, que a destacava em um padrão científico; porém, a distanciava da produção de sentido no presente.

Compreendendo que a escrita da história opera por meio da reconstrução daquilo que está “morto”, transformando-o por meio de um lugar simbólico, articulado a um trabalho (ou prática) que visa transparecer no presente um lugar específico (seja ele passado ou futuro), instaurando possibilidade ou um “dever-fazer”; nesse sentido, “pode-se dizer que ela faz mortos para que os vivos existam” (CERTEAU, 2017, p. 110).

Rüsen (2006, p. 8) aponta que durante o século XIX, quando os historiadores delinearam os contornos de “sua disciplina, eles começaram a perder de vista um importante princípio, a saber, que a história é enraizada nas necessidades sociais para orientar a vida dentro da estrutura tempo”. Logo, é equívoco pensar uma univocidade na

trajetória do pensamento histórico, desde sua constituição, como um artefato na biblioteca das ciências da humanidade, até seu desdobramento como disciplina estabelecida e consolidada em salas de aula, espaços públicos e sua própria prática científica.

Se, por um lado, os domínios de Clio se consolidam ao lado dos mais diversos paradigmas científicos da modernidade, por outro lado, a ciência história acaba se distanciando de seu significado vital e da função social que mantém com o presente. É demasiadamente irrelevante aqui considerar descompromissada a função social que a história mantém com o presente, pois o ato de:

[...] nomear os ausentes da casa e introduzi-los na linguagem escriturária é liberar o apartamento para os vivos, através de um ato de comunicação, que combina a ausência dos vivos na linguagem com a ausência dos mortos na casa. Dessa maneira, uma sociedade se dá um presente graças a uma escrita histórica. A **instauração literária desse espaço** reúne, então, o trabalho que a **prática histórica** efetuou. (CERTEAU, 2017, p. 110 – grifos meus).

A prática historiográfica, a qual foi discutida no presente capítulo, conduz à organização de uma comunidade científica e à delimitação de um ofício. O debate acerca de uma padronização metódica, crítica das fontes, a ampliação do documental para reconstruir o passado, a elaboração de uma narrativa, que é produzida a partir do método, é que se constitui a problemática do presente capítulo.

Contudo, algumas questões ainda se constituem pendentes: qual é a função social que tal narrativa historiográfica desempenha para aqueles que dela se assenhoram? Ou, mais ainda, qual o sentido empregado pelo historiador no jogo de construção de suas palavras ao tratar com o passado? Tais interrogativas nos remetem a pensar na própria discussão que Certeau aponta acerca da relação entre a sociedade presente e a morte, por meio da erudição técnica, a qual está diretamente imbricada na construção do conhecimento historiográfico.

A consolidação científica leva a história a um processo de rompimento com a dimensão utilitária-didática do saber histórico. Dimensão didática essa que está intrinsecamente ligada às funções do conhecimento histórico e à sua relação com a vida prática. Dessa forma, torna-se necessário pensar novamente uma reconciliação entre o conhecimento histórico – em sua forma especificamente protocolada por padrões científicistas – e as suas conexões didáticas com a sociedade.

Segundo Rüsen (2010b, p. 51), no âmbito dos processos de formação histórica a própria ciência da história torna-se um “caso didático especial”. Assim, “a própria história

como ciência também é um processo de aprendizagem que precisa ser organizado didaticamente”. Torna-se necessário pensar essa relação entre o que a ciência histórica pode ser útil em fornecer significado identitários à vida prática, na complexa relação que é produzida entre a ciência histórica e a sociedade.

CAPÍTULO 2 A HISTORIOGRAFIA E A SUA REFLEXÃO DIDÁTICA

De sua parte, a arte do historiador colabora com a imensa influência exercida sobre as opiniões dos seres humanos, uma vez que estes não somente medem a realidade a partir de suas ideias, mas também lhe exigem que se conforme ou reajuste a esta ou aquela maneira - e os homens o exigirão com impaciência cada vez maior o quanto mais facilmente estiverem habituados a pensar a partir de tal inversão das coisas.

Johan Gustav Droysen

2.1 Didática da História: um campo em construção

O que é de fato decisivo para compreender a trajetória da ciência histórica e o que nos interessa na presente discussão é destacar a exclusão do pensamento didático da ciência histórica, mediante o processo de cientificização, ocorrido a partir do século XIX e nas décadas iniciais do século XX. Importante ressaltar que essa crítica empreendida à historiografia é apenas uma das tantas possíveis ao estatuto do produto da ciência histórica. É em busca da reconstrução da conexão didática do pensamento historiográfico que buscamos compreender a produção historiográfica de Caio Prado Júnior acerca do Brasil.

Todo historiador trabalha com funções didáticas de pensamento, o que significa que o ofício historiográfico sempre tem por objetivo interpelar a consciência histórica dos seres em sociedade. O que convém investigar é que formas de orientação são produzidas por determinadas narrativas historiográficas.

A prática historiográfica surge necessariamente dos interesses da vida prática, o que fundamenta a existência da História como ciência. Toda narrativa histórica possui uma função didática que busca estabelecer relações com a vida. A didática da história visa justamente (re)estabelecer os vínculos que a ciência histórica possui com as carências de orientação que se colocam cotidianamente. Nesse sentido, a didática se serve tanto do produto da prática historiográfica que é a narrativa histórica, quanto da teoria da História, que permite o exercício de autorreflexão acerca do próprio processo de produção do conhecimento histórico.

Nesse complexo contexto de reflexão da ciência histórica a Didática da História pode-se colocar como um campo que busca aproximar os pressupostos científicos da ciência histórica com o processo de aprendizagem que se perdeu no decorrer do processo de profissionalização da ciência histórica. Nesse aspecto, podemos citar o processo de

renovação e consolidação do campo da Didática da Histórica ocorrido na Alemanha, nas décadas de 1960 e 1970, em um ambiente de crise da disciplina.

Corriqueiramente, na construção do ensino das mais diversas disciplinas que perpassam o meio escolar, o termo “didática” está na maioria das vezes atrelado às técnicas e metodologias do como ensinar. Direciona-se principalmente ao que é postulado por Comenius, em sua obra *Didática Magna*, publicada em meados do século XVII, segundo a qual a didática seria a “arte de ensinar”.

Pode-se observar um predomínio teórico-metodológico de tal perspectiva na construção de programas de ensino e na consolidação de projetos educacionais pelos séculos XIX e XX. Entende-se que, certamente, o legado iniciado por Comenius¹⁹ traz um importante marco teórico ao se pensar as relações de transmissão entre o ensino e a prática exercida pelo professor em sala de aula.

Com o alvorecer da modernidade e a disseminação dos campos científicos, em que cada área requer seu campo de saber delimitado e fixa os limites da sua ciência, algumas disciplinas optam por requerer sua própria estrutura didática na relação de transmissão de saberes. E o objetivo do presente capítulo é demonstrar como a ciência histórica constrói suas matrizes didáticas, a partir de seus próprios referenciais teóricos científicos.

Para Rüsen (2006), essa concepção de didática oriunda de Comenius domina a centralidade dos campos disciplinares por um longo período de tempo. Nesse sentido, alguns teóricos alemães irão centrar suas discussões, nos anos 1960 e 1970, em torno de como ocorre o processo de aprendizagem histórica, distanciando-se de tais pressupostos. Rüsen estabelece claramente qual era a concepção de didática que preponderava no contexto histórico de suas discussões:

A opinião padrão sobre o que a didática da história é, como ela funciona e onde está situada no reino das humanidades é a seguinte: a didática da história é uma abordagem formalizada para ensinar história em escolas primárias e secundárias, que representa uma parte importante da transformação de historiadores profissionais em professores de história nestas escolas. É uma disciplina que faz a mediação entre a história como disciplina acadêmica e o aprendizado histórico e a educação escolar. Assim, ela não tem nada a ver com o trabalho dos historiadores em sua própria disciplina. A didática da história serve como uma ferramenta que transporta conhecimento histórico dos recipientes cheios de pesquisa acadêmica para as cabeças vazias dos alunos (RÜSEN, 2006, p. 8)

¹⁹ João Amós Comênio (1592 – 1670) – conhecido por Comenius – é o precursor de teorizações acerca das metodologias de ensino, sendo reconhecido no campo da Pedagogia como o pai da didática moderna. Obviamente que não só ele, mas dos diversos autores que no campo da pedagogia se dedicaram a desenvolver pressupostos teórico-metodológicos no campo da pedagogia sobre o “como ensinar tudo a todos”.

O conhecimento histórico, no decorrer do seu processo de constituição, esteve sempre atrelado às necessidades de estabelecer conexões com os problemas práticos da vida cotidiana. O passado era revisitado sempre e os problemas no tempo presente precisavam ser solucionados a partir de estruturas temporais exemplares:

A transmissão da memória às futuras gerações e, conseqüentemente, a construção do conhecimento histórico nos mais diferentes espaços - desde as ruas da acrópole ateniense, passando pelas estradas romanas e feudos medievais, até os casebres dos trabalhadores na urbanização das cidades europeias - seguia a máxima ciceroniana da *História Magistra Vitae* (“História Mestre da Vida”) e revelava que o ensino e a aprendizagem, dispersos na sociedade, compunham sua cultura histórica (ALVES, 2013, p. 54-55).

Esse princípio esteve atrelado à constituição do saber histórico pelo menos até em boa parte de sua consolidação como um campo científico no século XIX. Após tal período, a centralidade da construção do saber histórico transfere-se à constituição de um método de apreensão do passado, ocorrendo uma ruptura na própria centralidade de ser do conhecimento histórico, que é estar atrelado a convenções metódicas e dissociado de sua função para a *práxis* humana no tempo.

O desenvolvimento das investigações acerca da aprendizagem histórica ganhou contornos significativos com o avanço de pesquisas e da contribuição teórica advinda dos estudos referentes à Didática da História (*Geschichtsdidaktik*, de matriz alemã). Tais discussões tiveram início nos anos finais da década de 1960, consolidando-se nos anos 1970. Pode-se afirmar que as concepções teóricas dos pensadores alemães proporcionaram uma virada paradigmática na própria forma de se pensar o conceito de “didática”.

Nos processos de ensino, “a didática da história, por muito tempo, não era considerada parte integrante da disciplina especializada ‘história’, mas apenas como aplicação pedagógica, referente apenas ao uso externo do saber histórico” (RÜSEN, 2010a, p. 11). Houve uma transferência do processo de aprendizado dos mecanismos da ciência histórica para outro campo preocupado em como ensinar e não como se constituíam os processos de aprendizagem. Nesse aspecto, os transmissores do saber histórico seriam encarregados de desenvolver técnicas para a assimilação dos conteúdos substantivos do passado:

Os didáticos seriam transportadores, tradutores, encarregados de fornecer ao cliente ou à cliente – comumente chamado de “aluno” ou “aluna” – os produtos científicos. A didática se relacionaria com o saber histórico produzido cientificamente como o *marketing* se relaciona com a produção de mercadorias (RÜSEN, 2010a, p. 89).

Estabelecendo uma relação de transposição de conteúdos da ciência histórica a recipientes vazios (os estudantes), o professor seria o mediador entre uma dimensão e outra, afastado do ofício historiográfico. A ruptura epistemológica oriunda da didática da história alemã questionava tais padrões, por considerar o aprendizado histórico em uma totalidade mais abrangente.

O desenvolvimento de tais discussões, bem como suas produções teóricas pode ser mais bem explicitado por sua própria relação ao espaço-tempo em que estavam inseridos tais teóricos. O momento pelo qual passava a ciência histórica, como um todo, era de questionamento em torno da legitimidade dela no cenário alemão. A história (ciência dos fatos passados) não era mais capaz de fornecer respostas aos problemas da sociedade alemã no período pós-guerra. Procurava-se encontrar conexões entre a história e a vida prática; nesse aspecto, a problemática da didática da história se consolida em:

Como o pensamento histórico pode realizar essa sua intenção na vida prática, e por força de sua constituição científica, é a questão central da “didática” como parte sistemática integrante da teoria da história. O termo “didática” indica que a função prática do conhecimento histórico produz efeitos nos processos de aprendizado. (RÜSEN, 2010a, p. 87).

As discussões tinham como foco pensar as necessidades da sociedade alemã e sua relação com o seu próprio passado, no período paradigmático em que se encontravam após perderem duas guerras. As experiências pelas quais o povo alemão vivenciou até, pelo menos, a segunda metade do século XX, tornaram-se traumatizantes a ponto de não quererem assumir um passado que buscavam se distanciar cada vez mais. É a partir desse contexto que uma virada paradigmática se acentua sob a base epistemológica do saber histórico:

Nos anos 60 e 70 todo o cenário mudou. A arrogância do sábio que assumia que os estudos históricos eram legitimados pela sua mera existência perdeu seu poder de persuasão. Uma nova geração de estudiosos criticava radicalmente o conceito tradicional de estudos históricos e propagava um novo conceito teórico que estavam aptos para pôr em prática. Eles concebiam a história como uma ciência social com laços muito próximos de outras ciências sociais. Ao fazê-lo, levantaram importantes questões referentes à tarefa básica da cognição histórica e da função política dos estudos históricos (RÜSEN, 2006, p. 10).

Soma-se a isso o pouco interesse do governo em desenvolver estratégias de ensino visando trabalhar um passado diferente do que era transposto no ensino de história. Questões como holocausto, por exemplo, tornavam-se cada vez mais temas difíceis²⁰ de

²⁰ Tais discussões acerca de temáticas difíceis de serem abordados em ensino se consolidam *a posteriori*, também em um campo de pesquisa denominado: História Difícil. No Brasil, pode se citar o exemplo da

serem abordados em profundidade histórica. A partir desses aspectos apontados surge uma necessidade de se rediscutir a função que a história deveria desempenhar no cotidiano dos seres em sociedade. Percebia-se que “a sociedade alemã havia mudado, a nova geração exigia um debate sobre o passado recente, mas, a ciência histórica e o ensino da história não haviam acompanhado esta transformação” (SADDI, 2014, p. 137).

A procura por um distanciamento e esquecimento do seu passado ocasiona ao povo alemão uma carência temporal na sociedade e um conflito de gerações acerca do ocorrido na guerra. Tal quebra na experiência histórica e temporal dos alemães gerou uma carência e novos desafios de se pensar estratégias para o ensino da história que contemplassem a particularidade do caso alemão, e que resgatassem, de certa forma, as conexões da função histórica para a vida prática.

Estabelecer o elo entre História e vida prática vira ordem do dia em uma Alemanha esfacelada por todos os processos históricos, em que diversas gerações estiveram inseridas. Nesse aspecto, os jovens no período posterior à Segunda Guerra procuraram questionar as raízes de seu próprio passado histórico:

Esta nova geração crescia sob uma Alemanha ocupada, dividida em duas, e, ao mesmo tempo, era obrigada a carregar o fardo de ser alemão depois de Hitler. Crescida no pós-guerra, por um lado, ela não havia participado da experiência do nazismo, mas, por outro, acabava inevitavelmente por ser culpada pelo Holocausto. Tal conflito tornava-se ainda mais profundo quando os governos pós-guerra da República Federativa Alemã (Alemanha Ocidental), longe de discutirem amplamente o passado recente, preferiram esquecê-lo, tomá-lo como um assunto já resolvido ou como um mero acidente na história da Alemanha (SADDI, 2014, p. 136).

Parte da sociedade buscava negar seu passado; outros, por sua vez, queriam acertar contas e encarar o fardo do que deveria ser a sociedade alemã nos anos que ainda estavam por vir. Desse contexto marcado pelo sentimento de culpa e embate de gerações surge a necessidade de se rediscutir o passado, tendo como lastro o ensino da história e sua função didática, que deveria fazer sentido para a vida prática, contemplando uma formação emancipadora, pois ainda era lecionada nos marcos da construção de uma identidade nacional, que culminou nos nacionalismos e na Segunda Guerra Mundial. Para tanto, tais discussões possuem sentido em uma:

escravidão como um conteúdo paradigmático ao se trabalhar em sala de aula tornando-se muitas das vezes um tema controverso. Esse campo é intrinsecamente ligado ao ambiente de ensino e visa apenas não só localizar temáticas que são emblemáticas de se trabalhar em sala de aula, como também desenvolver metodologias em torno de objetivos de ensino. Um dos maiores expoentes desse campo é também ligado às origens da *Geschichtsdidaktik*: Bodo von Borries, que ainda tem poucos textos seus traduzidos para a língua portuguesa. A esse respeito ver: SCHMIDT, 2017a.

Alemanha com cicatrizes (e algumas feridas abertas) da passagem do nazismo por sua identidade social, e fica mais clara a ideia de alguns valores que sejam consensuais, pelo menos entre os que veem na democracia um valor universal (CERRI, 2001, p. 109).

Alguns teóricos começaram a pensar uma reformulação das funções didáticas do pensamento histórico a partir da própria ciência de referência. É justamente a partir desse contexto histórico, situado na Alemanha pós-guerra de “crise de legitimidade” da disciplina histórica, “que um conjunto de historiadores foi impulsionado a se debruçar sobre a ciência histórica, tanto visando suprir o seu déficit teórico, quanto demonstrar a relevância da história para a vida humana” (SADDI, 2014, p. 137).

Bergmann (1990, p. 30), em concordância com Rüsen, compreende que a tarefa investigativa da didática da história se sustenta em torno de regular didático-normativamente a consciência histórica. Para ele, “esta consciência é um fator essencial da auto identidade humana e um pressuposto insubstituível para uma práxis social dirigida racionalmente”. Bergmann sustenta, também, que a representação didática da história vai para além dos limites do ensino dentro de sala de aula.

A Didática da História, esboçada pelos teóricos alemães enquanto ciência do aprendizado histórico consolidou-se para além das representações formais de ensino do conhecimento histórico que transpõe tal barreira, e passa a questionar a apreensão do pensamento histórico em outros espaços (tais como os usos públicos e a própria historiografia). Em síntese, a “Didática da História não lida simplesmente com a educação ou com o ensino, mas com o modo como as representações sobre o passado produzem compreensões do presente e projeções de futuro” (SADDI, 2010, p. 75).

A partir desse contexto teórico se originam os debates acerca da função didática da história. É nesse sentido que a didática da História passa a pensar o vínculo entre a história produzida cientificamente e sua relação com a sociedade, que não era pensada de forma mecanizada, de mera transposição do conteúdo científico produzido nas universidades para “recipientes vazios”, na maioria das vezes, os alunos.

Saddi (2010; 2014) compreende a didática da história como uma sub-disciplina da própria ciência histórica, tal como a teoria da história e a pesquisa historiográfica, compreendendo as três numa totalidade, formando, assim, a ciência histórica. A didática da história investiga a aprendizagem da consciência histórica na sociedade, pautada a partir da própria ciência de referência.

A Didática da História quando atua enquanto sub-disciplina da Ciência Histórica, investiga empiricamente todas as formas de produção do passado humano, nas escolas e na vida pública, levando o acréscimo de racionalização próprio da Ciência Histórica. Analisa, assim, as ideias históricas elaboradas, a forma como os documentos são interpretados, a estrutura narrativa destas histórias, sempre visando torná-las mais complexas e evitar o uso abusivo do passado humano (SADDI, 2010, p. 77).

Nesse sentido, Rüsen toma como pressuposto básico que a didática da história é investigar o aprendizado histórico:

O aprendizado histórico é uma das dimensões e manifestações da consciência histórica. É o processo fundamental de socialização e individualização humana e forma o núcleo de todas estas operações. A questão básica é como o passado é experienciado e interpretado de modo a compreender o presente e antecipar o futuro [...]. Assim concebida, a didática da história ou ciência do aprendizado histórico pode demonstrar ao historiador profissional as conexões internas entre história, vida prática e aprendizado (RÜSEN, 2006, p. 16).

Em síntese, o campo da didática da história se estabelece no cenário educacional alemão, e conseguiu expandir seus referenciais teóricos a partir da consolidação de pesquisas em outros países. Em um momento em que a disciplina de História passava por uma crise de legitimidade, não conseguindo estabelecer conexões com os problemas práticos pelos quais passava a Alemanha naquele período. Pode-se perceber que, mesmo paulatinamente,

A didática da história está recuperando a posição que tinha ocupado quando do início da história como uma disciplina profissional, isto é, cumprindo um papel central no processo de reflexão na atividade dos historiadores. A disciplina da história não pode mais ser considerada uma atividade divorciada das necessidades da vida prática (RÜSEN, 2006, p. 15).

Desse complexo contexto histórico de incertezas é que se formaram os principais autores incumbidos de construir um projeto de se pensar novos rumos para a relação entre História e a vida prática, tendo como conexão entre um ponto e outro a didática. Os pensadores que se destacaram são: Karl - Ernst Jeismann, Annete Kuhn, Rols Schöerken, Klaus Bergmann, Jörn Rüsen. Cada um(a) a sua maneira, promoveram uma virada paradigmática na forma de se compreender as relações entre o conhecimento histórico e os problemas práticos da vida. Sintetizando nesse princípio aquilo que Klaus Bergmann (1990, p. 29) assinala, que “uma reflexão é histórico-didática na medida em que investiga seu objeto sob o ponto de vista da prática da vida real”.

2.2 Principais comentadores e teóricos da didática da História

A partir dos pressupostos teóricos referentes à constituição da didática da história enquanto um campo de pesquisa em torno da aprendizagem histórica, será apresentado o panorama dos principais teóricos deste campo, bem como a recepção de tais teorias na realidade histórica brasileira.

No Brasil, os referenciais presentes no campo do ensino da História estiveram quase sempre atrelados a teóricos da área da educação. Obviamente a constituição da Didática da História enquanto uma subdisciplina da ciência histórica não busca uma ruptura com o diálogo de outras ciências no processo de transmissão do saber histórico, mas sim investigar os mecanismos de aprendizagem presentes na própria epistemologia da História.

Para a maioria das pessoas, a Didática da História continua sendo aquela disciplina que investiga a disciplina “história”, analisa-a criticamente e propõe reflexões sobre a mesma como instituição social. Depois de sua mudança paradigmática nos anos 60 e 70, todavia, a Didática da História não é mais apenas metodologia e prática do ensino de história. A moderna Didática da História, antes de se dedicar às questões práticas do ensino da História, preocupa-se com a necessidade, os objetivos e as funções do ensino da História (BERGMANN, 1990, p. 35-36).

Quando tomamos a realidade brasileira como ponto de partida, observamos que, em sua profundidade histórica, as funções sociais do saber histórico, instituído a partir de sua transmissão escolar, constituem-se a partir de múltiplos referenciais que adentram o campo de ensino e deram o norte de cartilhas, manuais e currículos. Quase sempre atrelado aos referenciais franceses (Escola Metódica e *a posteriori* Escola dos *Annales*), após o período de redemocratização²¹, temos um aprofundamento acerca dos referenciais marxistas, tomados como ponto para pensar a realidade brasileira e suas contradições nas relações de dominação e resistência.

Dentro do campo do ensino de história, uma mudança paradigmática começa a se construir nas discussões acerca da transmissão do saber histórico: as discussões se deslocam do eixo da tradicional didática, que centrava seus esforços em como ensinar, para o novo paradigma de didática da história, que dá ênfase ao aprendizado da história. Desta forma:

²¹ O período de redemocratização brasileiro é extremamente complexo, pois após duas décadas de regime militar, os mais diversos setores sociais passaram por uma nova configuração, envolvendo discussões e tomando como cerne os ideais democráticos. O ensino de História não esteve afastado de tais discussões, sendo retomado como um projeto crítico, como pressuposto da discussão acerca de seus referenciais teórico-metodológicos.

A Didática da História ou ciência do saber histórico pode demonstrar para o profissional, preocupado exclusivamente com os conteúdos ou com a quantidade de informações, que existem conexões possíveis entre a História, a vida prática e a aprendizagem e são elas as responsáveis pela forma como se aprende a História e, na condição de professores, pela forma como se ensina a História (URBAN, 2009, p. 85).

Constatam-se concepções muito particulares que consolidam no cenário brasileiro a transmissão do saber histórico, presente no ensino escolar. Contudo, os referenciais teóricos começaram a ser repensados em torno de uma nova matriz teórica, advinda da literatura alemã, que se encontrava na década de 1990 ainda incipiente. Acerca de tais constatações, Alves (2013, p. 56-57) aponta que:

Nos últimos quarenta anos, o campo da metodologia do ensino de História tem procurado com maior consistência empírica e epistemológica, concertar caminhos que provejam à disciplina de História elementos que a caracterizam como fundamental para o desenvolvimento da consciência histórica nos indivíduos, com vistas à sua utilização na vida cotidiana. Em outras palavras, essas vertentes partiram da premissa da necessidade de constituir parâmetros claros que respondam à pragmática pergunta que rotineiramente se apresenta no cotidiano intra e extraescolar: afinal, para que serve a História?

Dentre os (as) teóricos (as) citados no tópico anterior, poucos tiveram ampla divulgação no cenário acadêmico brasileiro. Klaus Bergmann foi o primeiro teórico da *Geschichtsdidaktik* alemã que, em 1990, teve um texto traduzido e publicado na Revista Brasileira de História, intitulado: *A História na Reflexão Didática*. O texto de Bergmann foi o pioneiro a fornecer os referenciais didáticos aos teóricos brasileiros.

A partir desse momento, outro teórico passou a dominar as discussões, tendo como objeto de suas primeiras traduções a relação entre história e pós-modernidade²². Jörn Rüsen, a partir do século XXI, torna-se o teórico mais traduzido no cenário brasileiro e o principal referencial para se pensar a relação dessa nova didática da história com o cenário educacional brasileiro, no tocante às questões do ensino de História.

Rüsen consagrou-se como um dos grandes historiadores da tradição alemã, tendo suas discussões teórico-metodológicas situadas principalmente no campo da teoria da história. Nascido em 1938, foi professor nas universidades de Bochum e Bielefeld. Iniciou sua carreira acadêmica em 1968, com a publicação de sua tese de doutorado a respeito de Johann Gustav Droysen²³, sendo sua obra teórica demasiadamente vasta e amplamente respeitada em ambientes acadêmicos ao redor do mundo.

²² RÜSEN, Jörn. (1997); RÜSEN, Jörn. (1989).

²³ Johan Gustav Droysen (1808-1884) foi um dos mais proeminentes historicistas alemães. Sua obra em torno da Teoria da História lançou as bases para se pensar principalmente o lugar do historiador enquanto um

Portanto, entrar em contato com as obras de Rüsen estimula a busca por uma sistematização e um aprofundamento de sua teoria acerca da operação historiográfica e das relações que a ciência histórica estabelece com a vida e o agir dos seres no tempo. Para além de um olhar acerca da constituição metódica da ciência histórica, Rüsen procura estabelecer as conexões existentes entre a relação do conhecimento histórico e a vida prática dos agentes históricos.

É neste sentido que Rüsen elabora uma trilogia, que foi traduzida e editada pela Universidade de Brasília, que se configura como uma possibilidade de construir novos referenciais que contemplem os diversos estudantes que se debruçam em refletir acerca de sua prática teórica e o significado e a função vital do conhecimento histórico para a vida humana prática.

A trilogia chama-se *Teoria da História: Os Princípios da Pesquisa histórica*, e teve seu primeiro volume, *Razão histórica: fundamentos da ciência histórica*, publicado pela mesma editora no ano de 2001 e traduzida pelo Prof. Estevão de Rezende Martins²⁴ (UnB). Os outros dois livros são *Reconstrução do Passado: os princípios da pesquisa histórica* e *História viva: formas e funções do conhecimento histórico*. Na Alemanha, os volumes foram publicados em 1983, 1986 e 1989, respectivamente; porém, tal aspecto não desconsidera a relevância e a atualidade de suas concepções referentes à teoria da história.

Ainda que a divulgação de suas obras tenha sido significativa na realidade brasileira, com exceção de Klaus Bergmann, que teve apenas um artigo publicado nos anos 1990, os outros teóricos que estiveram no movimento de renovação paradigmática na Alemanha não tiveram seus textos publicados no Brasil.

Bergmann (1990, p. 29) aponta que a didática da história teria que cumprir três tarefas acerca do conhecimento histórico e a sua relação com a vida prática: a tarefa empírica, a tarefa reflexiva e a tarefa normativa. A tarefa empírica consistiria em investigar o que é aprendido na aprendizagem histórica. A tarefa reflexiva centrar-se-ia naquilo que poderia ser transmitido como saber histórico em diferentes esferas: ensino, espaços públicos e historiografia. E, por fim, a tarefa normativa deve estabelecer o norte das

sujeito produtor do conhecimento e de algumas concepções acerca da relação didática do conhecimento histórico com a vida prática, vindo a servir de inspiração para as discussões de Jörn Rüsen no século XX.

²⁴ Estevão de Rezende Martins é filósofo, historiador e um professor universitário da Universidade de Brasília. É o principal tradutor e divulgador das ideias de Jörn Rüsen no Brasil. Centra suas investigações sobre historiografia, teoria da história e dentre outras discussões sobre o aprendizado do saber histórico. Devido a uma relação de estreita amizade pessoal, o que de fato contribuiu para a publicação dos textos do teórico alemão no cenário acadêmico brasileiro.

produções a serem transmitidas, a fim de aproximar as necessidades de orientação temporalmente ao conhecimento histórico.

O interesse fundamental da Didática da História consiste na investigação do significado da História no contexto social. A Didática da História se preocupa, ao mesmo tempo, com o fato de possibilitar uma consciência histórica, constituída de tal maneira que garanta a identidade ou identificação do indivíduo com a coletividade na evolução dos tempos, favoreça uma *práxis* social racionalmente organizada e compreenda a História como um processo, cujos conteúdos e qualidade humanos podem ser melhorados pela ação e intervenção dos agentes históricos (BERGMANN, 1990, p. 31-32).

É a partir de tais influências teóricas (ainda que limitadas pelo *quantum* de traduções) que teóricos brasileiros passam a repensar a discussão acerca dos usos e das funções do saber histórico que produzem. Um centro de pesquisas das recepções das ideias de Rüsen é o Laboratório de Pesquisas em Educação Histórica (LAPEDUH), que se situa na Universidade Federal do Paraná, tendo à frente de sua direção Maria Auxiliadora Schmidt²⁵.

Ainda que o Lapeduh concentre suas investigações em torno dos referenciais da educação histórica²⁶, um campo de origem distinto da didática da história alemã, os seus referenciais teóricos possuem proximidade e suas abordagens convergem em torno do conceito de consciência histórica. Notoriamente, não somente na UFPR, mas uma série de programas de pós-graduação contribuíram para abranger mais ainda as concepções advindas da literatura alemã acerca da didática da história.

Nota-se, dessa forma, um esforço de uma intelectualidade brasileira para buscar reinterpretar as matrizes didáticas do pensamento de tais autores e buscar um novo sentido a interpretações históricas da realidade brasileira, rompendo uma mera barreira de transposição teórica. Podem-se citar, a título de exemplo, as reflexões desenvolvidas por Luis Fernando Cerri (2001; 2010; 2013), Oldimar Cardoso (2008) e Rafael Saddi (2010; 2012; 2014).

²⁵ Maria Auxiliadora Moreira dos Santos Schmidt é professora e pesquisadora na área do ensino de História da Universidade Federal do Paraná. Pode ser situada como uma das pioneiras no ensino de história a nortear suas investigações acerca do conceito de consciência histórica, educação histórica, aprendizagem histórica etc. Sua relevância é notoriamente reconhecida nos campos de pesquisa da didática da história e da educação histórica, fornecendo subsídios e formação para gerações de intelectuais.

²⁶ Ainda que, frequentemente, ocorra uma assimilação muito próxima de tais campos de investigação, sua origem teórica é distinta. A educação histórica possui origem anglo-saxônica e remonta, semelhante a didática da história, à década de 1960. Na Inglaterra o ensino de história também passava por uma crise de legitimidade frente à sua função no determinado contexto social. Destaca-se Peter Lee, o principal teórico desta vertente, que irá produzir investigações acerca das ideias históricas dos alunos para, assim, traçar metas em torno do ensino de história. É no final do século XX e início do século XXI que a didática da história e a educação histórica irão estabelecer conexões enquanto campos de pesquisa. A esse respeito, ver: ALVES, 2013.

Cerri define a didática da história como um campo de intersecção entre educação e história. Para ele, os desafios desse campo estabelecem-se mais significativamente a partir da realidade brasileira, a qual procurará estabelecer as conexões com os desafios contemporâneos do conhecimento histórico. O autor procura as relações que subsidiam o conceito de consciência histórica desenvolvido por Rüsen e a teoria da história:

Do conceito de consciência histórica decorrem algumas consequências importantes, sobre a teoria da história e sobre o ensino. Com esse conceito, a Didática da História não pode ser mais o conjunto de teorias e métodos voltados ao ensino, mas precisa ser uma teoria da aprendizagem histórica, superando, se quiser responder aos desafios contemporâneos, o campo restrito da metodologia de ensino (CERRI, 2010, p. 268).

Cerri propõe que para o ensino da História poder conseguir cumprir sua função social, é necessário que esteja pautado em uma renovação paradigmática, tomando como princípio os referenciais da nova didática da história e as questões que são abordadas com relação à aprendizagem histórica.

Por sua vez, Cardoso (2008, p. 165) define didática da história como:

Uma disciplina que tem por objeto de estudo todas as elaborações da História sem forma científica. Essa definição fundamenta-se sobretudo na bibliografia alemã contemporânea sobre a *Geschichtsdidaktik*, surgida em oposição às definições da Didática como arte de ensinar – *Lehrkunst* – ou como coleção de métodos indiferentemente utilizáveis no ensino de qualquer disciplina escolar – *Unterrichtsmethoden*.

A definição de Oldimar Cardoso, longe de ser sintética, enquadra a didática da história apenas nas investigações acerca do saber histórico construído e transmitido tanto no âmbito escolar quanto nos espaços públicos. Desconsideram-se, assim, os mecanismos de transmissão e assimilação do conhecimento histórico construído a partir de referenciais científicos.

Uma definição mais abrangente do campo encontra-se em Saddi, que aborda também a própria ciência histórica – mais especificamente o produto da prática historiográfica: a historiografia – como um fator constituinte da aprendizagem histórica. As investigações de Saddi acerca da dimensão metateórica da narrativa historiográfica contribuem para estabelecer as conexões da presente pesquisa entre o saber historiográfico produzido e sua função cultural na realidade brasileira.

As investigações da didática da história se subdividiram em três áreas: a primeira investiga a aprendizagem no ambiente escolar; a segunda vai além do ambiente escolar, investigando os usos da história em espaços públicos como meios de comunicação de

massa, museus, cinema, redes sociais, espaços em que o conhecimento histórico também pode ser formado, o uso público da história. Por último, a terceira área de investigação trata da produção científica do conhecimento histórico, ou seja, da própria historiografia.

No âmbito do ensino escolar da história, é preciso compreender como se aprende história, para saber como se deve ensiná-la. Mas, para além do ensino escolar da História, a didática da história também lida com os usos públicos da história fora da sala de aula e fora também das narrativas acadêmicas (sistemáticas) da ciência da história (SADDI, 2010, p. 217).

Acompanhando a realidade brasileira nota que está imersa em um cenário de desafios que se colocam no ensino das humanidades. As diversas reformas e o avanço do campo conservador na política colocam o ensino de História a repensar suas bases metodológicas. O processo educacional ainda se situa como referência para o enfoque da problemática da aprendizagem histórica:

Todo conhecimento acerca do que seja a aprendizagem histórica requer o conhecimento do que seja a história, daquilo que consiste a especificidade do pensamento histórico e da forma científica em que se expressa. No cerne da questão está a capacidade de pensar historicamente, a ser desenvolvida nos processos de educação e formação (RÜSEN, 2016, p. 248).

Um importante adendo é problematizar o objeto da Didática da História. Para Rüsen, o campo se configura tendo como problemática de investigação a aprendizagem histórica e as competências que são direcionadas à consciência histórica. Há um debate significativo se a própria historiografia poderia ser contemplada como objeto, ou somente, os sujeitos interpelados pelo conhecimento historiográfico e que processos de aprendizagem são mobilizados pela recepção do texto historiográfico.

Compreende-se que a Didática da História trabalha para além da recepção do discurso científico metodicamente regulado acerca do passado. A obra historiográfica expressa a consciência histórica materializada dos historiadores em suas mais diversas obras. Essa consciência historiadora também pode ser definida como objeto de análise, investigando que tipo de orientações foram produzidas a partir do ofício do historiador.

Estabelecendo as delimitações da didática da história enquanto campo de pesquisa que transpõe algumas fronteiras, pode-se, a partir dela, construir diálogos que contribuam efetivamente para renovações nas discussões de pressupostos teóricos acerca dos processos de aprendizagem histórica. Em suma, há uma valorização da história como instrumento prático para a vida cotidiana, rompendo com esse desligamento que, sem intenção, ocorreu durante a profissionalização do ofício de historiador. Constrói-se uma renovação

epistemológica capaz de situar o agente histórico no tempo, corroborando com a utilidade desse conhecimento para a vida em sociedade.

2.3 A narrativa historiográfica: forma e função

Quando tomamos como objeto na presente discussão a revolução brasileira (erigida a partir de uma carência de orientação da realidade brasileira), construída mediante a narrativa historiográfica, buscamos estabelecer as conexões entre o produto da prática metódica regulada do historiador e as suas funções na vida prática. Rüsen (2010b) desenvolve, no primeiro livro da sua trilogia, a teoria da história (*Razão Histórica*), a matriz disciplinar da ciência histórica. Para ele, a matriz disciplinar estaria atrelada a cinco fatores do pensamento histórico:

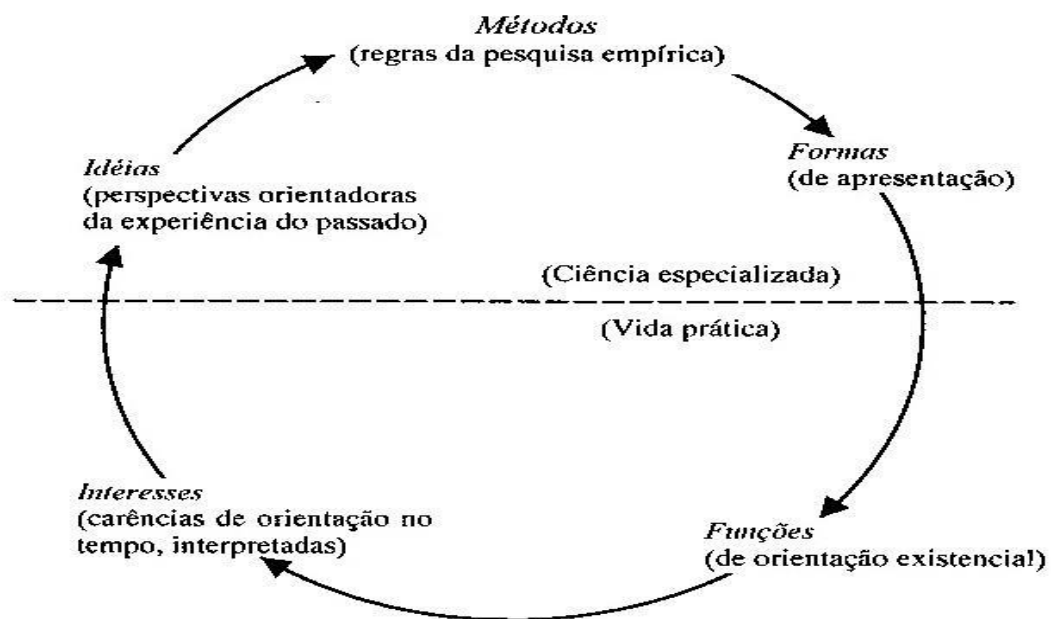


Imagem 1: Matriz disciplinar da ciência histórica de Jörn Rüsen. Disponível em:

<http://itamarfo.blogspot.com/2012/03/contextualizando-teoria-da-historia-de.html>

Para Rüsen, ciência histórica e vida prática estariam interligadas em uma totalidade em que uma seria *conditio sine qua non* de existir da outra. Em uma constituição dialética, o conhecimento histórico se originaria nos interesses (1), ou as carências de orientação no tempo historicamente determinadas socialmente pelo contexto histórico. Após o conhecimento histórico, iria buscar seus fundamentos nas ideias históricas (2) acerca do passado, ou seja, aquilo que é conteúdo substantivo do passado humano, presente

principalmente nas fontes históricas. Prosseguindo, tais ideias históricas precisariam perpassar pelos procedimentos metódicos (3) da assimilação do passado histórico. O conhecimento histórico se materializaria em uma narrativa histórica, adquirindo, assim, o seu caráter formal (4) de apresentação e, por fim, retornaria a responder as carências de orientação da qual foi oriundo, adquirindo seu caráter funcional (5) de orientação existencial e constituinte da identidade humana no tempo.

Desse modo, constitui-se historicamente e consolida-se na Alemanha a perspectiva de uma matriz disciplinar que tem por objetivo investigar a aprendizagem da consciência histórica da sociedade. A didática da história concentra suas investigações nos interesses, nas formas e funções do conhecimento histórico na sociedade. A partir da matriz, pode-se definir que a razão de ser do conhecimento histórico surge na vida prática e é no retorno aos problemas práticos da vida que ela se fundamenta, a partir da produção do conhecimento histórico.

A ciência histórica surge da vida prática e se torna viva para o homem quando ela, em sua potencialidade racionalizadora, consegue estabelecer sentido de orientação para os homens, isto é, quando supre carências de orientação que não puderam ser suprimidas por outras formas não sistemáticas de histórias (função de orientação). Se a ciência histórica surge da vida prática dos homens, das carências de orientação temporal, se ela atende a demandas de orientação do tempo presente, uma das tarefas da didática da história é investigar quais são esses interesses que permeiam as investigações científicas da história (SADDI, 2012, p. 218).

Como discutido no capítulo anterior, a disciplina histórica, no decorrer de sua constituição científica, acaba se afastando das necessidades práticas e de sua função social. Centrada unicamente em seu processo de cientificização, a História (ou o corpo profissional de historiadores) preocupa-se em erigir um método que padronize a escrita da história e lhe conceda um “padrão” de ciência especializada. O manejo das fontes, (crítica externa e interna de documentos e tantas outras delimitações, impulsionadas principalmente pelos seguintes paradigmas: o positivista francês e pelo historicismo alemão) conduziram a disciplina histórica ao patamar de ciência que trabalhava com os fatos passados;

O avanço da cientificização transfere a ênfase para a relação com a experiência, base da pesquisa histórica. Os pontos de vista didáticos desaparecem da estrutura de princípios do conhecimento histórico organizado; a didática da história torna-se apenas executora do conhecimento adquirido pela pesquisa, em contextos de aplicação externos à especialidade. (RÜSEN, 2012, p. 20).

Ocorre, dessa maneira, um processo que culmina no distanciamento entre prática histórica e sociedade, ou seja, “com a crescente racionalidade metódica da pesquisa

histórica e com o surgimento de uma multiplicidade de diversas técnicas de pesquisa, o saber histórico obtido pela pesquisa afasta-se cada vez mais das preocupações da vida cotidiana” (RÜSEN, 2010a, p. 98).

Essa trajetória consolida um afastamento da dimensão didática imanente ao ofício historiográfico. A centralidade da produção do conhecimento histórico desloca-se da aprendizagem para o método:

É a própria didática que se vê expulsa da especialidade. Ela é relegada ao plano externo. A didática é reduzida à função de aplicação ou ‘transposição’ da historiografia científica nos livros didáticos, na historiografia popular (de divulgação) ou algo parecido. Isso afasta a autocompreensão profissional dos historiadores, para a qual a historiografia é **uma práxis** própria do pensamento histórico, distinta da práxis de pesquisa (RÜSEN, 2012, p. 29 – grifo meu).

Essa separação entre teoria e prática precisava ser resolvida, e é justamente a partir das discussões oriundas em torno da Didática da História que se passou a pensar:

Enquanto a teoria da história analisa a práxis historiográfica visando fundamentar sua racionalidade, a didática da história a analisa buscando compreender os pressupostos didáticos dessa práxis. A investigação da didática da história sobre a práxis historiográfica transforma assim a percepção do historiador. A ciência histórica precisa prestar contas de seus vínculos com o mundo social e com os interesses e demandas que ela sustenta, não podendo mais se isolar desse mundo sob uma suposta reivindicação de existência autônoma (SADDI, 2012, p. 219).

Todo esse processo pelo qual passa a produção do conhecimento histórico resulta em uma ambiguidade: se, por um lado, a disciplina se consolida na pesquisa que ocorrem nas cátedras das academias, por outro lado, acaba afastando a história científica do público em geral. Não se encontrava mais conexão entre a história e a vida concreta ou sua utilidade para o cotidiano social. Assim, o processo de constituição da ciência histórica “que poderia aprofundar sua aproximação à Vida, por meio da sistematização do pensamento histórico, utilizou esse atributo para dela se distanciar” (ALVES, 2013, p. 55).

Portanto, “cientificização como progresso da racionalização metódica deveria ser vista também como ‘progresso’ da irracionalidade nos princípios cognitivos do conhecimento histórico” (RÜSEN, 2012, p. 22), ocasionando em um processo que Rüsen designa como uma “desdidatização” do próprio conhecimento histórico.

No desenrolar de sua constituição científica, a disciplina histórica produz diretamente uma “instrumentalização da historiografia pela pesquisa”, o que “compromete seu impacto sobre a orientação histórica” (RÜSEN, 2012, p. 25). Ocasiona-se, desta forma, uma perda do potencial didático. Contudo, “a historiografia tem de apresentar (mediante pesquisa) o tempo interpretado de maneira que se torne parte da vida, que recebe dela

direcionamento temporal efetivo, ao ser transposta para as intenções concretas do agir dos sujeitos”. (RÜSEN, 2010a, p. 29).

A Didática da História, no âmbito de investigação, contribuiu para uma reflexão da relação entre o conhecimento histórico e a vida prática, transformando o conhecimento histórico em vetor para a aprendizagem histórica. Tais conexões podem ser estabelecidas, também, a partir da relação entre a historiografia (enquanto produto da prática do historiador) e as funções que ela desempenha no agir humano no tempo.

A historiografia abriria a seus destinatários o processo temporal interno de formação da humanidade, no qual se inserem como contemporâneos e por intermédio do qual poderiam adquirir sua identidade histórica e as orientações temporais de sua vida prática, nela possibilitadas (RÜSEN, 2012, p. 25).

Para Cerri (2013, p. 38), o caráter “inerentemente didático do trabalho do historiador” é “a criação de formas de apresentação do conhecimento produzido para suprir as necessidades de orientação que se originam da vida prática”. Quando tomamos a matriz disciplinar elaborada por Rüsen como referência, podemos estabelecer claramente que o conhecimento histórico se origina das carências de orientação presentes na vida prática, e não das convenções metódicas, que os historiadores se submetem ao produzir suas narrativas.

Quando se volta para a constituição narrativa de sentido pela consciência histórica como fato social, a teoria da história se relaciona, na vida prática dos historiadores, com o uso prático do saber histórico produzido por ela. Em uma de suas operações cognitivas mais próprias, a história como ciência está intimamente conectada com a vida prática (RÜSEN, 2010a, p. 15).

A historiografia torna-se a formatação do saber histórico mediante a pesquisa. Superior a tal pressuposto está que a narrativa historiográfica precisa fornecer sentido e se tornar um fator cultural de orientação existencial. Desta forma, é necessário *a priori* “conceber a historiografia como um ato de criação de sentido, no qual o pensamento histórico supera a formalidade de sua regulação metódica e passa à materialidade de uma forma significativa do saber histórico” (RÜSEN, 2010a, p. 75).

Os interesses acerca da dimensão didática da historiografia já se encontravam presentes pelo menos em um teórico do historicismo alemão do século XIX: Johan Gustav Droysen. Para ele, a didática seria a forma mais elevada de se produzir a narrativa historiográfica, sendo a intenção fundamental de toda produção histórica científica. Segundo Droysen, é justamente a partir “do interesse didático exsurge a carência dessa forma histórica universal, na qual somente se justifica a ciência histórica como tal. Pois é

somente nessa forma que ela se realiza plenamente, constituindo-se na totalidade que lhe é concedida” (DROYSEN *apud* RÜSEN, 2010a, p. 88).

O conhecimento histórico, em sua trajetória acerca de sua constituição e transmissão, esteve sempre atrelado às funções que deveria desempenhar na realidade histórica da qual se originava.

Antes que os historiadores viessem a olhar para seu trabalho como uma simples questão de metodologia de pesquisa e antes que se considerassem “cientistas”, eles discutiram as regras e os princípios da composição da história como problemas de ensino e aprendizagem. Ensino e aprendizagem eram considerados no mais amplo sentido, como o fenômeno e o processo fundamental na cultura humana, não restrito simplesmente à escola. (RÜSEN, 2006, p. 8).

A teoria da história de Rüsen contribui para superar o caráter meramente existencial da narrativa historiográfica e de sua constituição teórica, assim como direciona sua crítica para questionar os pressupostos funcionais de orientação no tempo em que o conhecimento histórico é constituinte:

[...] no final dos anos 60 e início dos anos 70, Rüsen (1969) (1976) superava, com o retorno a Droysen, a redução da teoria da história a um fator da pesquisa histórica. Tratava-se de entender a teoria da história como *Historik*, isto é, como meta-teoria, como uma reflexão teórica sobre a práxis historiográfica. Nesta reflexão teórica sobre a teoria, ganhava destaque a reflexão sobre os fundamentos mundanos de toda e qualquer história, compreensão que colocava a didática da história como uma preocupação relevante da ciência histórica (SADDI, 2014, p. 138).

Para tanto, “a Didática da História é também uma didática da própria Ciência Histórica: ela analisa e explicita os fatores didáticos imanentes na própria Ciência Histórica, e investiga o significado geral desta para a vida cultural e espiritual e para a práxis social do seu tempo” (BERGMANN, 1990, p. 31). Ao desenvolver o que é sua concepção a respeito da teoria da história, Rüsen está em busca principalmente de quais seriam “os critérios de sentido que orientam o agir, objetivamente inseridos nas circunstâncias da vida” (RÜSEN, 2010a, p. 135).

O ofício historiográfico precisa reencontrar suas conexões com seus princípios didáticos, tomando como pressuposto a função social do conhecimento histórico e a sua relação com a vida prática.

O princípio da condição didática de uma reflexão do historiador está nisso: considerar que o seu trabalho e o resultado de seu trabalho inserem-se numa dinâmica social da qual ele participa como sujeito, sobre a qual ele não têm controle individual, porque essa dinâmica o constituiu antes que ele fosse um historiador (CERRI, 2013, p. 31).

Pensar o produto da consciência histórica dos historiadores torna-se uma autorreflexão da função de determinado conhecimento produzido a partir de convenções metódicas, e de como pode responder a demandas historicamente determinadas.

A reflexão didática pode ser comparada a uma espécie de consciência histórica específica do historiador, especificamente dirigida ao objeto de seu ofício, já que o recoloca diante do desafio de avaliar a história da História com a qual lida, olhar o presente ao seu redor para definir as demandas e decidir por como respondê-las, tendo em vista as expectativas de futuro de seu ofício e sua produção na sociedade em que se insere (CERRI, 2013, p. 46).

Em síntese, o discurso histórico opera como um código cultural na sociedade e no indivíduo. É preciso estar atento às condições originárias de produção do conhecimento historiográfico e saber onde e como a experiência do presente influenciou determinado modo de se pensar o passado. Corroborando a ideia de que “refletir sobre o uso prático do saber histórico é um requisito básico da ciência histórica” (RÜSEN, 2010a, p. 15).

2.4 Historiografia “útil”: conhecimento histórico a serviço da vida

As discussões construídas até o presente tópico buscaram apresentar um panorama da constituição do campo em que as discussões se inserem, bem como os principais teóricos, e a pensar o aprendizado histórico a partir do prisma da didática da história. O conjunto dos apontamentos direciona a pensar o estatuto da própria historiografia na constituição de sua efetivação como um fator de aproximação entre o conhecimento histórico e o ser em sociedade.

A começar pela delimitação do que seria a historiografia, tal termo parece estar longe de ter uma definição simples. Comumente designada como a escrita da História (*res gestae*), é resultado de uma operação metódica regulada por acadêmicos, pressupondo uma formação mais especializada acerca do conhecimento histórico. Todavia, é preciso estabelecer as conexões entre o saber historiográfico produzido a partir da arte ou ciência dos historiadores e as suas conexões na vida prática, quando são transpostos os esforços dos historiadores em construir suas narrativas.

Para Bergmann (1990, p. 35), a “Ciência Histórica é uma instituição ou instância surgida no decorrer do processo histórico, que está preocupada em elaborar lembranças e memórias, tendo em vista o futuro e a prática social cotidiana”. Ela é oriunda das necessidades de orientação de cada sociedade inserida em seu contexto histórico, de onde precisa estabelecer vínculos com seu caráter funcional de orientação.

Para Rüsen (2010a, p. 85), é preciso reencontrar a práxis como condição de ser e existir da ciência, pois, segundo esse autor, o “conhecimento da ciência da história está sempre determinado, pela relação à aplicação prática, do saber histórico elaborado pela pesquisa e formatado pela historiografia”. Há sempre uma praticidade envolta das construções historiográficas: os historiadores procuram construir em suas representações projetos que interfiram no agir prático de determinadas sociedades.

Desde a constituição da ciência histórica, os paradigmas historiográficos e as escolas de pensamento produziram seus saberes a partir de delimitações que procurassem solidificar sua estrutura de pensamento com a sociedade que lhe demandava os problemas práticos. Para citar um exemplo, basta pensarmos na contribuição que os historiadores alemães desempenharam na constituição do Estado nacional moderno, no processo de unificação ocorrido no século XIX.

Em consonância com a ideia de que “nenhum saber histórico é amorfo, o saber histórico desempenha sempre funções na vida cultural do tempo presente” (RÜSEN, 2010a, p. 10). Em síntese, a historiografia precisa reencontrar as suas conexões com a vida prática, produzindo efeitos no agir humano:

O efeito sobre a vida prática (mediado seja como for) é sempre um fator do processo de conhecimento histórico, de tipo fundamental, e deve ser considerado parte integrante da matriz disciplinar da ciência da história. Esse efeito pode estar baseado em intenções mais ou menos conscientes dos historiadores, mas o está também nas expectativas, desafios e incitamentos que experimentam no contexto social de seu trabalho. Com seu trabalho científico, os historiadores podem e querem produzir efeitos. Por vezes escamoteiam esse poder e querer, e aparentam a face ingênua de um interesse “meramente” científico, por outras, relatam expressamente essas intenções (RÜSEN, 2010a, p. 86).

O conhecimento historiográfico deve ser um fator constituinte para uma *práxis* social, instituída a partir das necessidades de orientação temporal e efetivada a partir do conhecimento histórico. Tal *práxis* pressupõe um intercâmbio entre o conhecimento histórico (teoria) e o agir, impulsionado pela assimilação (ou, a partir do âmbito teórico rüseniano, aprendizagem) de histórias que forneçam sentido às indagações do tempo presente;

Quero tratar de “práxis” como função específica e exclusiva do saber histórico na vida humana. Isso se dá quando, em sua sociedade, os sujeitos têm de se orientar historicamente e têm que formar sua identidade para viver – melhor: para poder agir intencionalmente. Orientação histórica da vida humana para dentro (identidade) e para fora (práxis) – afinal esse é o interesse de qualquer pensamento histórico (RÜSEN, 2010a, p. 87).

Contata-se que a orientação ocasionada pelo conhecimento histórico produz dois fatores condicionantes do agir: interno (identidade: orientação do próprio eu) e externo (práxis: orientação para os problemas práticos da vida). Todo recuo temporal, promovido por indagações históricas acerca das carências de orientação, retorna a partir desses dois fatores de orientação. Nesse aspecto, pode-se citar que a “Didática da História indaga sobre o significado da História na formação geral e na práxis social” (BERGMANN, 1990, p. 34).

As formulações acima apresentadas concentram-se em torno da efetividade do aprendizado histórico (objeto da didática da história). O aprendizado histórico, constituído por meio de processos de formação, materializa-se na constituição narrativa de sentido. Para Rüsen (2010a, p. 103-104):

Ela é a capacidade das pessoas de constituir sentido histórico, com o qual organizam temporalmente o âmbito cultural de orientação de sua vida prática e da interpretação de seu mundo e de si mesmas. Essa competência de orientação temporal no presente, mediante a memória consciente é o resultado de um processo de aprendizado.

Assim, a constituição narrativa de sentido, que é o objeto da presente investigação, está atrelada à própria ciência histórica. Busca-se estabelecer como a narrativa historiográfica produzida por Caio Prado Júnior consegue, a partir de sua materialidade, estabelecer sentido: da própria condição social do historiador e em qual projeto de práxis política estava inserido.

Para tanto, toma-se como ponto de partida que a constituição do aprendizado histórico pressupõe a formação de três operações presentes na consciência histórica: experiência, interpretação e orientação. Buscar uma forma de pensar como a experiência do passado foi interpretada no presente e forneceu sentido às orientações de suas análises teóricas acerca da realidade histórica brasileira. Aponta-se que:

O aprendizado histórico é uma das dimensões e manifestações da consciência histórica. É o processo fundamental de socialização e individualização humana e forma o núcleo de todas estas operações. A questão básica é como o passado é experienciado e interpretado de modo a compreender o presente e antecipar o futuro (RÜSEN, 2006, p. 16)

Toma-se como pressuposto de que é “fundamental refletir a respeito da relação entre o trabalho historiográfico do especialista e a recepção, compreensão e utilização desse material por parte da sociedade em sua intrínseca relação com as contingências do tempo” (ALVES, 2013, p. 53). É a partir da constatação de tais fatores que a didática da história

surge, como um esforço de sistematização, aproximação e conexão da historiografia com as contingências do agir humano na história.

A didática da história forneceria, em síntese, elementos para uma reflexão acerca dos princípios didáticos presentes na própria ciência histórica:

A Didática da História é indispensável para a Ciência Histórica exatamente por causa do fato de ela indagar sobre e problematizar este significado e, destarte, se opor ao perigo de a Ciência Histórica se isolar das necessidades legítimas de uma orientação histórica daquela sociedade que, em última análise, a sustenta (BERGMANN, 1989, p. 34).

A matriz teórica-disciplinar da didática da história buscaria explicitar como os cinco fatores do conhecimento histórico (figura 1) atuam na produção historiográfica, de modo a fornecer sentido para a orientação humana.

Do ponto de vista epistemológico, a Didática da História presta contas com o processo do aprender a pensar historicamente, ou seja, com realizar a “formação histórica” e isto envolve dois aspectos – vida prática e ciência - organicamente interligados. Numa perspectiva transversal, significa entender o saber histórico como síntese da experiência humana com a sua interpretação para orientação na vida prática; e na horizontal, seria considerar a formação como socialização e individuação (dinâmica da identidade histórica) a partir de sua relação com a ciência (SCHMIDT, 2017, p. 62).

Nesse sentido, retornamos aos três pontos constituintes da aprendizagem histórica: experiência, interpretação e orientação. Tomando como ponto de partida que a atividade historiográfica é produto da consciência histórica dos historiadores, é necessário esquadriñar os pontos que interligam tais constructos da produção de sentido presente no seu texto.

A atividade da consciência histórica pode ser caracterizada como aprendizado histórico quando produza ampliação da experiência do passado humano, aumento da competência para a interpretação histórica dessa experiência e reforço da capacidade de inserir e utilizar interpretações históricas no quadro de orientação da vida prática (RÜSEN, 2010a, p. 110).

É a partir da narrativa historiográfica, considerada a materialização do conhecimento histórico, que tais fatores estariam transpostos no próprio ofício do historiador. Mediante seu processo de escrita, estariam explicitadas as subdivisões da competência narrativa de atribuir sentido ao tempo, que seriam:

[...] a competência de experiência ou perceptiva, que é constituída pela capacidade de perceber o passado como tal, distinto e distante do presente, mas condicionante da vida; a competência interpretativa, que tem caráter teórico e vem a ser a capacidade de interpretar o que se aprendeu do passado através de sentido e significado que reconstruímos continuamente; e a competência de

orientação, que tem caráter prático, uma espécie de letramento histórico, ou seja, a capacidade de aplicar as ideias e conhecimentos que produzimos reflexivamente para orientar nossa vida prática, na tomada de decisões cotidianas (CERRI, 2010, p. 275).

Entende-se que essa tríade (experiência, interpretação e orientação) é constituinte do pensar historicamente, e que efetiva a operação de constituição de sentido. Tais categorias contribuem efetivamente para não somente a compreensão das carências de orientação, como também efetivar uma orientação pautada no conhecimento acerca do passado. A superação dessas carências de orientação é incorporada ao agir humano e retornam como potencialidades que atuam diretamente na identidade humana.

2.5 O marxismo de Caio Prado Júnior: uma nova orientação à consciência histórica brasileira

A partir da apresentação do nosso quadro teórico-metodológico, delineiam-se três linhas estruturantes de investigação das reflexões historiográficas produzidas por sujeito historicamente situado no tempo, e que buscou interpretar nossa realidade de uma maneira inédita. A produção historiográfica caiopradiana ofereceu uma diferente forma de nos posicionarmos frente às questões do nosso passado.

Observa-se, em linhas gerais, que a concepção de uma revolução brasileira inaugurada a partir da percepção histórica do marxismo opera uma possibilidade de ruptura com um passado marcado pelas relações de dominação. É nesse sentido que a historiografia de Caio Prado Júnior coloca no horizonte da realidade brasileira um objetivo a ser perspectivado: um processo revolucionário que busque romper com nosso passado de desigualdades.

Tal percepção direciona a construção da identidade historiográfica muito particular, como suprir carências de orientação até então ignoradas nas interpretações históricas referentes ao Brasil. As diferentes interpretações, construídas até a contemporaneidade de Caio Prado Júnior, estiveram quase sempre pautadas por uma continuidade ou linearidade. A teorização da revolução brasileira surge como um ponto fora da curva da historiografia tradicional acerca da história brasileira.

Ao colocar a revolução na pauta do dia, ele deu um passo além de apenas refletir o passado brasileiro. Diferentemente de Eric Hobsbawm, que, a título de exemplo, descreve, em seu livro *A era das revoluções*, o impacto da dupla revolução (Revolução Industrial e

Revolução Francesa), que ajudam a estabelecer os caminhos que consolidariam a ordem burguesa no século XIX. Caio Prado Júnior inverte a lógica e coloca em seu horizonte de expectativa uma revolução que ainda está por vir: a revolução brasileira.

Pode-se afirmar que a sistematização historiográfica do pensamento de Caio Prado está expressa em um novo sentido para a história brasileira. Sentido esse que é circunscrito a partir de um passado marcado pelas relações de dominação e resistência, um presente que está repleto de desafios, em que o protagonismo de uma classe se colocaria como sujeito histórico que dirigiria o processo revolucionário (futuro).

E, por fim, a sua produção também está direcionada a lugares de produção e a quem suas análises serviam. Primeiramente, toda reflexão histórica se origina das indagações do próprio historiador como um sujeito social imerso em um cenário de desafios e indagações que se volta ao passado em busca de respostas. É da sua percepção enquanto sujeito histórico racional e as respostas que deseja obter do passado que a sua identidade historiográfica é constituída. Delineia-se também que a sua produção não está dissociada de um público-alvo. Qual seria a proposta de práxis política imbricada em tais obras historiográficas?

Constata-se que em seu projeto historiográfico, Caio Prado Júnior procurava estabelecer nexos de proximidade entre aquilo que ele interpretava como realidade brasileira, seus resultados como processos históricos e a função que o seu saber iria impactar em determinados setores aos quais estava dirigida a constituição de suas análises. Podemos entender que sua reflexão historiográfica buscava estabelecer as conexões com os problemas que lhe eram particulares. Assim, entendemos que:

História (como ciência) e vida (prática) sempre estiveram relacionadas, seja no âmbito dos interesses de satisfação das carências de orientação da sociedade, seja na necessidade do estabelecimento de parâmetros que possibilitem fiabilidade às narrativas geradas para representarem essa mesma ação temporal dos seres humanos (ALVES, 2013, p. 53).

Como é evidente, seu projeto de pensar a realidade a partir da revolução das massas falhara. Ao colocar a revolução brasileira na pauta, Caio Prado Júnior objetivou suprir uma carência de orientação ainda inexistente na realidade brasileira, desvelando o caráter utilitário e didático-prático de suas obras.

Pode-se afiançar que as teorias advindas da virada paradigmática alemã nos anos 1960 e 1970 deram um contributo significativo para se reencontrar as conexões entre o saber histórico e a sua dimensão utilitária para a vida. Porém, entende-se que uma mera

transposição dos seus referenciais para se pensar a realidade brasileira não bastaria para dar conta dos problemas sócio-históricos acerca da produção do saber histórico no Brasil.

Desta forma, a influência da historiografia alemã não tem sido mera transposição do pensamento alemão para o Brasil, mas deve ser considerada como uma apropriação, que implica em uma ressignificação a partir da inserção específica dos didáticos em nossa realidade. Gostaríamos de demonstrar aqui que é coerente com o pensamento didático alemão pensarmos a didática da história a partir de nossas próprias demandas de orientação temporal (SADDI, 2014, p. 142).

Buscando fornecer uma nova dinâmica ao se pensar a organicidade do pensamento historiográfico e sua inserção no seio social, a didática da história estabelece-se como um campo que busca construir aproximações entre a historiografia e os problemas históricos que cada sociedade demanda.

Assim, podemos dizer que uma didática da história comprometida com a análise da consciência histórica na sociedade deve, segundo a própria literatura alemã, resolver problemas relacionados às carências de orientação das diferentes culturas, sociedades, grupos e indivíduos que as produzem. Se a didática da história alemã surgiu como resposta a uma crise de orientação da sociedade alemã, que, dentre outras coisas, precisava lidar com o passado recente alemão, também uma didática da história brasileira precisa nos ajudar a resolver os nossos próprios holocaustos (SADDI, 2014, p. 143).

Para tanto, elencamos algumas categorias de análise para empreender uma crítica historiográfica à produção caiopradiana. Apontam-se três linhas estruturantes de investigação acerca de suas obras:

- 1) As **carências** de orientação: a que tipo de respostas a historiografia marxista (de Caio Prado Júnior) buscava responder na realidade brasileira?
- 2) Qual era o **sentido histórico** que o autor identificava na relação temporal expressada em suas obras, a partir da relação temporal: **passado – presente – futuro**?
- 3) **Produção de identidade**: a que tipo de identidade brasileira suas reflexões estavam voltadas? Qual era a história produzida para si (**identidade**) e a sua concepção de identidade na qual o povo brasileiro estava inserido (**práxis**)?

Nesse sentido, aponta-se para a problemática que norteia a produção da presente pesquisa: qual o caráter e a necessidade de uma revolução brasileira buscando romper com os laços coloniais e quais estratégias adotar? Que sentido há na produção de uma historiografia com ênfase nos processos de dominação e resistência acerca da formação histórica brasileira? E, por fim, quem esse saber produzido buscaria atingir mediante um

processo que pressupõe uma aprendizagem histórica? É em busca de tais respostas que o próximo capítulo buscará centrar suas investigações.

CAPÍTULO 3 CAIO PRADO JÚNIOR E A REVOLUÇÃO BRASILEIRA: HISTORIOGRAFIA, SENTIDO E ORIENTAÇÃO

O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer.

Walter Benjamin

3.1 O paradigma historiográfico marxista: a história orientando a revolução

As discussões apresentadas tiveram, a partir de um panorama geral, o objetivo de discutir a constituição da ciência histórica enquanto um campo de conhecimento e a sua constituição em um espaço historiográfico, materializado não só pela narrativa, como pela prática do historiador. Buscou-se, também, estabelecer as conexões entre a historiografia – como produto de seu tempo – e as orientações históricas que cada desafio histórico coloca aos sujeitos ao interpretarem seu próprio devir.

Tendo como problemática o fator de orientação temporal que o conhecimento histórico vem a servir, opera-se um recorte acerca de uma concepção teórica da realidade brasileira a ser analisada mediante uma crítica historiográfica, detida a elementos constitutivos de orientação temporal, produção de identidades e também o sentido histórico empregado por Caio Prado Júnior em algumas de suas obras. A escolha de perspectiva teórica para análise se dá a partir da cultura historiográfica marxista no extenso quadro histórico de interpretações acerca da realidade histórica brasileira.

A escolha do autor e suas análises acerca da realidade brasileira se enquadram em uma perspectiva que alinha historiografia e um projeto de práxis como processos em conjunto, cuja finalidade é uma orientação para além de um simples conhecimento da realidade, direciona-se à transformação dela.

O enfoque escolhido acerca da produção marxista constitui-se a problemática em torno de uma concepção teórica que não se sustenta a partir de uma mera contemplação do real, e sim busca, a partir da radicalização das ideias, produzir uma postura crítica em seus receptores. Entende-se que a radicalização inerente ao marxismo deriva do fato de que ele (enquanto uma teoria social) toma partido em favor da emancipação humana em seus atributos, tais como liberdade e universalidade. Tal processo está atrelado a uma resposta proporcional à radicalização efetiva e concreta da exploração do homem pelo homem na sociedade capitalista.

É nesse sentido que tomamos a historiografia caiopradiana como objeto de análise, contemplando-a como um dos primeiros expoentes de um pensamento teórico-metodológico marxista mais aprofundado, principalmente no que se refere aos princípios do materialismo histórico. A obra de Caio Prado torna-se pioneira em equacionar o passado brasileiro no horizonte da revolução, constituindo-se possibilidade de se produzir uma crítica a partir do passado brasileiro pautada em suas próprias contradições.

Todavia, é preciso compreender o pensamento de Caio Prado Júnior como fruto de uma recepção de ideias que vão para além do momento em que ele produzia suas obras. Vinculado ao pensamento social brasileiro, o autor situa-se como expressão do marxismo, que se consolida primeiramente no cenário europeu. Para ter melhor elucidação de como se constitui o pensamento de Caio Prado na discussão da realidade brasileira, é preciso retroceder ao contexto originário do marxismo no século anterior à sua própria produção teórica.

O marxismo surge como um *corpus* teórico e é originário do século de XIX, fruto das concepções teóricas de Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), estabelecendo vínculos orgânicos com a classe operária do século XIX. Grosso modo, o marxismo se consolida em contradição à expansão da sociedade capitalista e seu caráter exploratório.

Uma consideração parece necessária e essencial de ser constatada, que é a amizade intelectual e pessoal entre Marx e Engels. Precisamos entender o marxismo – leia-se também o materialismo histórico – como fruto do conjunto de ideias desenvolvidas por ambos.

Marx desenvolveu suas concepções teóricas tendo o proletariado como classe revolucionária, a partir de uma reflexão exclusivamente intelectual, isto é, dos desdobramentos de uma lógica conduzida a partir de certa leitura presente em uma vertente das ideias de um hegelianismo de esquerda que se fizera insemear pela perspectiva do materialismo, ainda que incipiente, de inspiração feurbachiana. Também por uma sensibilidade aflorada pelo contato com as ideias socialistas que, naqueles anos, vinham adquirindo projeção no seio da classe operária.

Por sua vez, Engels foi obrigado, por sua condição familiar, a conduzir as fábricas de seu pai, um rico industrial, residente em Barmen, na Alemanha. Engels ficara extremamente impressionado e espantado com a miséria a que os trabalhadores eram submetidos no processo de trabalho fabril. Ao mesmo tempo, quando assume a direção de

uma das fábricas de sua família, em Manchester, Engels toma contato com a realidade empírica presente nas fábricas. De suas observações acerca dos trabalhadores é que se dá a produção do seu livro *A situação das classes trabalhadoras na Inglaterra*, que seria publicado em 1845.

A crítica ao sistema burguês proposta pelo marxismo se materializará teoricamente por três vertentes teóricas: o idealismo alemão, a economia política inglesa e o socialismo francês²⁷. Nesse aspecto, entende-se que “a originalidade de Marx, no âmbito teórico, é dupla: como genial criador de novos conceitos, e como rearticulador de categorias de pensamento que já vinham sendo trabalhadas por autores diversos” (BARROS, 2013, p. 21).

A proposta teórica marxista é fruto de uma concepção contraditória à exploração humana promovida pelo capitalismo industrial que se expandia pela Europa. A partir da concepção histórico-dialética herdada da filosofia de Hegel, Marx aprofundará a crítica das relações materiais de produções, condicionando as demais variantes da vida social em uma totalidade concreta de fatores que influenciam diretamente no ser em sociedade. A sua concepção de crítica à ordem burguesa existente se direciona especificamente a um sujeito coletivo que estaria sempre à margem do processo capitalista: o proletariado.

O proletariado, em Marx, é a última das classes: aquela que levará a história ao seu termo ao instituir a sociedade em classes após seu enfrentamento terminal com a burguesia. Para realizar essa tarefa, o proletariado precisa desenvolver ao máximo a sua “consciência de classe” (BARROS, 2014, p. 374-375).

A “novidade teórica” em Marx situa-se justamente em inverter a centralidade do processo dialético proposto por Hegel. “[...] como Hegel e outros pensadores de menor envergadura, Marx mantém a ideia de um sentido na história, de uma finalidade das ações humanas” (BOURDÉ; MARTIN, 2003, p. 159). Se Hegel situava o ponto de partida no Espírito que guiaria a humanidade em direção à liberdade, por sua vez, Marx direciona a centralidade do seu método analítico às relações materiais:

É de uma realidade concreta, ou das condições materiais objetivas que se apresentam aos homens organizados em sociedade, que parte o movimento histórico de transformação da realidade, sendo por isso necessário que também a historiografia procure compreender os desenvolvimentos histórico-sociais do mundo humano a partir da análise das condições materiais objetivas (BARROS, 2013, p. 42).

²⁷ A esse respeito, Lênin, teórico e revolucionário bolchevique, que dirige o processo revolucionário russo em 1917, irá considerar que as três vertentes teóricas, em uma totalidade, figuram como as três fontes constitutivas do marxismo.

Nesse sentido, a filosofia marxiana e o seu paradigma de produção do conhecimento romperiam com um saber desinteressado (ou falsificado) que se colocava às filosofias da sua época. Tal situação pode ser expressa em sua tão conhecida décima primeira tese acerca de Ludwig Feuerbach, em que os formuladores do materialismo histórico propunham que “os filósofos apenas interpretaram o mundo de maneiras diferentes; o que importa, contudo, é transformá-lo” (MARX; ENGELS, 2019, p. 91). Para tanto, torna-se cara para Marx uma definição acerca do conceito de práxis, e de como o marxismo constitui-se como um fator de orientação especificamente direcionado ao agir, destinado a um propósito imbricado em sua própria razão de ser: a revolução.

O marxismo consolida-se no século XIX, ao lado do historicismo alemão e do positivismo francês, como um paradigma de produção de conhecimento acerca da história, delineando contornos significativos a uma disciplina que se encontrava em vias de consolidação. O marxismo pode-se situar como a primeira tentativa no século XIX de inscrever na história as camadas populares, destoando dos principais paradigmas ao canalizarem suas reflexões para a manutenção do *status quo*. Entende-se que a partir disso:

O Materialismo Histórico radicaliza, por assim dizer, a Historicidade que já havia sido trazida pelo Historicismo em princípios do século XIX. Sequer o historiador escaparia à história, tal como já vinha propondo o setor mais relativista do historicismo alemão desde meados do século XIX. Mas, para além de uma nacionalidade, de uma posição em relação à religiosidade, de uma inscrição na cultura local, de idiosincrasias pessoais, e de um diálogo institucional com seus pares, o historiador também estaria vinculado a uma certa classe social, a uma determinada posição em relação a essa classe social, ou ao menos seria portador, nem sempre consciente, de uma certa maneira de ver as coisas que se sintoniza perfeitamente com a leitura de mundo alcançada por esta ou por aquela classe social, o que certamente aparecerá na historiografia que irá produzir (BARROS, 2013, p. 47-48).

A filosofia marxista da história estabelece-se sob o prisma analítico das relações materiais de produção, canalizando sua intervenção para a luta de classes como o motor que faz a realidade histórica mover-se a partir das contradições. Nesse aspecto, a teoria analítica do real marxista se apresenta sob dois prismas no que se refere à sua relação com o tempo: **a)** expressa a recusa e a radicalidade da temporalidade burguesa e **b)** estabelece um sentido para a história, colocando no horizonte a revolução proletária, assinalando uma valoração, ou a opção consciente por uma classe: a dos explorados.

Pode-se entender que Marx dissolve a temporalidade burguesa, criticando-a diretamente, como sendo uma mistificadora da realidade, escondendo as reais contradições e instaurando uma espécie de falsa consciência, que ele apresenta em seu texto *A Ideologia*

Alemã, elaborado em 1846, porém veio a público editado e publicado apenas em 1933. Nesse texto, produzido conjuntamente com Engels, apresentam, dentre outras considerações teóricas muito ricas, uma crítica às diversas incompreensões da realidade que contribuía para a criação de uma falsa concepção de mundo que legitimava o regime burguês.

A partir disso Marx radicalizará sua opção teórica em orientar uma classe revolucionária que pudesse transformar a realidade e adquirir uma consciência real dos processos históricos que lhe eram inerentes, produzindo sob a temporalidade burguesa consolidada uma

[...] ação crítica da realidade social, que a destrói e reconstrói, os limites sublunares, a relatividade e finitude humanas poderiam encontrar conforto, salvação, paz neste mundo mesmo, no futuro. Diante da angústia, do vazio, da escuridão, do horror da experiência vivida, só haveria a possibilidade de os homens tomarem seu destino nas próprias mãos. Pela práxis, a história teria sua salvação na própria história, a utopia resgataria o tempo passado e presente de infelicidade, e a espécie humana seria imortal e se aperfeiçoaria, superando a finitude dos indivíduos. O marxismo inspira, pela sua estratégia para solucionar o drama da temporalidade, confiança e esperança. A utopia será uma “cidade-feliz”, humana e histórica, e não uma “cidade de Deus” ou do Espírito Absoluto. Não se pode estranhar, então, a sua enorme repercussão, o seu caráter de tempestade sobre a história (REIS, 2011, p. 70).

A partir de uma realidade que se apresenta contraditoriamente, Marx direcionará o proletariado como a única classe que pode promover uma mudança radical na estrutura da sociedade. Ele identifica que a burguesia, ao tomar o poder, usa de todos os mecanismos que dispõe para se consolidar como classe dominante e excluir qualquer possibilidade que ameace seu domínio; nesse sentido, “é a ação burguesa que teme sua própria revolução e se refugia no passado, mas a classe proletária recusa radicalmente o presente e o passado, ‘retira-se da história’, em direção ao futuro” (REIS, 2011, p. 69).

Podemos entender que “Marx radicaliza a percepção de tempo da modernidade, criado pela burguesia que, após ter tomado o poder, passou a recusar o futuro, que se transformou em ameaça, a mesma ameaça que ela foi para a aristocracia” (REIS, 2011, p. 69). É justamente a legitimidade da temporalidade burguesa que Marx irá questionar, a partir das contradições presentes na sociedade.

Para que a classe revolucionária, apontada por Marx como a nova protagonista na sociedade burguesa, tomasse para si as rédeas do seu próprio destino histórico, seria necessária uma clara tomada de consciência do processo histórico que lhe era inerente.

Marx enxergava na classe operária a possibilidade de ruptura social que a modernidade precisava para realizar a emancipação humana:

A passagem da teoria à práxis revolucionária é determinada, por sua vez, pela existência de uma classe social – o proletariado – que só pode libertar a si mesmo liberando a humanidade inteira. Trata-se de uma missão histórico-universal, mas não fundada “a priori” ou providencialmente [...] e sim em função da situação concreta que ocupa dentro da produção na sociedade burguesa (VÁZQUEZ, 2011, p. 120).

A História, para o teórico Marx, apresenta-se sob dois aspectos: aquilo que se impõe aos homens a partir de condições objetivas herdadas das gerações anteriores, e aquilo que vai sendo transformado no presente por sua ação, no embate das lutas que se impõem no presente. A esse respeito, justifica-se a definição mais sintética estabelecida por Marx do caráter da história para ele, expressa no início da sua obra *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, publicada em 1852:

Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos (MARX, 2011, p. 25).

A história assumiria um caráter de fardo com o qual as sociedades deveriam lidar, no caso específico do pensamento de Marx, o proletariado precisaria romper com os grilhões em que se encontrava, em direção a um futuro que pudesse emancipar toda a humanidade. Assumindo para ele um caráter ambíguo:

A História é para ele espaço de aprisionamentos e liberdades. Há épocas em que a História parece se impor tiranicamente sobre esses homens, deixando-lhes margens estreitas, no interior das quais, contudo, eles se movimentam; e há épocas em que esses mesmos homens parecem tomar para si a tarefa de revolucionar seus destinos (BARROS, 2013, p. 91).

Nesse aspecto, o conceito de práxis para Marx precisa ser entendido não somente como a união entre em “teoria” e “prática”. Para ele, práxis se expressa sobretudo a partir de três variantes: **a)** uma ação ativa e consciente que se estabelece a partir da relação humana com o mundo material e com a realidade social que lhe é particular; **b)** práxis é entendida como o processo de modificação da natureza que se opera na medida em que o ser humano se assenhora dela por meio do trabalho, fundando sua essência como ser social;

e, sobretudo c) entende-se práxis como uma ação revolucionária que a direcionaria para uma mudança da realidade histórica.

No que se refere a tais constatações, percebemos que a “práxis expressa o poder que o homem tem de transformar o ambiente externo, isto é, tanto a natureza como o meio social em que está inserido” (BARROS, 2013, p. 135). Em uma reivindicação plena da práxis, ela se expressaria para o proletariado como uma ação e/ou uma luta consciente:

Pela práxis, pela intervenção, livre e condicionada na e pela estrutura econômico-social, os homens transformam o mundo e a si mesmos. Sua ação se dá no contexto de uma luta, sua intervenção é sempre um golpe numa luta, seja contra a classe adversária, seja contra a natureza (REIS, 2011, p. 63).

O materialismo histórico desenvolvido por Marx e Engels assume a caracterização de ser ao mesmo tempo um método de leitura da realidade e uma postura crítica do próprio pesquisador que se assume enquanto porta-voz de uma determinada classe. A própria atividade intelectual estaria associada à dimensão da esfera da luta de classes.

A partir de tais constatações, podemos incluir, acerca do paradigma historiográfico marxista, uma breve colocação da tensão entre objetividade e subjetividade no tocante à produção do conhecimento. Para a teoria marxista, o que se coloca é a questão da verdade revolucionária, vinculada a uma determinada classe social:

Dentro dessa abordagem, o sujeito produtor do conhecimento segue, como no historicismo, perspectivado, inscrito em uma subjetividade que o transcende através de seu pertencimento a outras instâncias. A mais importante dessas instâncias, contudo, é a classe social. Todo discurso representa uma “posição de classe”, e o historiador – enquanto produtor de conhecimento – não está fora disso, mesmo que não tenha total clareza ou plena consciência de representar, com a especificidade de seu trabalho, um ou outro ponto de vista de classe (BARROS, 2014, p. 379).

O materialismo histórico, construção coletiva de dois dos maiores intelectuais do século XIX, acaba sempre por reatualizar-se. Sua dimensão de historicidade radical, como um dos elementos que define esse paradigma, obriga a que a historicidade seja apontada para o próprio campo teórico que produz o conhecimento dentro do materialismo histórico. Isso permite sua renovação teórica, e exclui correntes que, dentro do marxismo, não acompanharam os próprios avanços de uma realidade que se apresenta dialeticamente. Desta forma, “Marx e o Materialismo Histórico não se confundem. Eles se encaixam, um se constitui a partir do outro no momento inicial. Mas o Materialismo Histórico sobreviverá a Marx, pois segue sendo uma construção coletiva” (BARROS, 2014, p. 338).

Podemos concluir que o “engajamento pessoal de Marx nas lutas sociais de sua época – ou seja, a união de teoria e da prática social na figura do próprio cientista social que se propõe revolucionariamente a transformar o mundo – era uma opção do indivíduo Marx” (BARROS, 2013, p. 27). Inclui-se também uma essencial formulação que ele coloca, estabelecendo que “a arma da crítica não pode, é claro, substituir a crítica da arma, o poder material tem de ser derrubado pelo poder material, mas a teoria também se torna força material quando se apodera das massas” (MARX, 2010, p. 25). É de contornos produzidos por essa teoria que ora tratamos no presente trabalho.

3.2 A teoria social marxista: entre as organizações internacionais operárias do século XIX e o impacto da Revolução Russa ao recebimento das ideias marxistas no Brasil

A partir dos apontamentos anteriormente demonstrados, entende-se a teoria social marxista como uma produção vinculada organicamente à classe operária. Sua crítica situa-se como uma contradição ao sistema do capital que se expandiu a todas as esferas do ser social, e que a tudo destruía como uma entidade autônoma que se autorreproduz. Barrar a expansão do capital seria, para Marx, a tarefa da classe que sofre todas as mazelas e o pauperismo do sistema capitalista: a classe proletária.

Segundo Marx, o capital estaria como o espírito está para a filosofia de Hegel. Porém, se para Hegel o espírito conduz a humanidade à liberdade, o capital, para Marx, conduz a humanidade à barbárie e à degeneração. A ordem capitalista confirma ao seu máximo a divisão da sociedade entre classes, acentuando ainda mais a divisão social do trabalho; a separação do trabalhador com os meios de produção e do seu produto, polarizando sobretudo a separação da riqueza social.

A opção de Marx pelas ideias socialistas possui um caráter prático, enxergando no comunismo a única forma de emancipação humana frente à sociedade do capital, apesar de Marx ter tido contato com algumas ideias socialistas consideradas “românticas”. Nesse sentido, as considerações desenvolvidas por Marx e Engels assinalam uma ruptura de um socialismo considerado utópico para o socialismo científico.

O socialismo surgiu como um continuador da luta contra as injustiças sociais, porém introduziu nessa luta um elemento novo: a proposta de uma transformação nas condições da produção e da apropriação da riqueza produzida pela sociedade. O programa político defendido pelos socialistas, em nome das necessidades vitais da comunidade, passou a impor restrições aos direitos dos proprietários particulares (KONDER, 2003, p. 10).

As ideias elaboradas por Marx e Engels no século XIX tiveram um enorme impacto no movimento operário europeu, influenciando a criação da primeira Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT, fundada em 1864), e também a segunda Associação Internacional dos Trabalhadores (fundada em 1889, por Friedrich Engels, que iria permanecer ativa até 1916). Tais organizações internacionais dos trabalhadores no século XIX estavam envoltas em uma práxis de luta política de enfrentamento, visando à melhoria das condições de vida e de trabalho da classe operária.

Pode-se afirmar que no século XIX não apenas o marxismo figurava como *corpus* teórico combativo da classe operária. A fundação da Primeira Internacional constitui-se um marco para a internacionalização do movimento operário, sendo a primeira organização a romper com as barreiras nacionais:

Fundada em 1864, em Londres, ela funcionou até 1872. Apesar das sensíveis diferenças de opinião, os líderes dos movimentos operários procuravam se organizar internacionalmente, a partir da constatação de que a burguesia dos diversos países já estava organizada em escala mundial. A Primeira Internacional uniu representantes das diversas tendências do pensamento socialista (KONDER, 2003, p. 16).

Apesar de uma efetiva atuação nos comitês diretivos, as ideias de Marx e Engels não eram predominantes, havendo diversas vertentes que buscavam tomar a frente da direção das lutas operárias. Podemos citar a título de exemplo alguns teóricos: Mikhail Bakunin (1814-1876), teórico russo de vertente anarquista, os Lassalianos, que seguiam os princípios da Social Democracia idealizados por Ferdinand Lassale (1825-1864), além de diversos outros movimentos aliados a teorias de esquerda.

A Primeira Internacional ficaria em funcionamento até 1872, tendo encerrado suas atividades um ano depois do levante da Comuna de Paris. Devido ao conflito ideológico entre dois líderes intelectuais (Marx e Bakunin), a organização acaba por se desmantelar. Em 1883, Marx falece, ficando Engels como o maior intelectual em atividade do marxismo.

Ocorre que, após a morte de Marx, uma série de concepções teóricas são incorporadas às discussões marxistas, algumas ocasionando incongruências teóricas. A tentativa de uma retomada das organizações operárias é realizada por Engels, culminando na fundação em 1889 da Segunda Internacional dos Trabalhadores.

Nesse embate, o marxismo buscou estabelecer-se enquanto principal teoria orgânica das massas, disputando uma hegemonia dentro das organizações operárias, o que se acentua principalmente no século XX, com o triunfo dos bolcheviques no processo

revolucionário russo em 1917, conduzindo um processo revolucionário pautado a partir dos ideais do marxismo.

A virada para o século XX marca um momento muito particular para os movimentos operários em toda a Europa. Diversas atenuantes contribuem para dificuldades na internacionalização da luta operária. Diante desse aspecto, temos a consolidação dos estados nacionais, conduzida por ideologias nacionalistas; a consolidação do imperialismo como forma de expansão de alguns das principais potências europeias, o que culmina com o desencadeamento, em 1914, da Primeira Guerra Mundial, conflito que duraria até 1918. O conflito militar atesta um duro golpe, ao figurar nos campos de batalha trabalhadores de diferentes países lutando uns contra os outros. A Segunda Internacional dissolve-se em 1916, em pleno conflito.

Será também no início do século XX que uma Revolução em particular irá impactar toda a ordem social vigente até então. Em 1917, na Rússia, é deflagrado um processo de revolução social contra os desígnios do czarismo, ainda sob o regime monárquico. A miséria social era ainda mais grave, devido justamente ao motivo de que o país estava presente na guerra. Uma série de sublevações tomou conta dos principais centros e a massa operária passa a estabelecer-se como uma das figuras centrais no processo revolucionário.

Há que se destacar a figura do partido bolchevique como central nesse processo revolucionário, que, sobretudo na figura de Lênin, delineará contornos marxistas ao processo revolucionário russo. É instaurado, após um longo processo de revoltas e guerras dentro do território russo, o primeiro Estado socialista: a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Na Rússia atrasada, onde o movimento operário era mantido fora da lei e era perseguido pela política do tsar, o partido dos bolcheviques se fortaleceu e aproveitou a situação caótica criada pela guerra para tomar o poder, através de uma revolução, em novembro de 1917. [...] Os bolcheviques fundaram um novo Estado (a União Soviética) e o utilizaram como sede de uma nova Internacional (a Terceira) (KONDER, 2003, p. 23).

Será em um país atrasado, portanto, que as ideias de Marx irão produzir reflexos profundos e estabelecer na ordem mundial o primeiro país socialista da história. A partir desse acontecimento, a Revolução Russa de 1917 adquire um caráter universal, transpondo seus limites territoriais e se estabelecendo como uma experiência histórica que estaria diretamente ligada à consciência histórica de revolucionários por todo o globo.

Ao se tornarem os pioneiros na condução de um processo revolucionário, os bolcheviques se converteram em demiurgos da revolução mundial, modelo e inspiração para as esquerdas dos mais diversos cantos do planeta. É mediante essa elevação da sua condição de “mestres da revolução” que é criada, no interior da União Soviética, a Terceira Internacional, fundada pelo Partido Comunista da União Soviética, em 1919.

Se, por um lado, temos um marco mundial, com a instauração de um regime que inspira povos, intelectuais de todo o mundo, por outro lado, temos após a morte de Lenin (em 1924) a consolidação do stalinismo, uma doutrina que, inspirada no chefe máximo de estado (Josef Stalin²⁸), iria causar profundas deformações na teoria revolucionária marxista.

A partir de então, o “marxismo-leninismo” torna-se um sistema ideológico cuja função é justificar a ditadura do partido-Estado. Dado que incarna a classe operária, dado que fez a revolução, dado que determina o curso e seu poder. [...] De imediato, o materialismo histórico é promovido à categoria de ciência exata, capaz de estabelecer leis permitindo conhecer o passado e prever o futuro (BOURDÉ; MARTIN, 2003, p. 169).

A partir disso, durante o final dos anos de 1920 até o final da década de 1950, houve, na União Soviética, a partir da ditadura do proletariado, uma dogmatização do pensamento marxista, promovida em grande parte pela Terceira Internacional. A partir da Revolução Russa de 1917, ocorrem progressos incomparáveis a qualquer outro período da humanidade no que se refere a direitos e garantias aos oprimidos.

Havia, dessa forma, uma padronização das ideias revolucionárias, um esquema pré-concebido a ser importado a todos os cantos do mundo. Pautada a partir de um etapismo, a revolução se basearia em assimilar a periodicidade histórica de cada nação sob os moldes da realidade europeia. No caso específico do Brasil,

Os comunistas brasileiros passaram a manifestar uma admiração e um entusiasmo crescentes pela União Soviética. Sentindo-se constrangidos em face de seu próprio passado anarquista e da ignorância em que se encontravam diante das questões teóricas que eram discutidas pelos comunistas estrangeiros, mais experientes, os membros do PC do Brasil se dispuseram a acolher, muitas vezes sem qualquer espírito crítico, as ideias importadas (KONDER, 2003, p. 50).

²⁸ Josef Stalin situa-se como um dos líderes da União Soviética. Após a morte de Lênin, em 1924, ele utiliza-se dos mais diversos mecanismos para impor sobre o regime um autoritarismo muito particular. A despeito da sua liderança no período histórico em questão, podemos destacar desde expurgos de membros do partido até assassinatos. Há que se destacar também sua participação decisiva na Segunda Guerra Mundial contra as tropas nazistas o seu caráter de liderança militar. Todavia, é uma figura decisivamente emblemática no século XX. A esse respeito, ver: NETTO, José Paulo, 1981.

Esse esquema abstrato e apriorístico conduziu muitos Partidos Comunistas pelo mundo a assimilarem erroneamente as ideias marxistas, que em sua originalidade não possuíam nenhuma teleologia ou dogmatismo no devir histórico, pois a realidade é, de fato, dinâmica.

Por enquanto, o que nos interessa discutir é como se dá a recepção das ideias marxistas na historicidade brasileira. No Brasil, como nos demais países da América Latina, as ideias de Marx e Engels encontram-se presentes, ainda que sumariamente, desde o século XIX. O movimento operário iria demorar a se consolidar, principalmente dos grandes centros. Nos anos iniciais da consolidação da indústria em território brasileiro, a influência será de ideais de um sindicalismo revolucionário como expressão de sua contradição às condições de trabalho.

A América Latina sempre foi um continente significativamente complexo em seus processos históricos, proporcionando uma realidade muito particular de ser interpretada por esquemas teóricos. No que tange especificamente ao Brasil, as ideias marxistas demoraram a adquirir repercussão em território nacional e serem incorporadas como um método de leitura da nossa realidade.

Entendemos que a situação do marxismo no Brasil adquiria um caráter muito particular, num país que abolirá a escravidão apenas em 1888, o último a romper com esse processo na América. Tal fato nos legou heranças históricas muito particulares. Se na Europa houve a proletarização como “uma desclassificação social, aqui significou em geral uma ascensão social, pois sua origem está nos imigrantes que no país melhoravam de vida ou em ex- escravos que igualmente adquiriam um novo *status* profissional” (SECCO, 2008, p. 116).

No que se refere ao recebimento dos ideais marxistas, há uma relação ambígua:

Por um lado, as ideias socialistas não tinham, aparentemente, nenhuma serventia na sociedade escravista. Na sociedade brasileira, o problema crucial não era a chamada *questão social* (a questão do movimento operário), como na Europa: era a *questão servil* (isto é, a questão da escravidão). Por outro lado, os intelectuais e os políticos, no Brasil, não podiam ignorar as ideias de um movimento que estava se tornando importante nos países europeus. A vida cultural brasileira gravitava em torno de referências típicas da cultura europeia, e o socialismo estava começando a se tornar um tema de discussão “quente” na França, país que a elite brasileira tanto admirava. (KONDER, 2003, p. 29).

Será o processo revolucionário russo de 1917 que irá estabelecer contornos significativos nos processos diretivos das lutas operárias. Em 1922 é fundado no Brasil o

Partido Comunista do Brasil (PCB) ²⁹. A fundação do PCB destoa como um verdadeiro marco no processo histórico brasileiro, marcando gerações de operários e de intelectuais que aderiram ao partido e aos seus ideais revolucionários.

O nascimento do PCB, portanto, constitui uma consequência da formação do proletariado e do desenvolvimento de suas lutas no Brasil, que tem início na segunda metade do século XIX, e ocorre em função da implantação da indústria que, por sua vez, será parte de um processo de profundas transformações que passava a sociedade nacional naquele momento, principalmente em razão do desenvolvimento da economia cafeeira no Rio de Janeiro, sul de Minas São Paulo (SEGATTO, 1989, p. 17).

Pode-se afirmar que o PCB incorpora ações demandadas pela Terceira Internacional Comunista. O objetivo central era criar uma unidade entre os trabalhadores internacionais, bem como a superação da ordem burguesa em escala global, impulsionando processos revolucionários semelhantes aos ocorridos na Rússia Czarista. A Internacional demandará uma série de diretrizes aos Partidos Comunistas que foram se estabelecendo nos demais países.

A fundação do Partido Comunista Brasileiro assinalava para o processo de lutas sociais no Brasil um marco efetivo, pois foi durante vários anos a trincheira de luta de intelectuais, operários, militares, artistas e tantos outros, que enxergavam no Comunismo um compromisso para a mudança estrutural das condições sociais em que se encontrava a sociedade brasileira.

No entanto, a Revolução Russa influenciou não só a criação dos partidos bem como os ideais revolucionários nas mentalidades de intelectuais pelo planeta todo. No Brasil, a tradição intelectual marxista encontra uma receptividade também e diversos intelectuais aderem à práxis socialista.

Há, dessa forma, um esforço analítico-interpretativo de uma intelectualidade latino-americana que buscava encontrar no marxismo um aporte teórico-metodológico e buscava no materialismo histórico um norte para direcionar suas ações políticas, com o objetivo de transformar a realidade de seu país. Obviamente que tal processo interpretativo da realidade latino-americana não é unívoco, pode-se constatar diversas incongruências teóricas e análises simplistas, muitas devidas a uma assimilação acrítica do marxismo,

²⁹ Ainda que hoje no imaginário político tenhamos a definição da sigla como Partido Comunista Brasileiro, esse processo só ocorre na década de 1960, a partir de uma cisão interna no partido e a fundação do PC do B. Ambos reivindicam o status de detentores da originalidade de um partido comunista no cenário brasileiro, ainda que após um longo período tais distinções acabam se tornando sumárias de se constatar.

concebendo-o como uma fórmula teórica engessada, passível de ser aplicada nas mais diferentes realidades:

A fundação dos partidos comunistas na América Latina permitiu que o marxismo se difundisse mais aceleradamente por todo o continente. Desde então, a assimilação da teoria e da metodologia marxista proveio não só da leitura das escassas obras de Marx e Engels e Lenin, que por esse tempo circulavam em castelhano, mas também de manuais, textos e panfletos de propaganda da União Soviética, assim como da própria práxis dos partidos comunistas. Foi nessas circunstâncias que apareceram, inseridas em documentos partidários desses primeiros agrupamentos marxista-leninistas, algumas breves e ainda muito imprecisas incursões interpretativas sobre o devir histórico dos países latino-americanos (VILLABOY, 2007, p. 322-323).

Um expoente desse movimento no pensamento social brasileiro, na primeira metade do século XX, será Caio Prado Júnior (1907–1990), que empreende um esforço de compreensão da realidade brasileira pautada no método marxista. Obviamente que o marxismo no Brasil não se inicia com Caio Prado Júnior, mas ele é dentre os que consegue dispor do marxismo como aquilo que essencialmente ele é: um método de compreensão da realidade.

Se o PCB incorpora as diretrizes do pensamento soviético, Caio Prado destoa, e se coloca como uma linha fora da curva, ao recusar o dogmatismo, que muito pouco contribuía de efetivamente concreto no campo da luta política. Tendo iniciado suas análises marxistas na década de 1930, pode-se afirmar que ele se situa como um pioneiro em termos de um marxismo, que busca renovar-se em âmbito mundial, pois:

Depois da revolução de 1917, os bolcheviques adquirem um enorme prestígio e aparecem como “mestres do pensar” junto de militantes revolucionários. Durante cerca de quarenta anos, dos anos 1920 aos anos 1950, o pensamento marxista está comprimido dentro do molde stalinista. [...] É preciso esperar o fim dos anos 1950 e o início dos anos 1960 para que as obras de A. Gramsci, O. Bauer, G. Lukács e outros autores, que mantiveram viva a reflexão marxista apesar da esclerose stalinista, sejam conhecidas e discutidas nos círculos de militantes (BOURDÉ; MARTIN, 2003, p. 173).

Caio Prado Júnior se insere como um autor que dá vida ao marxismo latino-americano. Partindo dos nossos particulares problemas de orientação histórica, ele busca imprimir um novo sentido interpretativo ao processo histórico, situando-nos no quadro de uma dependência do capitalismo mundial:

[...] a harmoniosa articulação das teses liberal-positivistas com o dogma stalinista do escalonamento de cinco modos de produção, Caio Prado abriu uma via analítica original para a compreensão da história deste continente que teria entre suas primeiras repercussões a sociologia dependentista dos anos 1960 e que, anos depois, acabaria por desembocar numa enriquecida renovação da historiografia latino-americana (VILLABOY, 2007, p. 345).

Com todas as limitações e contingências da consciência histórica e intelectual de seu tempo, o esforço empreendido por ele inaugura um novo capítulo na orientação histórica brasileira. A historiografia produzida por Caio Prado configura-se como uma proposta extremamente complexa à identidade brasileira, que encontrava na revolução socialista um novo horizonte para se livrar do passado e do presente de dominação e subordinação.

3.3 Caio Prado Júnior e a ruptura de classe: do aristocrata ao “intelectual orgânico” do Partido Comunista Brasileiro

A relação de todas as sociedades com seus intelectuais é significativamente repleta de complexidades e longe de haver um denominador comum de relação harmônica entre ambos. Nas diferentes organizações sociais precedentes, o intelectual recebe a função de refletir acerca dos problemas e propor soluções que possam orientar a sociedade ou determinado grupo social a que representa.

O intelectual desempenha um vínculo orgânico com a sociedade que lhe é particular. Mais especificamente, o intelectual fala sempre de um lugar de produção³⁰. Ele busca responder os anseios, as angústias e estabelecer uma orientação a ser seguida por um determinado grupo social. Essa relação lhe confere ser um porta-voz de determinadas ideias, concepções de mundo, ou até falsificações da realidade a serem transmitidas.

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político (GRAMSCI, 2001, p. 15).

Se adentrarmos uma história da historiografia brasileira nas diversas tentativas de interpretação do nosso passado, principalmente no que tange aos cânones historiográficos, observamos na cultura historiográfica brasileira uma continuidade no que se refere à construção de um passado que se relacionasse harmonicamente com o presente. Diversos autores munidos do arcabouço teórico-metodológico que lhes eram inerentes buscaram atribuir sentido à experiência histórica brasileira.

³⁰ Importante mencionar que nem sempre o lugar condiciona a produção do conhecimento. A título de exemplo, temos os exemplos do próprio Caio Prado Júnior e de Friedrich Engels que, mesmo sendo descendentes de famílias burguesas, assumiram compromissos com a causa dos explorados. O mesmo pode ocorrer inversamente, em que pessoas de classe subalterna compram os ideais da burguesia e incorporam às suas concepções de mundo.

Será somente no século XX, que o Brasil poderia conferir uma ruptura com tais processos interpretativos, influenciado principalmente pela teoria marxista. Ao inscrever a revolução no horizonte de possibilidades da ação humana, Marx se tornaria um pensador efetivamente influente na modernidade. Ainda mais a partir da Revolução de Outubro, quando suas ideias despertaram e influenciaram a derrocada do regime czarista.

No Brasil, encontraremos em Caio Prado Júnior a expressão de um marxismo que buscava compreender as contradições da realidade brasileira a partir de sua particularidade histórica. De origem burguesa, sua família possuía uma trajetória importante nas elites do estado de São Paulo. Desde muito cedo, isso lhe proporcionou contato e acesso a uma cultura intelectual que exerceu enorme influência por toda sua vida:

Caio Prado Júnior nasceu em 11 de fevereiro de 1907, o terceiro de quatro filhos de duas famílias da elite paulistana: seu pai era Caio da Silva Prado, e sua mãe, Antonieta Penteado da Silva Prado. Esse aspecto familiar é importante não apenas como curiosidade biográfica, mas para acentuar a tradição política, econômica e social que ele herdou (PERICÁS; WIDER, 2014, p. 193).

Podemos entender que a marca que exprime o pensamento teórico caiopradiano é a ruptura de classe. Mesmo fazendo parte de uma elite oligárquica, que exercia domínio no estado de São Paulo desde o período colonial, Caio Prado iria na contramão, colocando o seu saber a serviço da destruição da ordem na qual ele foi gerado. No ano da Revolução bolchevique, ele tinha dez anos, e quando o Partido Comunista do Brasil foi fundado, ele já tinha 15 anos. Seria somente mais tarde que ele radicalizaria suas ideias e trilharia um caminho no sentido de um ativismo político.

Seu vínculo com o Partido Comunista será extremamente complexo. Ele adere ao partido em 1931, permanecendo nele pelo resto de sua vida. Apesar de sua militância ser intensa (fornecendo muitas vezes até subsídios financeiros à agremiação), Caio Prado decidiu ir na contramão das diretrizes impostas pela Terceira Internacional, no que se referia às teses interpretativas acerca da realidade brasileira.

Caio Prado Júnior investiu em publicações partidárias, organizou festas para levantar fundos para a agremiação e, na juventude, manteve uma gráfica clandestina com seu próprio capital. Tinha um pensamento crítico, original, muitas vezes discordante das posições defendidas pelo Comintern ou pela linha oficial pecebista. E não temia expor suas ideias, mesmo sabendo que poderia ser repreendido ou isolado por alguns camaradas (PERICÁS, 2016, p. 277).

O autor se destaca como um dos primeiros a conseguir ter uma clareza teórica do método materialista na interpretação histórica brasileira. Caio Prado se consolida como um proeminente teórico do século XX no Brasil; sua obra de expressão máxima foi *Formação*

do Brasil Contemporâneo, publicada em 1942. Ao lado de outras obras, como *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, e de *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, que se tornam verdadeiros cânones da interpretação histórica do Brasil e referência para gerações de intelectuais³¹.

Caio Prado constrói, ao lado de sua trajetória intelectual, uma trajetória política; militando pelo PCB, é eleito deputado em 1945. Similarmente à trajetória do partido, a de Caio Prado será também de perseguições e prisões. O que, talvez, o situe como um intelectual ímpar foi sua perspicácia e genialidade de conseguir interpretar o processo histórico do Brasil, tomando-o em sua própria contradição histórico-dialética e direcionando sua crítica a uma superação do *status quo* ao que era contemporâneo.

Por sua vez, o PCB esforçava-se por imprimir diretrizes condicionando a produção da intelectualidade do partido a assimilar as teses impostas pela Terceira Internacional aos países de terceiro mundo. Um expoente dessa assimilação teórica é Nelson Werneck Sodré³², o qual iria travar intensos debates com o próprio Caio Prado Júnior acerca do nosso passado (a tão conhecida polêmica se houve ou não no Brasil um passado feudal, que Sodré insistia em defender e por sua vez Caio Prado irá contestar veemente). Dessa maneira, a direção do PCB imprimia à sua maneira uma direção para a intelectualidade, condenando muitas vezes aqueles que se colocavam como *outsiders* do pensamento da esquerda:

O PCB, como intelectual orgânico coletivo, esforçava-se, através de seu grupo dirigente, por difundir nas suas bases uma conscientização dos princípios e tarefas básicas do comunismo. A possibilidade dessa tomada de consciência advinha tanto da situação objetiva da classe operária no Brasil quanto do estímulo exterior da IC. Essa consciência, ainda que mediada pela tentativa de aquisição de um conhecimento teórico complexo (marxismo), e ademais uma tentativa de todo frustrada e frustrante, não dava aos comunistas uma ideia de totalidade dos agentes e dos processos sociais vigentes na sociedade brasileira, frequentemente subestimados ou distorcidos pela lente do programa da IC para os países coloniais (SECCO, 2008, p. 31).

Pode-se afirmar “que até os anos 1960 o marxismo no Brasil foi uma cópia malfeita da produção teórica autorizada pela União Soviética. O próprio conhecimento das

³¹ Seria Antônio Candido (1995) que definiria as três obras como cânones interpretativos da realidade brasileira, formando desta forma uma tríade de compreensão acerca do nosso passado.

³² Nelson Werneck Sodré foi um general-militante do Partido Comunista. Possui uma ampla e vasta produção teórica acerca da realidade brasileira. Debruçou-se em temas que refletiam nossa nacionalidade. Apesar de algumas polêmicas teórico-analíticas, segue sendo um intelectual de referência sobre nosso passado. Ainda que algumas correntes teóricas tendam a pensar ele e Caio Prado como dois pensadores em oposição, ambos sempre possuíram uma relação cordial, e podemos notar mais traços em comum de seu pensamento do que ambivalências.

obras de Marx era muito pequeno e sua interpretação era invariavelmente mecanicista” (SECCO, 2008, p. 36). Por isso a tentativa elaborada por Caio Prado em transcender esquemas pré-concebidos é incorporada como uma atitude que marca gerações de pensadores, situando sua empreitada teórica como singular na intelectualidade brasileira, pelo menos até os anos 1950.

A atitude individual de Caio Prado Júnior prefigurou o militante dos novos partidos da classe operária. Devotado à causa do socialismo, porém firme na defesa de suas opiniões, ainda que divergentes de altas direções e, ao mesmo tempo, disciplinado na execução das tarefas resolvidas democraticamente pela maioria do conjunto partidário. Pensador e militante prático, Caio foi homem do seu tempo e homem do futuro. Diferente daqueles que parecem afinados com o presente, mas estão agarrados ao passado, apesar de exibirem roupas e ideias da última moda. Caio Prado Júnior soube encontrar a trilha que liga o presente ao futuro (GORENDER, 1989, p. 269).

As propostas de síntese do passado brasileiro, contidas em obras como a de Caio Prado Júnior, impuseram um legado extremamente significativo, principalmente no imaginário escolar. Adquiria, dessa forma, uma forte contribuição didática para professores que buscavam em tais obras unificar discursos acerca do passado nacional, um dos fatores que contribuiriam para que sua obra continuasse viva no decorrer do tempo.

Para Leandro Konder (1991, p. 32), Caio Prado Júnior se situa como um

[...] historiador materialista comprometido com um projeto revolucionário precisa reconstruir o quadro, compreender os problemas postos pela vida, avaliar as condições materiais, para poder entender criticamente as iniciativas, as propostas, os anseios, o ânimo com que os homens se movem na arena de luta na qual se veem colocados.

A produção de Caio Prado Júnior é apontada, muitas vezes, como distante das normas do Partido Comunista Brasileiro. Porém, Caio Prado consolida-se como um expoente do marxismo brasileiro, mesmo nunca tendo atuado no ambiente acadêmico e relegado muitas vezes pelos dirigentes do partido. Os seus esforços e o caráter particular da sua proposição teórico-metodológica evidenciaram um novo capítulo no pensamento social brasileiro, colocando no horizonte de perspectiva um desafio ao presente, pautado a partir daquilo que compreendeu em nosso passado nacional: um projeto de revolução socialista.

Caio Prado pagou caro por suas ideias e não renunciou a elas. Isso basta para medirmos a dimensão humana de sua personalidade política e intelectual, tendo sido preso diversas vezes e pagou um preço caro por aderir ao marxismo e se colocar organicamente vinculado aos menos favorecidos.

Assim como outros historiadores marxistas latino-americanos, Caio Prado sempre esteve comprometido com a libertação do jugo capitalista-dependente que se colocava para a América Latina. Sofreu diversos ataques ao seu modo de pensar, não somente pela direita, mas também pelos colegas de partido. Contudo, esses ataques não conseguiram evitar uma oxigenação do marxismo nacional. Sua contribuição efetua-se, sobretudo, e em grande medida na originalidade, tanto para desobstruir o caminho interpretativo de esquemas impostos de outras realidades, quanto erigir uma nova compreensão da realidade e da história brasileira.

3.4 A historiografia caiopradiana: o encontro entre marxismo e realidade brasileira

Como analisado no decorrer do presente capítulo, compreendemos que a obra de Caio Prado Júnior é fruto da expressão de uma conjuntura maior que a antecede. Da fundação do paradigma marxista como uma teoria vinculada organicamente à classe operária ao contexto de produção das obras de Caio Prado, há uma temporalidade que justifica a criação da sua produção historiográfica acerca da realidade brasileira.

É importante ressaltar que entendemos historiografia como uma prática que visa esclarecer e orientar a sociedade a partir de pressupostos cognitivos, que assumem na vida prática a finalidade de existir da ciência histórica. Nesse sentido, a crítica histórica de Caio Prado Júnior ao passado brasileiro inaugura uma nova percepção do tempo, no qual devemos buscar as contradições inerentes que levam à luta no presente.

A partir de tais aspectos, opera-se um recorte de três obras para a crítica historiográfica. Entendemos que a produção de Caio Prado Júnior é deveras significativa; objetivamos não realizar nenhum recorte arbitrário. As obras escolhidas para análise são: *Evolução Política Brasileira*, publicada originalmente em 1933, e a pioneira em sua produção historiográfica; *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia* (1942), para muitos a obra magna de Caio Prado, e por fim uma obra emblemática, *A Revolução Brasileira* (1966), em que ele inscreve a revolução brasileira em um horizonte de expectativa³³.

³³ A respeito da crítica historiográfica das obras de Caio Prado Júnior optamos por seguir a seguinte linha: nossa investigação irá percorrer uma análise processual dessas três obras estruturadas a partir do seu próprio processo de elaboração (1933, 1942, 1966). Buscando, assim, compreender a evolução de suas ideias e a continuidade das suas concepções acerca do nosso passado.

A partir dessas três reflexões produzidas acerca do nosso passado, buscamos compreender como Caio Prado constrói orientações à consciência histórica brasileira, tendo claramente a definição de que na História há um sentido. O passado na visão dele era algo que ainda trazia marcas em seu presente, e com o qual teríamos que lidar se objetivássemos a um futuro diferente.

Partindo de tais recortes, busca-se empreender uma crítica meta-historiográfica às obras de Caio Prado, tendo como chave analítica três eixos: a) qual era o sentido empregado no uso de diversas temporalidades ao analisar o passado brasileiro; b) quais carências de orientações ele visava superar e em qual direção suas respostas se direcionavam e c) a quem seus textos estavam direcionados, ou seja, qual era a proposta de identidade contida em seu discurso historiográfico.

Os textos de Caio Prado possuem uma intrínseca relação com causa, essencial para compreender seu processo de escrita. Busca-se situar o seu pensamento em fatores de orientação histórica, não somente enquanto sujeitos, mas também da sociedade. A escrita historiográfica jamais ocorre sem pressupostos que dão orientação à reflexão a respeito do passado. Pode-se afirmar que o historiador primeiro responde a angústias suas de orientação, em que visa esclarecer por meio de sua investigação questões que lhe são pertinentes.

O discurso historiográfico erigido por Caio Prado Júnior busca construir relações com a vida prática e interferir normativamente na ação humana, direcionando-a para a causa revolucionária. Comprometido com a causa marxista, ele busca reconstituir nosso passado em sua totalidade, partindo das diversas indagações do presente.

O historiador materialista comprometido com um projeto revolucionário precisa reconstituir o quadro, compreender os problemas postos pela vida, avaliar as condições materiais, para poder entender criticamente as iniciativas, as propostas, os anseios, o ânimo com que os homens se movem na arena de luta na qual se veem colocados (KONDER, 1989, p. 138).

Caio Prado Júnior adentra o cenário historiográfico brasileiro em 1933 (dois anos após ingressar ao Partido Comunista), com uma proposta de síntese do nosso passado, com o título de *Evolução Política do Brasil*. Ao apresentar o que seria seu quadro teórico-metodológico, salienta que a discussão perpassava por um “método relativamente novo” onde ele se referia à “interpretação materialista – de analisar a história brasileira” (PRADO JÚNIOR., 1972, p. 9).

É a partir desse aspecto que Caio Prado produzirá um ensaio que se coloca como um dos pioneiros a conseguir, ainda que com suas limitações conceituais, incorporar o marxismo como um método, ao enfatizar as classes em conflito no decorrer da história brasileira.

Com essa obra, Caio Prado Júnior viria a se destacar como um expoente da concepção materialista de análise da realidade brasileira. Nesse sentido, Caio Prado produz uma obra que se torna um verdadeiro marco intelectual nas ciências humanas, trabalhando justamente a centralidade das massas populares no processo histórico e a importância de sua integração à própria realidade brasileira.

Ele insere, portanto, os estratos sociais menos privilegiados dentro do processo de construção nacional, da Colônia ao fim do Império, como agentes ativos que se expressam por meio de lutas populares, fossem reivindicatórias, fosse pela tomada efetiva de poder, apresentando o “povo” (desde escravos até trabalhadores pobres), como um elemento constantemente “excluído” do processo, ressaltando seu papel protagônico nos momentos de agitações sociais, como a “Cabanada” (Cabanagem), no Pará, a Balaiada no Maranhão e a Revolta Praieira em Pernambuco (chamadas de principais “revoluções populares da época”) (PERICÁS; WIDER, 2014, p. 195).

Muitos críticos do pensamento de Caio Prado Júnior alegam que o autor não teria traços conexos com o marxismo, por não citar em seus livros trechos significativos da obra de Marx, Engels ou Lênin³⁴. Porém, “o que alguns críticos talvez não tenham compreendido é que um autor não é mais ou menos marxista pelo número de citações que faz de teóricos socialistas, mas pela correta aplicação do método” (PERICÁS, 2016, p. 49). Assim, Caio Prado Júnior se destaca como o maior expoente a utilizar, de forma sofisticada, o materialismo histórico na interpretação acerca do passado brasileiro.

No entanto, Caio Prado não pode ser considerado o pioneiro na relação entre materialismo histórico e realidade brasileira. Antes dele, diversos teóricos esforçaram-se para constituir um quadro de recepção das ideias socialistas e pensar a realidade brasileira a partir de tal aporte teórico-analítico. No que tange a tal constatação, é importante assinalar o atraso das publicações e traduções de grandes obras do pensamento social internacional, principalmente de Marx e Engels.

A literatura marxista demorou a chegar no Brasil. Depois da Revolução Russa certamente aumentou o influxo de obras sobre temas correlatos, vindas em grande parte da Europa, da própria Rússia, da Argentina, do Chile ou do México. O Manifesto Comunista, por exemplo, só seria traduzido em nosso país no começo

³⁴ A esse respeito, ver Coutinho (1989).

da década de 1920. O que se podia encontrar no Brasil até então eram basicamente divulgadores do marxismo, ainda que alguns poucos tenham tentado explicar, de forma pioneira (e com méritos, deve-se admitir), o materialismo histórico já naquela época, como Mário Pedrosa, Lívio Xavier, Octávio Brandão e Leôncio Basbaum, embora se conheçam as limitações das obras desses autores (PERICÁS, 2016, p. 49-50).

Um traço essencial presente na sua primeira obra e que seguirá como uma constante em seu pensamento é a perspectiva da totalidade. Totalidade essa que se transpõe para a própria análise do nosso passado, circunscrevendo-o como parte do capitalismo, desde sua fundação. Para o autor,

Os historiadores, preocupados unicamente com a superfície dos acontecimentos – expedições sertanistas, entradas e bandeiras; substituições de governos e governantes; invasões ou guerras – esqueceram quase que por completo o que se passa no íntimo da nossa história de que estes acontecimentos não são senão um reflexo exterior (PRADO JÚNIOR, 1972, p. 9).

Enquanto uma parte da intelectualidade brasileira de esquerda estava mais afeita às diretrizes impostas pela Internacional Comunista, Caio Prado irá na contramão do partido, rejeitando esquemas abstratos que não serviam para compreender a particularidade do caso brasileiro:

Caio Prado Júnior, em 1933, realizou uma autêntica façanha, ao superar o obstáculo interno, constituído pelas graves insuficiências teóricas de seus predecessores brasileiros no capô da “interpretação materialista”, e ao escapar da pressão externa, decorrente da codificação oficial do “marxismo-leninismo” (KONDER, 1991, p. 33).

A obra pioneira de Caio Prado se destaca por tentar produzir uma interpretação diferente para os problemas históricos com os quais ele se deparava. O cenário político brasileiro assinalava uma completa instabilidade, movido também pela crise mundial que o antecederia em 1929. Getúlio Vargas havia assumido o poder, e estava construindo os mecanismos necessários que o levariam a uma hegemonia como chefe máximo da nação. Caio Prado irá voltar-se ao passado para buscar compreender quais seriam as raízes dos problemas que se colocavam diante da nação brasileira.

Seria no materialismo histórico que ele iria encontrar uma chave analítico-interpretativa das desigualdades e contradições no Brasil que ele conhecia. Para ele, as raízes dos nossos problemas encontravam-se herdadas do nosso passado no período colonial. Era preciso compreender corretamente nossa situação colonial, o que organizara a grande exploração em território brasileiro:

A sociedade colonial brasileira é o reflexo fiel de sua base material: a economia agrária que descrevemos. Assim como a grande exploração absorve a terra, o senhor rural monopoliza a riqueza [...]. A posição privilegiada do Brasil no primeiro século da colonização, como único produtor de açúcar, posição que só começa a perder em meados do século seguinte, favorece uma rápida prosperidade que cedo se revela na constituição de grandes fortunas [...]. Naturalmente, tal abundância exigia o esforço de dezenas e centenas de trabalhadores; sua condição necessária era, pois, uma ínfima minoria de colonos, formando grandes explorações (PRADO JÚNIOR, 1972, p. 23).

Caio Prado Júnior (1972, p.23) destacará também o caráter exploratório do trabalho de uma imensa “população miserável de índios, mestiços e negros escravos. E desde o início da colonização é destes que se constitui a massa popular” e seria, portanto, sob uma “base essencialmente escravista” que se assentou a economia colonial. Tal constatação iria nos legar uma incontornável marca a ser superada.

É nos embates políticos ocorridos na história brasileira que ele busca compreender o sentido de nossa evolução, e de como os problemas do presente possuem uma relação intrínseca com o passado. Tomando como cerne analítico a contradição de um materialismo histórico-dialético, Caio Prado irá analisar criticamente as condições que levaram o regime colonial a sua ruína:

Ao mesmo tempo que por esta forma se agravam as condições do Brasil, fazendo-lhe sentir, com todo o seu peso, o ônus da opressão colonial, a estrutura social brasileira se transforma. Nesta transformação vamos encontrar as demais contradições internas que minavam o regime, e que lhe vão aos poucos trazendo a dissolução final (PRADO JÚNIOR, 1972, p. 36).

Nesse sentido, para ele, o rompimento entre metrópole e colônia se daria a partir de relações conflitantes entre os interesses, principalmente no que se referia à economia, rompendo o equilíbrio político do regime colonial.

A nossa evolução política segue, portanto, passo a passo a transformação econômica que se opera a partir de meados do século XVII. Esta transformação, que se define pela maior penetração econômica da metrópole, repercute no terreno político pelo desaparecimento gradual de nossa autonomia local do primeiro século e meio da colonização (PRADO JÚNIOR, 1972, p. 41).

É sob o prisma de um olhar mais voltado aos aspectos econômicos, sociais e políticos que ele buscava reconstruir a trama do nosso passado. Para o autor, o passado legava situações ainda no presente. Ao descrever nosso processo de independência, Caio Prado assinalava:

A transferência da Corte constituiu praticamente a realização de nossa independência. Não resta a menor dúvida que ela viria, mais cedo ou mais tarde, mesmo sem a presença do Regente, depois rei de Portugal. Mas também é certo

que nossa condição de sede provisória da monarquia foi a causa última e imediata da Independência, substituindo, talvez sem vantagem alguma, o processo final da luta armada que foi o das demais colônias americanas (PRADO JÚNIOR, 1972, p. 43).

Segundo o autor, nosso processo de independência se configurava como um “arranjo político”, havendo uma configuração histórica específica: a exclusão das massas de tal acontecimento histórico. Para ele, “a Independência brasileira é fruto mais de uma classe que da nação tomada em conjunto” (PRADO JÚNIOR, 1972, p. 48). Por isso, entendia que a “posição das classes pobres na revolução da Independência é por isso radical ao extremo. Planejavam-se completas transformações sociais, e não faltaram mesmo projetos de divisão igualitária de toda a riqueza social” (PRADO JÚNIOR, 1972, p. 54).

O que se coloca como uma ruptura historiográfica brasileira é justamente o fato de Caio Prado colocar as massas na centralidade do processo histórico brasileiro, um feito que até então havia sido ignorado. A opção que ele estabelece em seu discurso historiográfico pelas massas pode ser designada como a escolha de um público-alvo para suas reflexões. Assim, ele buscava salientar como o povo oprimido brasileiro não assistiu passivamente aos processos históricos, ocorrendo levantes contrários à ordem dominante, principalmente após a instauração do império brasileiro:

O desencadeamento da insurreição faz com que venham à tona, e explodam em agitações, as diferentes contradições econômicas e sociais que se brigavam no íntimo da sociedade colonial e que a ordem estabelecida mantinha em respeito. Assim, as profundas diferenças sociais que separavam entre si as classes e setores sociais, relegando a massa da população para um ínfimo padrão de vida material e desprezível estatuto moral. São ainda as contradições de natureza étnica, resultando da posição deprimente do escravo preto, e, em menor escala do indígena, o que dá no preconceito contra todo indivíduo, mesmo livre, de cor escura. É a grande maioria da população que é aí atingida, e que se ergue contra uma organização social que além do efeito moral, resulta para ela na exclusão de quase tudo quanto de melhor oferece a existência na colônia (PRADO JÚNIOR, 1972, p. 45).

Apesar de conferir centralidade às massas no processo histórico brasileiro, Caio Prado descreve, na obra *Evolução Política do Brasil*, que elas não se encontravam politicamente maduras para dirigir o processo revolucionário da independência, rompendo com a ordem dominante. Não somente as massas não poderiam conduzir o processo como as condições reais não possibilitaram uma ruptura diferente.

As relações de classe existentes, e contra que se insurgiam, ainda se encontravam solidamente alicerçadas na estrutura econômica fundamental do Brasil que descrevemos nos primeiros capítulos deste livro, e que não somente não se alterara, como prosperava; as relações de classe dela derivadas não se podiam, por isso, modificar sensivelmente. E assim a luta popular contra elas desencadeada não as atingirá, e a revolução não irá além daquilo para que o

Brasil estava preparado, isto é, a libertação do jugo colonial e a emancipação política (PRADO JÚNIOR, 1972, p. 47).

É a partir de tal constatação que encontramos, no decorrer de sua narrativa, alguns fatos históricos que são remetidos a algumas revoltas que ficaram caracterizadas no século XIX como populares. O autor desenvolve sua crítica a respeito da Revolta Praieira e da Revolta dos Balaios. Para o autor, tais revoltas, apesar de responderem a anseios e aspirações de grupos sociais, acabaram por não conseguir levar a cabo seus objetivos, fracassando em seu processo revolucionário. Porém, a respeito da Revolta dos Cabanos, no Pará, Caio Prado (1972, p. 69) destaca que:

Ela é um dos mais, se não o mais notável movimento popular do Brasil. É o único em que as camadas mais inferiores da população conseguem ocupar o poder de toda uma província com certa estabilidade. Apesar de sua desorientação, apesar da falta de continuidade que o caracteriza, fica-lhe, contudo, a glória de ter sido a primeira insurreição popular que passou da simples agitação para uma tomada efetiva do poder.

A respeito desses aspectos, notamos em Caio Prado Júnior a opção por uma luta, uma causa. Ao reconstruir tais momentos de nosso passado, ele irá inscrever um público central a quem era destinada sua obra. Atentando para aspectos que até então eram escamoteados em diversas interpretações da nossa realidade, ele se coloca como pioneiro ao tentar interpretar as revoltas nacionais.

A Cabanada do Pará (1833-36), a Balaiada do Maranhão (1838-41) e a Revolta Praieira de 1848 em Pernambuco – que são as principais revoluções populares da época – não passam, para a generalidade dos nossos historiadores, de fatos sem maior significação social, e que exprimem apenas a explosão de “bestiais” sentimentos e paixões das massas (PRADO JÚNIOR, 1972, p. 10).

Podemos entender que “a historiografia dá forma ao conhecimento histórico para que este possa apelar à capacidade de raciocinar daqueles a quem se destina ou por que é utilizado” (RÜSEN, 2010c, p. 17). Com a inserção de um sujeito destinatário em seu discurso, ele supera a identidade para si próprio, que é particular de toda reflexão histórica, e delinea uma práxis que visava encontrar na cena histórica brasileira as camadas populares em luta.

Para Lincoln Secco (2008), o passado era na concepção de Caio Prado Júnior algo vivo, em contínuo transformar-se no seu próprio presente. Era importante acompanhar o historiador Caio Prado em sua própria oficina de fontes, no seu *metier* teórico, e como ele se consagrara, não apenas como expoente de um marxismo comprometido com a

transformação da realidade, mas também alguém que encarava o esforço da empreitada intelectual com seriedade.

Em 1933 ele se mostrava um analista político que usava a história como ilustração construída com base numa bibliografia estabelecida; agora ele procurava apoiar-se em relatórios de governo, leis, relatos de viajantes, atas de câmara e outros documentos primários (SECCO, 2008, p. 159).

O que Caio Prado produz em sua obra *Evolução Política do Brasil* resulta em uma empreitada analítica com um caráter eminentemente pioneiro acerca da história de nosso país. Ainda que se opere uma síntese que cobre desde o período colonial até o final do Império brasileiro, salientando as contradições desde seu processo de instauração da sociedade brasileira nos marcos de um capitalismo.

Nove anos após sua estreia no âmbito historiográfico brasileiro, ele irá causar um verdadeiro marco na cultura historiográfica brasileira, com a publicação de *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*; Caio Prado Júnior transcende o *status* de um intelectual do Partido Comunista. A estrutura da obra publicada originalmente em 1942 está subdividida em três tópicos – povoamento, vida material e vida social –, precedidos por um texto com caráter introdutório, no qual ele definiria o que se configurava como sentido da colonização.

A obra se inicia com um caráter emblemático já no seu título, pois, para Caio Prado, a formação do Brasil que lhe era contemporâneo em 1942 era estabelecida por marcos que vinham desde o período colonial. Em sua concepção, em 1942, o Brasil não tinha ultrapassado sua condição de colônia, em uma simples viagem ao território brasileiro iria ser exibido o passado.

Nessa obra, ele aprofundará suas discussões principalmente acerca do período colonial brasileiro. A obra como um todo tornou-se um verdadeiro cânone historiográfico, uma referência para pesquisadores acerca do Brasil Colônia. Ele inicia suas discussões sob dois pontos de vista: a) como ele entende o significado do passado brasileiro e b) qual era o sentido e se de fato há algum sentido em nossa história.

Para o autor, só poderíamos interpretar nosso presente à luz dos nossos problemas e paradigmas herdados do passado. As carências de orientações com que Caio Prado se deparava só poderiam ser compreendidas por meio do conhecimento acerca do passado, produzindo a partir disso uma orientação para o agir. Para ele, nossa condição colonial se configurava como um

[...] processo histórico se dilata até hoje. E ainda não chegou a seu termo. É por isso que para compreender o Brasil contemporâneo precisamos ir tão longe; e subindo até lá, o leitor não estará se ocupando apenas com devaneios históricos; mas colhendo dados, e dados indispensáveis para interpretar e compreender o meio que o cerca na atualidade (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 9).

Em *Formação do Brasil Contemporâneo*, Caio irá expandir as reflexões e aprofundar em alguns aspectos mais detalhados o nosso período colonial. Um traço marcante que ainda segue sendo um traço fundamental do seu pensamento é a perspectiva da totalidade. Segundo ele, “todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo ‘sentido’. Este se percebe não nos pormenores de sua história, mas no conjunto de fatos e acontecimentos essenciais que a constituem num largo período de tempo” (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 15).

Ele retoma a ideia desenvolvida na sua obra anterior de que o Brasil se configurou como uma empresa de grande exploração localizada nos trópicos. Nossos problemas históricos estariam canalizados desde nossa formação, e nos constituímos para atender à demanda da sociedade europeia:

No seu conjunto, e vista no plano mundial internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É esse o verdadeiro *sentido* da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 28).

No início de sua análise pormenorizada acerca do passado colonial brasileiro, Caio Prado apresenta as diversas relações que foram resultantes do povoamento, como o contato com o indígena, muitas vezes abrupto, e o desenvolvimento de rotas e comércio pelo litoral brasileiro. Para ele, a ocupação em território tropical foi fruto da intenção que os portugueses tinham em tirar o maior lucro da grande “empresa” de exportação.

Cada território disporia de um determinado tipo de desenvolvimento econômico para cada região; a ideia de povoar estava atrelada à concepção de retirar maior proveito do espaço em que se encontrava. Um exemplo são as oposições que ele estabelece entre nordeste e sul, no seguinte trecho da obra:

O que os fatores locais não concederam ao Nordeste, supre-o a sua posição de hinterlândia da mais velha, extensa e povoada região da colônia: o Norte açucareiro. Enquanto isso, aqui no Sul, os campos pastoris giram na órbita de um litoral escassamente povoado, excêntrico ao eixo econômico da colônia que se orienta naturalmente para Portugal, para a Europa (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 66).

Próximo de um método da geo-história, Caio Prado inicia sua análise a partir do espaço, para compreender também como se desenvolveram as desigualdades regionais que atravessavam o solo nacional. Compreende-se essa constatação de que a Geografia era uma disciplina formativa no pensamento crítico de Caio Prado, como a História, apesar de erigir sua formação intelectual primeiramente na área do Direito.

A nossa condição de dependência irá nos legar muito mais do que atrasos na nossa formação econômica. A subserviência herdada do período colonial constituiria verdadeiras mazelas na própria mentalidade das classes brasileiras, principalmente a burguesia. Nossa essência como nação será sempre efetivada no processo de atender às demandas do mercado europeu.

Cultiva-se a cana como se extrai o ouro, como mais tarde se plantará o algodão ou café: simples oportunidade do momento, com vistas para um mercado exterior e longínquo, um comércio instável e precário sempre. Veremos esses pontos adiante; o que interessa aqui é notar que a colonização não se orienta no sentido de constituir uma base econômica sólida e orgânica, isto é, a exploração racional e coerente dos recursos do território para a satisfação das necessidades materiais da população que nela habita (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 75).

Tais aspectos para Caio Prado constituirão uma verdadeira mentalidade colonial, transmitida de gerações em gerações na nossa nação. Talvez nesse aspecto se situa uma crítica veemente empreendida por ele, ao tentar promover um acesso mais igualitário ao conhecimento, objetivando superar o problema do acesso à educação, que no Brasil, até meados do século XX, era um grave problema.

Talvez um dos pontos mais emblemáticos na obra é como Caio Prado irá analisar a nossa formação étnico-racial. Ele já começa destacando que “das três raças que entraram na constituição do Brasil, duas pelo menos, os indígenas e africanos, trazem à baila problemas étnicos muito complexos” (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 88).

O indígena é colocado como um problema, devido à sua resistência quanto ao processo de aproveitamento da mão de obra indígena na grande empresa colonial. Com vistas a tal propósito, os portugueses dispunham de mecanismos de dominação aos povos indígenas, ainda que muitas vezes na esfera simbólica, como foi o caso das missões jesuíticas. Para Caio Prado Júnior, a organização jesuítica visava estabelecer a

Concentração dos índios em povoações sujeitas a um administrador que devia zelar pela sua educação e pelos seus interesses; bem como medidas de resguardo contra os colonos. Mas doutro lado, não os separou da comunhão colonial, e não só impunha o emprego da língua portuguesa e permitia utilização do índio como trabalhador assalariado (tese dos colonos), mas ainda permitia e fomentava mesmo o maior intercâmbio possível entre as duas categorias da população.

Procurava-se assim preparar o índio para a vida civilizada (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 97).

O contato do indígena com o branco trouxe de fato um ônus negativo à população nativa do território, que ficou conhecido posteriormente pela colonização do branco. Um processo extremamente nocivo para os diversos grupos que habitaram o território brasileiro, e que será incorporado (quando muito) pelas portas dos fundos do “processo civilizatório” empreendido pelo colonizador europeu.

Os processos pelo qual a população indígena passou durante o período colonial, levaram a cabo uma série de situações que contribuíram efetivamente para um decréscimo do número de indígenas e aldeias em território nacional. Em via de regra as legislações e também as diversas práticas como as guerras justas, colocaram o indígena para além de sua identidade originária; amalgamados com a massa geral da população e confundidos nela, ou sobrando apenas em pequenos núcleos que definham a olhos vistos, os restos da raça indígena que antes habitava o país, com exceção da parte ainda internada nas selvas, já estavam de fato incorporados à colonização (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 105).

Com relação à incorporação do negro na sociedade colonial, Caio Prado é de fato bem sintético; segundo ele, as massas civilizacionais trazidas da África são agregadas em solo nacional pura e simplesmente como mão de obra. Ele também assinala que serão marcados por todo o período colonial a partir da condição de escravos: “uniformizado pela escravidão sem restrições desde o início de sua afluência lhe foi imposta, e que, ao contrário da do índio, nunca se contestou, ele entra nessa qualidade e só nela para a formação da população brasileira” (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 110).

Quando ele se refere à população africana transferida para o Brasil, algumas de suas constatações encontram-se problemáticas. Segundo ele, o nível do trabalho exercido na colônia era precário e sem grandes avanços técnicos, e a partir de uma constatação um pouco simplista do seu modo de ver, o “principal responsável por tal estado de coisas é naturalmente o sistema geral da colonização fundada no trabalho ineficiente e quase sempre semibárbaro do escravo africano. Seria difícil realizar qualquer coisa de muito melhor com trabalhadores dessa natureza” (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 145).

Ele perpassa uma figura do negro como “incapaz” de assimilar novas tecnologias de trabalho no período colonial brasileiro, criando uma imagem de que se consideravam ignorantes. Em grande medida quase nunca construímos a possibilidade de criticar o cânone historiográfico. O que demonstra essa visão de Caio Prado acerca do negro no passado brasileiro é uma visão colonizada. Ele assume uma visão preconceituosa acerca dessa relação étnica que foi construída a respeito de nosso passado. A falta de domínio do

assunto e a má colocação de alguns termos são elementos decisivos para empreendermos uma crítica a algumas visões de Caio Prado Júnior.

E, por fim, a figura do branco é que irá predominar no cenário histórico do período colonial. Enquanto o indígena e o negro serão incorporados à sociedade com vistas a servirem de mão de obra, o colono europeu entra como dirigente da cadeia de trabalho, ou seja, pode-se afirmar que “larga na frente” em termos de condições de desenvolvimento pessoal.

O europeu colonizador estará sempre adiante no que se refere à organização social, ele “não é o trabalhador, o simples povoador; mas o explorador o empresário de um grande negócio. Vem para dirigir: e se é para o campo que se encaminha só uma empresa de vulto, a grande exploração rural em espécie e em que figure como senhor, o pode interessar” (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 124).

No seu modo de ver, se não fossem incorporados apenas como “instrumento” de trabalho, certamente sua contribuição seria de diferente maneira. Hoje, uma diferente leitura historiográfica nos permite compreender a contribuição e os legados deixados pela cultura africana e indígena.

O negro e o índio teriam tido certamente outro papel na formação brasileira, e papel amplo e fecundo, se diverso tivesse sido o rumo dado à colonização; se se tivesse procurado neles, ou aceitado uma colaboração menos unilateral e mais larga que a do simples esforço físico (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 289).

O passado que ele analisara se concretizava de forma viva em sua realidade, sempre assumindo uma dimensão negativa. No seu modo de ver, as massas que foram escravizadas iriam formar na sociedade colonial “um corpo estranho e incômodo” e sua incorporação à sociedade brasileira iria ser pela porta dos fundos criando uma situação que se prolongara “até nossos dias, e está longe de terminado” (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 293). O desafio histórico que o presente lhe impunha nada mais é do que a continuidade do passado.

A estrutura de exploração colonial irá se configurar, segundo Caio Prado Júnior (2011, p.124), a partir de três fatores: a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo. A escravidão será o fator decisivo, aquilo que de fato moldaria a sociedade colonial: “o trabalho escravo nunca irá além do seu ponto de partida: o esforço físico constringido; não educará o indivíduo, não o preparará para um plano de vida humana mais elevado” (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 364).

Ele constata que haveria na realidade brasileira uma continuidade nas condições históricas da classe dos oprimidos. Aqueles que sempre dispuseram de melhores condições desde a estrutura colonial, e aqueles que sofriam as mazelas em sua própria carne. Essa indignação transposta em seu texto reflete como mencionado um direcionamento do seu discurso, buscando esquadriñar esse *modus operandi* que se estruturou no Brasil:

O que mantinha a massa da população brasileira naquele grau ínfimo de existência material (e, em consequência moral) que era o seu não era somente a escravidão, mas antes a organização fundamental do país, de que o trabalho escravo não é senão um dos aspectos que, abolido, se substitui por outro que continuou, com pouca diferença, mantendo o trabalhador e, portanto, a massa da população naquele nível ínfimo de existência (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 129).

A relação entre colônia e metrópole também é sublinhada em sua concepção como uma mera subordinação da primeira em relação à segunda, em que toda a estrutura de organização social da colônia estaria subordinada à metrópole, até o seu povoamento. Nesse aspecto, “as colônias existem e são estabelecidas em benefício exclusivo da metrópole: esse benefício se realiza pela produção e exportação, para ela, de gêneros que necessita” não apenas para satisfazer suas demandas como também “comerciar com o supérfluo estrangeiro” (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 131). Os três séculos do colonialismo nos legariam uma mentalidade de subserviência, que sempre nos levaria à derrocada enquanto nação independente.

Segundo o autor, a economia colonial brasileira estava assentada sob: **a) uma estrutura:** a distribuição do trabalho estava configurada em dirigentes e escravos, sendo os últimos os que de fato trabalhavam; **b) um funcionamento:** voltado ao exterior e submetida a uma **c) evolução:** por ciclos de exploração.

[...] a natureza da economia colonial, empresa mercantil exploradora dos trópicos e voltada inteiramente para o comércio internacional, em que, embora pareça essencial, não figura senão como simples fornecedor dos gêneros de sua especialidade. Nos diferentes aspectos e setores da economia brasileira que passamos em revista, não só constatamos repetidamente o fato, mas ainda o papel que ele exerceu na formação e evolução da colônia, condicionando-lhe a própria existência. Assim foi no caráter do povoamento constituído, ao lado de uma pequena minoria de dirigentes brancos, da grande maioria de outras raças dominadas e escravizadas, cuja função não foi outra que trabalhar e produzir açúcar, tabaco, algodão, que pediam os mercados europeus (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 249).

Em sua abordagem historiográfica, o passado lega marcas ao presente, que necessariamente precisamos superar para adquirir autonomia enquanto nação. Era preciso romper com a dominação historicamente construída a respeito da nação brasileira. Esse

rompimento não poderia se efetivar pela classe que sempre caminhou à frente e recebendo as regalias da sociedade colonial, ou seja, não poderia se efetivar pelas classes dirigentes.

Ele volta a conferir a centralidade das massas ao seu discurso, como estava presente já em *Evolução Política do Brasil*. Para ele, as massas não assistirão passivamente o desenrolar de seu processo de dominação, figurando ativamente no embate político, principalmente após a derrocada do regime colonial.

Como se vê, além da sua massa, a subcategoria da população colonial de que nos ocupamos fazia muito bem sentir sua presença. Ainda o fará mais nas agitações que precedem a Independência e vão até meados do século, mantendo o país num estado pré-anárquico permanente. No torvelinho das paixões e reivindicações então desencadeadas, pelo rompimento do equilíbrio social e político que provoca a transição de colônia para o império livre, aquela massa deslocada, indefinida, mal enquadrada na ordem social, e na realidade produto e vítima dela, se lançará na luta com toda violência de instintos longamente refreados, e com muitas tintas da barbárie ainda tão próxima que lhe corria nas veias em grandes correntes (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 302).

Pode-se compreender que as suas ideias históricas são oriundas de uma concepção teórica que o direcionava a uma práxis. Caio Prado, pertencente à uma família de elite, teve o contato de perto com a realidade de muitos funcionários de sua família nas fazendas de seus pais. O caminho para o encontro de suas teorias oriundas de um compromisso social veio fundamentar sua própria concepção de mundo e sinalizar a opção pelos oprimidos.

A forma originária de organização social legou ao Brasil uma disparidade na apropriação das riquezas, mediada em grande parte pela forma de organização da divisão do trabalho que se acentuou nos trópicos. É em torno de tais fatos que ele tece sua trama histórica:

É isso que precisamos sobretudo considerar, porque é nesse sistema de organização do trabalho e da propriedade que se origina a concentração extrema da riqueza que caracteriza a economia colonial. Concentração de que a presença na população de 30% de escravos, e mais outra porcentagem ignorada, mas certamente avultada, de indivíduos desprovidos inteiramente de quaisquer bens e vegetando num nível ínfimo, constitui a consequência mais imediata, ao mesmo tempo que um índice seguro daquela organização econômica do país. São estes, em suma, os característicos fundamentais da economia colonial brasileira: de um lado, essa organização da produção do trabalho, e a concentração de riqueza que dela resulta; do outro, a sua orientação, voltada para o exterior e simples fornecedora do comércio internacional. Nessas bases se lançou a colonização brasileira, e **nelas se conservará até o momento que ora nos interessa** (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 129 – grifos meus).

Segundo Prado Júnior, a História possuía um sentido claramente estabelecido. Se nos organizamos para atender ao mercado europeu, era preciso romper com esse sistema, e uma forma seria adquirir plena consciência do que fomos no nosso passado. Nesse sentido,

ele visava, a partir de sua escrita, contribuir para a orientação das classes populares: o sujeito histórico da revolução brasileira.

É essa centralidade com a história que se pretende destacar na obra de Caio Prado Júnior. Compreendendo os desafios que cada presente demanda aos processos de interpretação produzidos pelos sujeitos. Configuram-se, portanto, como carências de orientações temporais historicamente situadas, com as quais os sujeitos se deparam. Destaca-se que todo conhecimento produz orientação para o agir concreto na realidade, e é a partir dessas conexões que buscamos investigar a originalidade da historiografia caiopradiana.

O seu projeto historiográfico assinala uma função didático-prática da ciência histórica. A partir da sua historiografia, entendemos que só adquire plenamente sua finalidade quando responde aos problemas postos pelo cotidiano, e para além deles formula uma orientação para que aquilo que é produzido não fique esquecido nas bibliotecas e afins. É de suma importância compreender que:

Sem conhecer a “situação na vida”, própria ao pensamento histórico, não se consegue identificar suficientemente a especificidade do seu desempenho cultural. E ainda menos se conseguirá demarcar o espaço específico que a ciência da história ocupa na orientação cultural do presente respectivo. Indiscutivelmente, o pensamento histórico científico afastou-se das carências práticas de orientação de seu contexto político e social, para nesse afastamento e a partir dele, defender e tornar plausíveis a expansão do saber histórico e suas pretensões específicas de validade. É igualmente indiscutível que a ciência da história está intimamente conectada a essas carências de orientação e não tem como ser entendida sem a relação que guarda com a sua contemporaneidade (RÜSEN, 2015, p. 143).

O pensamento social de Caio Prado Júnior configurar-se-á, a partir da década de 1930, como uma referência nos círculos marxistas. Será ele que terá maior clareza na visão acerca do passado colonial brasileiro. É Caio Prado que “tendo o marxismo como método analítico, foi pioneiro em desvendar o sentido da colonização, ao mostrar que no território brasileiro se produzia para atender ao mercado externo” (PERICÁS; WIDER, 2014, p. 193). Contudo, encontrar as verdadeiras conexões entre o passado e o presente não bastava, para ele, era preciso apontar um caminho, uma orientação a ser seguida, e será na revolução brasileira que o autor canalizará o conhecimento acerca da nossa realidade.

3.5 A Revolução Brasileira: Práxis, Sentido e Orientação.

O encontro entre a historiografia caiopradiana e a realidade brasileira é assimilada por sua tentativa em compreender nosso passado com vistas à superação das relações de dominação e desigualdade que continuam como a tônica na realidade brasileira. A partir de tais constatações, busca-se delinear os panoramas da necessidade histórica de uma revolução discutida a partir das nossas próprias particularidades.

Pode-se asseverar que a revolução brasileira enquanto projeto político está presente desde a constituição do PCB, estabelecendo-se como norte para as diretrizes do partido.

Introduzida pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) na década de 1920 como projeto político a ser perseguido e referenciado nas formulações de Lenin e da Internacional Comunista de uma revolução democrático-burguesa, anti-imperialista e antilatifundiária, a questão ganhará vulto nas décadas seguintes. A discussão envolveu diferentes compreensões sobre o tempo histórico, os rumos e as particularidades, os protagonistas ou as forças sociais dirigentes, o legado político-cultural, a preocupação com a resolução da questão nacional e fundiária, a via de desenvolvimento do capitalismo, a ampliação da democracia, a extensão dos direitos e cidadania, as relações entre Estado e sociedade civil e as possibilidades do socialismo (SEGATTO, 2006, p. 271-272).

No entanto, há que assinalar o caráter de algumas teorizações pragmáticas presentes no próprio quadro intelectual do partido, que desconsideravam o reconhecimento histórico da realidade brasileira e do caráter de um capitalismo dependente presente já no início do período colonial.

O desconhecimento da realidade brasileira, aliado à débil assimilação da teoria marxista por parte dos dirigentes comunistas – em grande medida reflexo do atraso cultural do país –, tinha como consequência a cópia de modelos, e naquele período o único modelo existente era o da Revolução Russa, cuja inegável repercussão provocava nos revolucionários o anseio de repetir essa experiência (PRESTES, 2017, p. 146).

Estaria, portanto, imbricado, em sua obra mais emblemática, um projeto de práxis, que se expressa tanto no sentido que ela orienta uma luta (no caso de Caio Prado, o socialismo), tanto no sentido de que visa esclarecer determinados aspectos da realidade de maneira correta, direcionando o processo da luta contra a ordem instaurada.

O livro *A Revolução Brasileira* (1966) está subdividido da seguinte maneira: em um primeiro momento, Caio Prado discute o conceito de revolução alinhado à realidade brasileira, e o que ele compreende do que vem a ser uma teoria da revolução brasileira. A

partir disso, ele questiona a realidade brasileira, apontando aos aspectos sociais e políticos presentes no cenário nacional, o que contribui para ele pensar tanto um programa para a revolução quanto um problema político e os entraves das relações historicamente determinadas com o imperialismo.

A tônica central da obra é um acerto de contas com o próprio PCB, em que Caio Prado Júnior enfatiza em tom combativo os erros que a esquerda cometeu em suas análises a respeito da realidade política brasileira, o que contribuiu para sua visão de consolidação do golpe militar.

A obra é originária de dois anos após a consolidação do golpe de 1964, instituído pelas forças da direita reacionária, que conseguiu mobilizar diversos setores da sociedade civil, um golpe à democracia e soberania nacional que durou mais de vinte anos. Um dos setores mais atingidos com o golpe militar foi a esquerda brasileira, representada em grande parte pela figura do Partido Comunista Brasileiro.

A primeira discussão que ele assinala no início de sua obra é qual o caráter que deveria possuir uma revolução à brasileira. Para isso, ele discute a centralidade do conceito de revolução:

No sentido em que é ordinariamente usado, revolução quer dizer o emprego da força e da violência para a derrubada de governo e tomada do poder por algum grupo, categoria social ou outra força qualquer na oposição. Revolução tem aí o sentido que mais aproximadamente caiba o termo “insurreição”. Mas revolução tem também o significado de transformação do regime político-social que pode ser e em regra tem sido historicamente desencadeado ou estimulado por insurreições. Mas que necessariamente não o é. **O significado próprio se concentra na transformação**, e não no processo imediato através do qual se realiza (PRADO JÚNIOR, 2014, p. 11 – grifos meus).

Caio Prado retoma a própria constituição histórica da nossa realidade. Para ele, no Brasil, a revolução seria processual, minando paulatinamente as estruturas desiguais da ordem social. Uma revolução nos moldes de Cuba jamais poderia se efetivar em solo brasileiro.

Revolução em seu sentido real e profundo, significa o processo histórico assinalado por reformas e modificações econômicas, sociais e políticas sucessivas, que, concentradas em período histórico relativamente curto, vão dar em transformações estruturais da sociedade, e em especial das relações econômicas e do equilíbrio recíproco das diferentes classes e categorias sociais (PRADO JÚNIOR, 2014, p. 12).

Caio Prado Júnior travou sempre suas batalhas no campo das ideias. Ele não concebia uma revolução armada em território brasileiro, o que se torna uma opção de

conduta para ele. Sua crítica pode ser direcionada também a uma parte das esquerdas, que, principalmente a partir de 1967, aderiram a levantes armados contra o regime militar.

O autor retoma a distinção entre aparência e essência contida na forma metodológica de pensar e produzir conhecimento do próprio Marx. É preciso elaborar uma análise que consiga penetrar “o fundo das coisas e não se deixa iludir por algumas aparências vistosas que aqui ou acolá disfarçam o que vai por detrás e constitui a substância daquela realidade” (PRADO JÚNIOR, 2014, p. 13).

Com a obra, a significação de sentido mediante os processos temporais se estrutura no pensamento histórico de Caio Prado Júnior da seguinte maneira: **um passado** que precisava ser compreendido corretamente para que **o presente** se tornasse um campo de luta e transformação em que **no futuro** o socialismo se colocaria como uma etapa diferente.

Os erros que a esquerda cometera no período que antecedeu o golpe de 1964 soavam, para Caio Prado Júnior, como uma angústia que precisava ser resolvida: “as insuficiências teóricas das esquerdas brasileiras na gênese daquelas ilusões que não lhes permitiam enxergar a realidade da situação e pressentir o desenlace que as aguardava” (PRADO JÚNIOR, 2014, p. 27). Desempenharam um papel errôneo na orientação para a atuação. Erros esses que passavam sobretudo no conhecimento errôneo acerca do passado brasileiro, questões como feudalismo e burguesia nacional.

O que se propõe a erigir Caio Prado é uma reelaboração da teoria revolucionária brasileira, acertando as contas com o passado e direcionando uma correta atuação para a ação política. Para ele, a solução estava na leitura da nossa própria realidade histórica, e “não em esquemas abstratos desligados da realidade brasileira”; nesse aspecto, procurar-se-iam “as forças e os fatores capazes de promoverem as transformações econômicas e sociais imanentes na conjuntura presente” (PRADO JÚNIOR, 2014, p. 28).

A teoria revolucionária brasileira concebida e teorizada erroneamente ocasionava uma desorientação prática. Assombrada por erros de conhecimento do passado brasileiro concluía-se em uma práxis incorreta. A respeito desse íterim, Caio Prado é bem categórico e combativo:

É o desconhecimento e mesmo o desprezo completo dos fatos reais brasileiros que presidem à sua elaboração, como se tais fatos pouco importassem, uma vez que a teoria a ser aplicada já se impunha por si própria e independentemente de maior indagação. É, aliás, aquela ignorância da realidade brasileira que tornou tão fácil aos autores da nossa teoria revolucionária aplicarem ao Brasil o esquema consagrado de uma revolução democrático-burguesa destinada a eliminar do nosso país os “restos feudais” ainda nele presentes por atribuição do mesmo esquema (PRADO JÚNIOR, 2014, p. 35).

Em sua concepção, parte da esquerda brasileira assimilara as teorias revolucionárias importadas em grande medida pela Terceira Internacional dos trabalhadores, dirigida pelo Partido Comunista da União Soviética. Sua proposta analítica se desenvolvia nessa obra em dois âmbitos: um afirmativo e outro negativo. A afirmação era de que havia uma revolução a ser feita, e a negação era das teorias errôneas que dirigiam essa revolução:

Assim sendo, uma revisão teórica, rigorosa e conscienciosa, da realidade brasileira, considerada em sua dialética revolucionária, numa palavra, a revisão da teoria da revolução brasileira, teria um duplo papel, um de afirmação e outro de negação. De afirmação de um roteiro seguro e bem ajustado aos fatos, do que há para fazer e do que deve ser feito. De imunização, por outro lado, digamos assim, contra infiltrações desnaturadoras das verdadeiras finalidades da revolução brasileira, e que tanto mal lhe causaram no passado (PRADO JÚNIOR, 2014, p. 76).

Em sua concepção, a teoria acerca da revolução brasileira fora elaborada principalmente sob abstrações, ou seja, conceitos formulados em desacordo com a realidade brasileira.

[...] a insuficiência das concepções teóricas que vêm orientando a ação revolucionária no Brasil tem origem remota e vícios profundamente enraizados no pensamento ainda vivo e atuante das forças e correntes políticas que dirigem aquela ação, devemos retornar a essas origens a fim de bem compreendermos aquelas deficiências e tentar a erradicação dos erros a que levaram (PRADO JÚNIOR, 2014, p. 33).

Todas essas considerações passavam por uma revisão correta dos métodos interpretativos dos fatos históricos da realidade brasileira. Para o autor, o presente era um lugar de múltiplas tensões, insatisfações, já que nosso passado nos legava momentos incômodos que precisaríamos resolver.

[...] O Brasil se encontra num desses instantes decisivos da evolução das sociedades humanas em que se faz patente, e sobretudo sensível e suficientemente consciente a todos, o desajustamento de suas instituições básicas. Donde as tensões que se observam, tão vivamente manifestadas em descontentamento e insatisfações generalizados e profundos; em atritos e conflitos, efetivos e muitos outros potenciais, que dilaceram a vida brasileira e sobre ela pesam em permanência e sem perspectivas apreciáveis de solução efetiva e permanente (PRADO JÚNIOR, 2014, p. 13).

Era o próprio real, multifacetado e complexo, que iria demandar os problemas com os quais teríamos que lidar. Tais respostas a esses problemas não poderiam ser fornecidas por esquemas apriorísticos, e sim por uma reflexão fundamentada em nosso passado:

[...] não pela dedução a priori de algum esquema teórico preestabelecido; de algum conceito predeterminado da revolução. E sim pela consideração, análise e

interpretação da conjuntura econômica, social e política real e concreta, procurando nela sua dinâmica própria que revelará tanto as contradições presentes, como igualmente as soluções que nela se encontram imanentes (PRADO JÚNIOR, 2014, p. 16).

A temporalidade das reflexões caiopradianas, partia de um presente repleto de contradições, em que as respostas seriam buscadas em um passado para orientar a ação futura. Com isso, Caio Prado confere um uso político ao passado, direcionando a revolução brasileira para o socialismo. Apesar de rejeitar teorias deterministas acerca da realidade brasileira, ele afirma categoricamente que “para um marxista, é no socialismo que irá desembocar afinal a revolução brasileira” (PRADO JÚNIOR, 2014, p. 16).

Inspirado pelo paradigma marxista, com a obra *A Revolução Brasileira* ele irá inscrever a possibilidade de rompermos com o domínio imperialista em que se encontrava o Brasil no século XX. Ele colocará no horizonte de expectativa da consciência histórica brasileira uma revolução pautada a partir das nossas próprias contradições:

[...] não são os fatos em si, e como formalmente se apresentam, que mais importa, e sim a natureza e qualidade de elos, de momentos de transição **do passado** que se foi para **o futuro** para onde apontam e para onde se dirigem. Considerados dialeticamente, os fatos sociais somente têm significado como componentes de *processo*; e assim, como resultantes de um **passado** onde se elaboram suas premissas, e como elementos dinâmicos que se projetam para o **futuro** (PRADO JÚNIOR, 2014, p. 81 – grifos meus).

O socialismo seria, na visão de Caio Prado, uma tomada de consciência efetiva das massas, que apesar de terem lutado incansavelmente contra as diferentes formas de dominação na história brasileira, necessitavam de um norte para romper com essa continuidade. Essa opção se apresentaria pela hipótese socialista. E seria na interpretação dialética dos nossos fatos históricos que essa opção se esclareceria como alternativa às massas.

O que existe é a dialética dos fatos históricos que não são da responsabilidade dos comunistas, e que não cabe a eles, ou a quem quer que seja, determinar. É nessa dialética que, independentemente da vontade dos indivíduos, levará a luta do proletariado ao momento decisivo em que se proporá sua natural conclusão que é o socialismo, através de ações em favor de objetivos mais restritos e imediatos, que são os que se propõem concretamente na conjuntura do momento (PRADO JÚNIOR, 2014, p. 18-19).

A racionalidade da historiografia caiopradiana estaria buscando romper com uma classificação categórica e meramente existencial de ser de sua produção. Sua principal finalidade estaria fundamentada em resolver nossas carências de orientação, buscando

legitimar seus discursos históricos a partir de uma linguagem que atingisse os sujeitos históricos da revolução, perspectivando um futuro outro para nosso país.

Para comprovar tais constatações, ele direciona suas investigações, como em *Formação do Brasil Contemporâneo*, para nosso passado colonial. Para ele, as estruturas mobilizadas na formação e consolidação da ordem colonial estariam presentes em sua contemporaneidade. Nosso problema estaria posto na forma originária de nossa formação social. Segundo ele, o “processo de colonização brasileira, de que resultariam o nosso país e suas instituições econômicas, sociais e políticas, tem sua origem nessa mesma civilização e cultura ocidentais que seriam o berço do capitalismo e do imperialismo” (PRADO JÚNIOR, 2014, p.81).

Ou seja, em sua visão, constituímos-nos essencialmente para atender ao processo de acumulação de capital por que passava o mercado europeu. Nosso problema sempre foi o capitalismo³⁵. Os países colonizados entram na cena histórica do capitalismo mundial como apêndices daquela ordem. A exploração dos países colonizados acentua o surgimento do capitalismo, que

[...] constituiu historicamente a intensificação em alto grau daquela exploração e opressão, e isso representou um dos importantes fatores de impulsionamento da acumulação capitalista primitiva, isto é, a constituição do capital inicial ou de parcelas importantes desse capital com que se desencadeou e, em seguida, acelerou o processo de desenvolvimento do sistema produtivo do capitalismo (PRADO JÚNIOR, 2014, p. 105).

Nesse sentido, o passado poderia sinalizar um sentido estabelecido da nossa revolução.

Como se observa, a evolução histórica brasileira, e particularmente a natureza dos principais acontecimentos, os de maior projeção, que constituem a sua trama, claramente indicam o sentido profundo daquela evolução e a direção em que se processa. [...] É nessa evolução que se incluem, como elos de uma corrente, os fatos do presente que se trata de analisar e interpretar. O que significa considerá-los à luz daquela evolução e como resultado e expressão dela. E projetando-se para o futuro no sentido que lhes imprime a mesma evolução (PRADO JÚNIOR, 2014, p. 86).

Desta maneira, o “antigo sistema colonial em que se constitui e evoluiu a economia brasileira, apesar de todo o progresso e as transformações realizadas, fundamentalmente se manteve, embora modificado e adotando formas diferentes” (PRADO JÚNIOR, 2014, p. 92) Seria preciso nos libertarmos das incontingências coloniais

³⁵ Caio Prado Jr insere-se na rica tradição teórica - juntamente com Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Carlos Nelson Coutinho, dentre outros - que, a partir do marxismo, visa aprofundar a compreensão das especificidades da "via não clássica" de desenvolvimento do capitalismo no Brasil (MASSUIA, 2013, p. 287).

representadas pela figura do imperialismo. Essa “superação do estatuto colonial” seria “a linha mestra da revolução brasileira” (PRADO JÚNIOR, 2014, p. 134).

A própria mentalidade colonial pela qual nossas elites dirigentes foram um longo período seduzidas contribuiu para a consolidação de um sistema entreguista, representado no século XX pelo imperialismo. O “imperialismo deparou-se no Brasil com uma economia que pela sua própria origem e natureza de sua formação já se achava ajustada no sistema mercantil europeu” (PRADO JÚNIOR, 2014, p. 93).

Inspirado novamente no método do materialismo histórico, ele prossegue com uma crítica ao sistema capitalista. Seria preciso proceder, segundo ele, com uma

[...] **análise** precisa e rigorosa dos mecanismos do sistema internacional do capitalismo, que constitui o imperialismo e dentro do qual nos enquadrados em posição periférica e subordinada. É dessa posição que precisamos nos livrar, o que somente se conseguirá através de **uma luta** firmemente esteada na plena **compreensão** da mesma posição e de sua rigorosa caracterização. É isso que permitirá não só o **esclarecimento necessário para a mobilização** na luta anti-imperialista, como para alcançar a **transformação revolucionária** de situação para nós tão deplorável e prejudicial aos interesses gerais do país, com aquela em que atualmente nos encontramos (PRADO JÚNIOR, 2014, p. 95 – grifos meus).

Caio Prado produz uma historiografia que aponta a uma luta e que visa produzir um “esclarecimento” acerca das diversas contradições que perpassam a realidade. Estabelecemos a ideia de que é muito mais efetivo o caráter do que o conhecimento histórico que se assume frente aos problemas de orientação e as respostas que se produzem a partir de determinadas carências.

A História cumpre a totalidade de seu processo de racionalização quando atua normativamente para regular a ação dos sujeitos.

É possível falar de um *processo de racionalização* em sentido mais restrito, tendo em vista a carência de orientação prática da vida humana, mediante o pensamento histórico: as carências de orientação passam a ser racionalizadas pelos interesses cognitivos. As carências humanas de se orientar em meio às modificações temporais de si e de seu mundo, nas quais tem de se afirmar e marcar posição, dirigem-se à razão. Elas se referem à capacidade dos indivíduos em interação de regular sua comunicação segundo as regras de uma argumentação metódica, discursiva e orientada para o consenso (RÜSEN, 2010c, p. 15).

A proposta historiográfica caiopradiana estaria pautada nos limites de uma historiografia em sua essência moderna. O seu uso prático-político se estabeleceria na forma de regular didaticamente a ação revolucionária por um conhecimento do passado, originando uma práxis voltada ao socialismo na realidade brasileira. Opera-se uma radicalização do nosso passado, com vistas à superação da ordem existente.

O passado nos legava uma “situação de dependência e subordinação orgânica e funcional da economia brasileira com relação ao conjunto internacional de que participa” sendo um fato que se estende desde as raízes da nossa formação como nação. (PRADO JÚNIOR, 2014, p. 116). Não haveria condições, na visão dele, de que nossa economia produzisse “um desenvolvimento capaz de libertá-la das contingências coloniais herdadas do passado e que pesam extremamente sobre a grande maioria da população brasileira” (PRADO JÚNIOR, 2014, p. 120).

A tônica de seu projeto historiográfico seria direcionar suas reflexões para superar a situação da condição em que se encontrava a maioria da população brasileira. Segundo Caio Prado Júnior (2014, p.162), é preciso direcionar a revolução brasileira para “a superação da situação de miserabilidade da grande massa da população do país, que deriva em última instância da natureza de nossa formação histórica”.

No tocante a tais aspectos, a revolução seria um conjunto de reformas pautadas a partir da própria percepção histórica brasileira, que modificariam a realidade brasileira, somente a partir disso:

Haverá então condições no Brasil para o estabelecimento de um sistema econômico englobando num todo coeso e orgânico o conjunto de sua população, e que se desenvolverá por isso sobre a base e em função dele próprio. Romper-se-á com isso o círculo vicioso a que nos referimos acima e que tão gravemente tem embaraçado e comprometido o nosso desenvolvimento. E aos sucessivos ciclos que sempre caracterizam a evolução histórica brasileira, se poderá afinal substituir um progresso sustentado e seguro. O Brasil terá finalmente **superado em definitivo o seu passado e herança coloniais** (PRADO JÚNIOR, 2014, p. 168 – grifos meus).

A partir do trecho acima mencionado, estabelece-se claramente a relação do sentido entre as temporalidades que Caio Prado Júnior constrói em sua produção histórica: um **passado** que precisa ser superado; um **presente** que precisa ser compreendido corretamente e um **futuro** que precisa ser irremediavelmente diferente.

Ao identificar o que ele assinala a respeito do que seria “o problema político da revolução brasileira”, ele apresenta as forças sociais seriam o conjunto de trabalhadores rurais e o proletariado urbano, sendo que esse último seria o mais capaz e o mais apto a dirigir tal processo; que de certa forma torna-se um raciocínio um pouco simplório. Assim estaria dividida no campo político brasileiro de um lado a burguesia reacionária, que objetiva à “perpetuação do passado, e que não poderão mais nem ao menos renegá-lo na aparência e disfarçá-lo com falsos pretextos” (PRADO JÚNIOR, 2014, p. 182) e de outro

lado, representado pelo campesinato e proletariado urbano, “as forças que projetam o Brasil para o futuro”, um futuro mais emancipador.

Em um texto escrito para apresentar sua perspectiva em 1977 (onze anos após a publicação), Caio Prado volta a apresentar os potenciais revolucionários da realidade brasileira, e dessa vez apontando a uma retomada da democracia em território nacional, em que as massas poderiam ser novamente incluídas no campo político, abrindo dessa forma possibilidade de ação para a esquerda.

Ele volta a reafirmar o caráter colonial e dependente do sistema econômico brasileiro, que se encontrava em região periférica. Enfatiza sua consagrada tese de como nos estruturamos histórico-socialmente:

É certo que deixamos de ser, em nossos dias, o engenho e a “casa grande e senzala” do nosso passado para nos tornarmos a empresa, a usina, o palacete e o arranha-céu; mas também o cortiço, a favela, o mocambo, o pau a pique mal disfarçados, aqui e acolá, por aquele moderno em que minorias dominantes e seus auxiliares mais graduados se esforçam com maior ou menos sucesso por acompanhar aproximadamente, com o teor de suas atividades e trem da vida, a civilização de nossos dias. Essencialmente, contudo, com as adaptações necessárias **determinadas pelas contingências do nosso tempo, somos o mesmo do passado**. Senão quantitativamente, na qualidade (PRADO JÚNIOR, 2014, p. 236 – grifos meus).

Caio Prado Júnior enxergava no marxismo um método para compreender, interpretar e transformar o real, e não como um dogma ou um conjunto de fórmulas aplicáveis a todos os períodos históricos. Nesse aspecto, produz uma reflexão originária do nosso passado, voltado a produzir um sentido que orientasse a ação das camadas populares no presente.

As massas populares receberam sempre uma forte atenção em seus textos. Sua opção assinala muito mais do que uma “luta de classes”. Seus textos visavam interpelar mediante o conhecimento histórico a produção de uma identidade, que se expressaria na clara tomada de consciência das classes populares.

Caio Prado Júnior revelou como ninguém a realidade material e moral a que foi submetida a massa que formara a população do território brasileiro. [...] É só dessa massa que se poderia esperar o conjunto das reformas estruturais que romperia com nosso passado colonial e criaria a “economia nacional” e a superestrutura política e cultural adequada a essa economia (SECCO, 2008, p. 232-233).

Acerca deste aspecto, a produção historiográfica de Caio irá circunscrever um novo contorno dos referenciais históricos da formação da consciência histórica brasileira. As reflexões oriundas de uma percepção da esquerda pretendiam formular um projeto de

ação política, ainda no campo da expectativa: a revolução brasileira. Entendemos que, para Caio Prado Júnior,

[...] o marxismo, o engajamento social e partidário e as experiências socialistas não eram acessórios, mas elementos essenciais em sua trajetória e visão de mundo; não eram apenas ferramentas para compreender o processo histórico nacional, mas aspectos primordiais de sua vida e de sua luta por mudanças estruturais no país (PERICÁS, 2016, p. 24).

No que ele chamara de “Brasil Contemporâneo” ainda existiam muitos resquícios ideológicos e entraves econômicos que perduravam desde o período colonial. Ou seja, o passado ainda demandava desafios, bem como estruturava influências ao seu presente. E, para ele, conhecer esse passado estaria atrelado a uma práxis transformadora, indo para além do presente e elaborar conseqüentemente um projeto de intervenção política.

Com a publicação de *A Revolução Brasileira*³⁶, Caio Prado transcende um *status* intelectual, tornando-se “o novo paradigma das leituras críticas da nossa história e passou da condição de herege à do mais brilhante e modelar pensador marxista brasileiro” (SECCO, 2008, p. 118). O que ele produz se torna uma autorreflexão de suas próprias concepções históricas.

Entendemos que ao analisar a produção historiográfica de Caio Prado Júnior, a partir do prisma analítico da didática da história, deparamo-nos com as três categorias analíticas elencadas no final do segundo capítulo. Ele irá romper com o caráter meramente analítico e centralizado na pesquisa que a historiografia assumia, proporcionando uma ação claramente estabelecida de ser tomada. Por sua produção historiográfica, entendemos que

A ciência da história possui um *status* peculiar como agente específica da orientação histórica, enquanto condiciona essa orientação a uma fundamentação racional. Para ser capaz de elaborar essa fundamentação, a ciência precisa traduzir a carência de orientação de seu contexto social em um interesse por conhecimento. “Conhecimento” implica, então, presentificar o passado já não mais pelos critérios de sua desejabilidade. Antes, a ciência deve apresentar-se – à luz de sua relação de um princípio com o presente – na forma de um saber obtido metodicamente e garantido argumentadamente (RÜSEN, 2015, p. 147).

Sua historiografia estaria circunscrita em um padrão metódico e não em um conhecimento produzido sem nenhuma formulação *a priori*. Será ele que terá uma visão mais clara da pragmática do marxismo ao analisar a realidade brasileira, munido sempre e a partir do arcabouço teórico do materialismo histórico.

³⁶ Caio Prado Júnior recebe em 1966 o prêmio de intelectual do ano, com a publicação da obra. A própria premiação assumiria um caráter bem emblemático para a recepção de sua reflexão, certamente pelo período em que a obra e a sociedade brasileira se encontravam: a ditadura militar.

As carências de orientação as quais ele busca responder dos problemas historicamente determinados da nossa realidade, expressas no “**para quê**” do conhecimento histórico, se efetivam na constituição do sentido histórico das temporalidades que, segundo ele, constituem nossa historicidade brasileira.

O sentido histórico possui uma dimensão expandida quando a compreensibilidade dos textos se estende ao contexto em que são elaborados e sobre os quais têm influência (por exemplo: o contexto da formação pessoal e social da identidade). O sentido adquire assim um significado prático-normativo. Os textos possuem sentido não só quando entendidos, mas também ao contribuírem, com sua compreensibilidade, para a orientação daqueles que os entendem (RÜSEN, 2015, p. 276).

A dimensão prática (o “**para quê**”), ou seja, o caráter utilitário do saber histórico cientificamente produzido se condicionou na própria práxis atrelada à sua visão de mundo. O socialismo abre dessa forma uma orientação para o futuro (resgatado a partir das reflexões oriundas do presente a respeito do passado). Com a orientação de um possível futuro, a pragmática da historiografia superaria supostamente o caráter somente da pesquisa.

A historiografia, como ato próprio de constituição narrativa do sentido, pode e deve ser distinguida da pesquisa. A pesquisa é definida por sua relação estrita à experiência histórica metodicamente regulada. Ela transpõe essa experiência para perspectivas orientadoras do passado humano, quem provêm das carências de orientação no tempo da vida prática atual. Ela confere, assim, à experiência do passado, a forma significativa de um processo histórico, referido tendencialmente ao presente, e abre uma perspectiva para o futuro (RÜSEN, 2010c, p. 169).

A produção de Caio Prado direcionará o pensamento histórico para produzir novas referências acerca do nosso passado a serem incorporadas subjetivamente. Ele circunscreve, ainda que não intencionalmente, a produção de uma identidade, pautada nas contradições do próprio passado:

O direcionamento temporal da vida humana prática operado pelo pensamento histórico somente é eficaz quando enraizado nas profundezas da subjetividade humana. Trata-se aqui da temporalidade interna do homem enquanto indivíduo e quanto membro de uma comunidade. Tudo o que já se foi tem de ser mediado com o que se gostaria de ser, de modo que se lance uma ponte temporal sustentável entre o passado e o futuro, na autopercepção e auto interpretação do sujeito. Usualmente, essa ponte é chamada de “identidade” (RÜSEN, 2015, p. 148).

Essa identidade consumaria o direcionamento de sua historiografia em um “**para quem?**” historicamente situado: as massas populares. Ele situa categoricamente em seus

discursos históricos que uma nova nação brasileira só haveria de se efetivar plenamente com a incorporação dessas massas na participação de nossas riquezas, tanto materiais quanto culturais.

A obra de Caio Prado Júnior inaugura uma nova forma de pensar a realidade brasileira. A sua interpretação dialética do nosso passado, produzida por Caio Prado, adquiriu os contornos e as cores de um estilo do pensamento marxista. Seu modo de pensar perpassa uma perspectiva crítica, um questionamento do real, um modo de considerá-lo no âmbito das diversidades e desigualdades que fundam a sociedade brasileira. Assim, sua historiografia abre um horizonte diferente, por onde ele opera uma ruptura e negação do nosso passado. Desse horizonte, pode-se também imaginar as possibilidades de futuro, essencialmente novas e originárias acerca da transformação da nossa realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os fatos históricos são infelizmente mais complexos que este gênero fácil e suave de explicação, tipo “conto da carochinha”, em que se deleitam muitos historiadores.

Caio Prado Júnior

As discussões conduzidas na presente dissertação tiveram por premissa analisar como a historiografia de Caio Prado Júnior prefigurou um novo *modus operandi* para a consciência histórica brasileira. Constatamos em Caio Prado uma seriedade frente ao conhecimento histórico. Não obstante, ele chegou até a protagonizar verdadeiros embates com a direção do partido no campo das ideias, assumindo a responsabilidade de sua reflexão.

Para tanto, buscamos reconstituir um debate acerca da própria prática historiográfica. Entendemos que o ofício historiográfico produz um espaço que é passível de análise, que vem a ser a narrativa historiográfica. A narrativa é entendida na presente dissertação como o espaço da constituição de sentido, em que a historiografia busca produzir uma orientação para o agente racional em sociedade.

É preciso investigar quais seriam os diferentes projetos de orientação que são colocados pela cultura historiográfica. A ciência histórica precisa problematizar sua própria existência, em algumas de suas variações ou vertentes teóricas, dissociada das questões da vida prática. A racionalidade metódica, proposta em grande medida a partir do século XIX, não pode ser o fim último da produção historiográfica, é preciso que nós, historiadores, estejamos atentos à produção de um saber mais emancipador, que possa esclarecer criticamente o agir humano no tempo.

O conjunto teórico da Didática da História permitiu tomar tal perspectiva como chave analítica para uma crítica metateórica à própria prática historiográfica. A virada paradigmática alemã opera uma nova forma de se compreender o conceito de “didática”. Evidencia-se uma preocupação com a investigação acerca da aprendizagem histórica, ou qual seria a função desempenhada pelo conhecimento histórico na vida prática.

Os historiadores passaram a pensar a função que seu conhecimento produzido por convenções metódicas desempenha na sociedade. Não basta apenas se contentar com o simples *status* de detentor de uma produção mais apurada acerca do passado. É preciso estar atento às diversas agendas de pesquisa e de como o seu saber precisa ter um retorno prático, interpelando os leitores de seu conhecimento.

Entendemos que a produção historiográfica é significativamente ampla, e constantemente renova seus aportes teórico-metodológicos. Tomamos aqui como objeto da presente pesquisa um recorte da historiografia marxista brasileira de Caio Prado Júnior³⁷. A escolha de um fragmento do marxismo nacional atende ao “eu do historiador”, que enxerga no materialismo histórico-dialético um importante instrumento de compreensão e mudança da realidade brasileira.

Caio Prado se destaca como uma personalidade ímpar no cenário intelectual brasileiro no século XX. Seus textos se tornaram verdadeiros cânones interpretativos da realidade brasileira, iluminando diversas gerações de intelectuais. Se hoje é quase que inconcebível pensarmos em um suposto passado “feudal” no Brasil, no entanto, no século XX, principalmente nos quadros intelectuais da esquerda, tal percepção era efetiva. São as reflexões de Caio que ajudaram a mudar esse quadro.

A História estava no alfa e ômega do seu pensamento. É por ela e com ela que pretendia entender como chegamos até aqui e o que era possível fazer a partir disso. Se já nos afigurou evidente que Caio Prado Júnior sempre se manteve fiel ao seu partido, cabe recordar que ele nunca deixou de olhar a realidade brasileira com os próprios olhos. Entre uma teoria mal assimilada e a história, ficava com a segunda. [...] A obra de Caio Prado Júnior foi um marco na história do pensamento brasileiro. Ele fez parte daquela geração de 1930 que tentou explicar o Brasil como uma totalidade dotada de sentido (SECCO, 2008, p. 153).

Seria ele que, a partir de uma reflexão histórica mais lúcida acerca do nosso passado, iria formular que nos constituímos apenas como apêndice do mercado europeu para acumulação de riquezas. Ele desvela um retrato incômodo da nossa condição de dependentes sempre de uma condição externa. Aí estaria para ele situado o verdadeiro sentido da nossa formação histórica:

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isso. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e

³⁷ Uma nota aqui me parece interessante de ser mencionada, que é a variante de objetos que a presente pesquisa tomou no seu próprio processo de construção. Inicialmente a proposta de pesquisa aprovada no processo de seleção do mestrado era investigar a partir da narrativa de alunos do ambiente escolar compreendiam a utilidade da história para sua vida. A partir dos primeiros meses de pesquisa, direcionamos nossa investigação para o produto da prática historiográfica, e como era construído a partir de sua narrativa o processo de orientação pautado na revolução brasileira. O recorte era pautado a partir da historiografia não somente de Caio Prado Júnior, como também de Nelson Werneck Sodré, entendendo os dois como os pioneiros na cultura historiográfica brasileira a pensar o nosso passado a partir de uma possível revolução. Por fim, a partir do processo de qualificação, optou-se por tomar apenas a produção de Caio Prado como objeto de análise.

sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão sociedade e economia brasileiras (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 29).

Nossa realidade precisava ser algo mais de meramente apêndice da situação econômica europeia. Seria em busca de uma releitura de um passado incômodo brasileiro que ele apontaria uma revolução socialista (e nacionalista), como a garantia de um porvir mais independente. E enxergava nas massas (proletariado urbano e os camponeses) a única força transformadora desse sistema.

O que o torna um pensador emblemático era que seus ideais estavam sempre envoltos em uma causa. Ele adere ao Partido Comunista e permanece nele até o fim da sua vida. Sua opção pela luta ilustra o caráter político dos seus textos, em formular uma orientação para principalmente as massas no Brasil. Na sua concepção, a existência do povo brasileiro precisava ter outro sentido, outro significado. Viver deveria ser muito mais do que apenas, estar atrelado a uma sociedade que naturalizava (e ainda naturaliza) a desigualdade.

Ele era um autor comprometido com a transformação de sua realidade. As condições históricas nem sempre lhe foram favoráveis para a produção das suas reflexões, não velado às diversas perseguições que os comunistas sofreram no Brasil no século XX. Os problemas que lhe eram contemporâneos ainda são os nossos, por isso o compromisso com uma revolução brasileira.

Dessa forma, ele constrói uma nova temporalidade para nos espelhamos, colocando em um horizonte a alternativa comunista, sempre munido do conhecimento real das nossas mazelas:

[...] a história se resgata seletivamente, a partir do presente. Os desafios com os quais se defrontam os grupos e as classes sociais, em certas conjunturas, põem estas ou aquelas exigências sobre o presente e o passado, em suas determinações recíprocas. Cada presente, a partir da perspectiva deste ou daquele grupo, desta ou daquela classe, pode suscitar um modo de resgatar o passado; e imaginar o futuro (IANNI, 1989, p. 67).

Para Caio Prado Júnior, a história é algo caro que se constituía enquanto um conhecimento a ser adquirido com vistas à transformação social. Nesse sentido, a sua adesão ao marxismo significava um anseio de romper com as barreiras que condicionavam a realidade social de seu momento.

O gatilho propulsor de suas reflexões era as desigualdades que ele enxergava no seu presente. Suas carências interpretativas eram pautadas por um Brasil que era

conturbado politicamente, extremamente desigual. Ainda hoje o é. Evidencia-se assim a atualidade da escolha do pensamento histórico de Caio Prado. Ele apresenta uma orientação a ser seguida no século XX, que ainda são atuais no século XXI.

Um historiador que viajasse pelo interior do estado mais rico da federação brasileira no início do século XXI veria o recorte geométrico de propriedades rurais produtivas e vazias de gente, pontilhadas de instalações para manufatura de bens agrícolas, e, ao mesmo tempo, as favelas empilhadas de gente nas periferias das cidades próximas àquelas propriedades. Veria o presente e o passado num mesmo espaço (SECCO, 2008, p. 234).

As obras de Caio Prado Júnior se estabeleceram como um marco acerca da formação de nossa identidade histórica. Portanto, empreender um desafio de situá-las historicamente e compreender seu caráter de formação didática, bem como as funções do conhecimento histórico e os compromissos a que se destinavam, demanda, também, um desafio.

Para a grande maioria restante, contudo, e mesmo que ela não se dê sempre conta perfeita da realidade, incapaz que é de projetar em plano geral e de conjunto suas insatisfações, seus desejos e suas aspirações pessoais, o que se faz mister, para lhe dar condições satisfatórias e seguras de existência, é muito mais que aquilo. E sobretudo algo de mais profundo e que leve a vida do país por novo rumo (PRADO JÚNIOR, 2014, p. 12).

Na centralidade da reflexão caiopradiana estaria a capacidade de uma práxis transformadora acerca da condição humana. Para ele, o ser humano é “nos fatos dos quais participa, simultaneamente autor e ator, ser agente e ser pensante; e é agente na medida em que é pensante, e pensante como agente” (PRADO JÚNIOR, 2014, p. 14). Transformar a realidade, como autor e protagonista para ele se assentaria sempre a partir da própria função pragmática do conhecimento acerca da sua historicidade.

O compromisso social a que se dedicou Caio Prado nos remete a pensar os nossos próprios desafios, colocados sob o prisma da elaboração da pesquisa e a uma tomada de posições frente às lutas contemporâneas. Assim como Caio Prado teve fôlego para pensar a radicalidade da mudança, é preciso olhar como se deu o quadro organizativo de seu pensamento histórico e pensar os desafios da nossa própria realidade.

Ainda que desapontado com as direções que o Brasil ia tomando no século XX, após o golpe militar, não desistiu jamais de proclamar seus ideais. Um exemplo é a reflexão produzida acerca da nossa revolução, em 1966.

O Brasil, que se acreditava em marcha para o desenvolvimento social, estancou em 1964. Os nacionalistas de outrora cometeram o generoso erro de crer que o país precisava superar a barbárie herdada do passado, quando, na verdade, ela estava no futuro como um projeto inconsciente. O Brasil não passou da barbárie à decadência sem conhecer a civilização; ao contrário, passou das várias civilizações (preexistentes à “descoberta”) para a barbárie do capitalismo periférico. O subdesenvolvimento não era um óbice ao pleno desenvolvimento do capitalismo, mas sua condição. Não podia ser superado, mas realizado em todas suas potencialidades. Não era um ponto de partida, mas de chegada (SECCO, 2008, p. 230).

O leitor que nos acompanhou até aqui percebeu uma série de trechos citados antes do início de cada capítulo, para reflexão. Pois bem, ainda que a escolha se dê justamente por uma relação que antecede cada capítulo, tais trechos possuem um fio condutor para a própria reflexão central da presente dissertação.

Começando a discussão acerca da formulação de Jörn Rüsen, intelectual significativamente importante para toda a dissertação. Para ele, a autorreflexão é um fator vital acerca de toda e qualquer prática que se supõe a ser científica. O historiador precisa olhar para o quadro de produções da sua própria ciência e enxergar nela um fio condutor que possa trazer luz às questões do seu presente.

Do próprio caráter reflexivo que tomamos diante da nossa produção, alinhamo-nos aos questionamentos de Michel de Certeau, ao interrogar qual a relação que mantemos com a “morte” através do nosso próprio processo de profissionalização. O historiador precisa estar ciente de que sua escrita produz efeitos na sociedade, e que esses efeitos precisam ser questionados e orientados para um futuro mais intercultural e humanista.

Ao colocar em evidência a assertiva de Johan Gustav Droysen, no capítulo dois, enfatizamos que a “arte do historiador” é incumbida de orientar a ação humana no tempo. Evidencia-se também que o pensamento histórico pode ser performativo e transformador, direcionando a ação humana a um caminho a ser tomado acerca da sua própria condição histórica no presente. Deve a historiografia assumir, dessa forma, um potencial esclarecedor e emancipador frente às lutas contemporâneas.

Já no terceiro capítulo, evocamos uma clássica formulação de Walter Benjamin, em suas teses a respeito da História, ao afirmar que o historiador possui um “dom”. Esse “dom” estaria expresso em sua própria prática, em poder despertar esperança na mentalidade das diferentes gerações. Para ele, as gerações passadas não estariam em segurança enquanto o inimigo não parasse de vencer.

Há que se destacar novamente a centralidade do historiador Caio Prado, que vislumbrou na História uma possibilidade de acerto de contas com o nosso passado.

Segundo esse autor, a História não devia ser “contos da carochinha”, e sim um instrumento de compreensão da realidade brasileira como também de transformação.

Assim como Caio Prado Júnior, também partilhamos da interpretação de que há uma revolução a ser feita no Brasil. As contradições levadas a cabo pelo sistema capitalista colocam na agenda do dia uma luta a ser tomada. Colocamo-nos diante da problemática proferida por István Mészáros: “socialismo ou barbárie?”. A barbárie está aí instaurada, precisamos trilhar outro caminho.

Diante de tal panorama, coloca-se a atualidade de uma revolução brasileira a ser seguida. Assim como Caio Prado coloca no início da sua reflexão acerca do caráter o a definição do caminho de uma revolução a ser construída, é emblemático rotular nossa revolução. Certo é que não podemos mais naturalizar os processos de desigualdade e violência que são destinados aos diversos grupos marginalizados da sociedade.

O sistema capitalista não cansa de esgotar suas potencialidades de humanização. Precisamos encontrar em suas contradições o estopim necessário para a superação da condição em que ora nos encontramos.

Efetivamente, as contradições fundamentais em que a sociedade capitalista se debate em nossa época chegaram a tal agravamento que os homens apenas podem resolvê-las e assegurar, assim, um porvir verdadeiramente humano atuando em um sentido criador, isto é, revolucionário. Hoje, mais do que nunca, os homens precisam esclarecer teoricamente sua prática social e regular conscientemente suas ações como sujeitos da história. E para que essas ações se revistam de um caráter criador, necessitam também – hoje mais do que nunca – de uma elevada consciência das possibilidades objetivas e subjetivas do homem como ser prático, ou seja, uma verdadeira consciência da práxis (VÁZQUEZ, 2011, p. 60).

Diante de tais apontamentos, enfatizamos a epígrafe inicial da dissertação, resgatando o que Bertold Brecht definiu, que, em tempos extremos, nada deve ser naturalizado ou impossível de ser mudado. Gostaríamos de lançar a indagação de até quando iremos suportar as condições que pesam em nossos ombros? Até quando iremos naturalizar a desigualdade e as demais violências sofridas em grande medida apenas por uma parcela da sociedade? É preciso que o historiador assuma compromissos frente à realidade e tenha a responsabilidade de despertar orientações e caminhos a serem seguidos.

Para finalizar, gostaríamos de sublinhar que esta reflexão é apenas uma forma de olhar para a prática historiográfica e para o estatuto do produto do nosso ofício: a narrativa historiográfica. As discussões não se esgotam aqui e certamente virão outras teses e dissertações com outros objetos que pensem a historiografia a partir da sua construção didática. Assim como Jörn Rüsen aponta que a História precisa ser viva, partilhamos da

ideia de que o marxismo é também, com efeito, uma teoria viva, capaz de modificar a realidade. Aproximando tais concepções, enxergamos que a opção comunista se coloca necessariamente atual de ser historicizada e incorporada nas lutas cotidianas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. **Fronteiras**. Dourados, v. 10, n. 17, p.55-67, jan./jun./2008.

ALVES, Ronaldo Cardoso. História e Vida: encontro epistemológico entre Didática da História e Educação Histórica. **História & Ensino**, Londrina, v. 19, n. 1, p. 49-69, jan./jun. 2013.

ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo, SP: Martin Claret, 2007.

BARROS, José D'Assunção. **História, Espaço, Geografia: diálogos interdisciplinares**. Petrópolis: Rio de Janeiro, 2017.

_____. História, Espaço e Tempo: interações necessárias. **VARIA HISTÓRIA**, Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: p. 460-476, Jul/Dez 2006.

BARROS, José D'Assunção. Historicismo: notas sobre um paradigma. **Antíteses**, v. 5, n.9, p. 391-419, jan/jul 2012.

_____. **Teoria da História III: Os paradigmas revolucionários**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

_____. **Teoria da História IV: Acordes historiográficos – Uma nova proposta para a Teoria da História**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BENTIVOGLIO, Julio; LOPES, Marcos Antônio. **A constituição da História como ciência: de Ranke a Braudel**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BERGMANN; Klaus. A História na Reflexão Didática. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 9 nº 19, p. 29-42, 1990.

BODEI, Remo. **A história tem um sentido?** Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As Escolas Históricas**. 2. ed. Mem Martins (Portugal): Publicações Europa-América, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

CARDOSO, Oldimar. Para uma definição de didática da história. **Revista Brasileira de História**, v. 28, n. 55, p. 153-170, 2008.

CANDIDO, Antônio. O significado de “Raízes do Brasil”. *In*: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1995. p. 9-21.

CERRI, Luis Fernando. Os Conceitos de consciência histórica e os desafios da didática da história. **Revista de História Regional**, v. 6, n. 2, p. 93-112, 2001.

_____. Didática da história: uma leitura teórica sobre a história na prática. *Revista de História Regional*, v. 15, n. 2, p. 264-278, 2010.

_____. O historiador na reflexão didática. *História & Ensino*, Londrina, v. 19, n. 1, p. 27 – 47, jan/jun. 2013.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 3. ed. Rio de Janeiro, Forense: 2017.

_____. **A invenção do cotidiano: 1 Artes de fazer**. 3.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

COUTINHO, Carlos Nelson. Uma Via não Clássica para o Capitalismo. *In: D'INCAO, Maria Angela. História e Ideal: Ensaios sobre Caio Prado Jr.* São Paulo: UNESP, Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

CURTIS, Regina. A Revolução Brasileira: um diálogo entre Nelson Werneck Sodré, Celso Furtado e Caio Prado Júnior. *Textura*. nº 11, p. 65-72, 2005.

DOSSE, François. História e Historiadores no século XIX. *In: MALERBA, Jurandir (Org.). Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

GORENDER, Jacob. Do pecado original ao desastre de 1964. *In: D'INCAO, Maria Angela. História e Ideal: Ensaios sobre Caio Prado Jr.* São Paulo: UNESP, Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, 1989. p. 259-269.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.v.2.

HADDOCK, Bruce Anthony. **Uma introdução ao pensamento histórico**. Lisboa: Gradiva, 1989.

IANNI, Octávio. A Dialética da História. *In: D'INCAO, Maria Angela. História e Ideal: Ensaios sobre Caio Prado Jr.* São Paulo: UNESP, Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, 1989. p. 63-78.

KONDER, Leandro. A façanha de uma estreia. *In: D'INCAO, Maria Angela. História e Ideal: Ensaios sobre Caio Prado Jr.* São Paulo: UNESP, Brasiliense, Secretaria de Estado da Cultura, 1989. p. 133-140.

_____. **História das Ideias Socialistas no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

_____. **Intelectuais Brasileiros e Marxismo**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed PUC-Rio, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace* . 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

LEMOS, Alexandra Piana. A Formação Histórica Brasileira: Perspectivas Marxistas. **Aedos**. p. 52-72, 2009.

MALERBA, Jurandir. Teoria e história da historiografia. *In: _____* (Org.). **A história escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006. p.11-26.

MALERBA, Jurandir (Org.). **Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

_____. O que narram os historiadores? Para uma genealogia da questão narrativa em história. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 33, p. 399-418, jul./dez. 2016.

MARTINS, Estevão de Rezende. O renascimento da História como Ciência. *In: _____*. **A História Pensada: teoria e método na historiografia europeia do Século XIX**. São Paulo: Contexto, 2015.

_____. **Teoria e Filosofia da História – Contribuições para o ensino de História**. Curitiba: W&A Editores, 2017.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2010

_____. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MASSUIA, Rafael da Rocha. **Marxismo e literatura: a recepção do pensamento de György Lukács em Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

MENDES, Claudinei Magno Magre. A Questão do Feudalismo no Brasil. **Notandum**. CEMOrOC-Feusp / IJI-Universidade do Porto. n° 32, 2013.

NETTO, José Paulo. **O que é Stalinismo**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PERICÁS, Luiz Bernardo; WIDER, Maria Célia. Caio Prado Júnior. *In: PERICÁS, Luiz Bernardo; SECCO, Lincoln Ferreira (orgs)*. **Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 193-214.

PERICÁS, Luiz Bernardo. **Caio Prado Júnior: uma biografia política**. São Paulo: Boitempo, 2016.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A revolução brasileira: A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. **Evolução Política do Brasil e Outros Estudos**. São Paulo: Brasiliense, 1972.

_____. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PRESTES, Anita Leocadia. A Revolução Russa e a fundação do Partido Comunista no Brasil. *In:* JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim. **1917: o ano que abalou o mundo.** São Paulo: Boitempo, p. 137-149, 2017.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

RANKE, Leopold von. Sobre o caráter da ciência histórica. *In:* MALERBA, Jurandir (Org.). **Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p. 141-154.

REIS, José Carlos. **A História entre a filosofia e a ciência.** Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC.** 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

RÜSEN, Jörn. **Aprendizagem histórica: fundamentos e paradigmas.** Curitiba: W. A. Editores, 2012.

_____. A História Entre a Modernidade e a Pós-modernidade. **História: Questões e debates,** Curitiba, v. 14, n. 26/27, p. 80-101, jan./dez. 1997.

_____. Conscientização histórica frente a pós-modernidade: a História na era da “nova intransparência”. **História: Questões e debates,** Curitiba, v. 10, n. 18-19: 303-328, jun/dez 1989.

_____. Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. **Práxis Educativa,** Ponta Grossa – PR. v.1, n.2, 2006.

_____. **História viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010a.

_____. Narração Histórica: fundações, tipos, razão. *In:* MALERBA, Jurandir. (Org). **História & Narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

_____. **Teoria da História: uma teoria da história como ciência.** Curitiba: Editora UFPR, 2015.

_____. **Razão Histórica: teoria da História: fundamentos da ciência histórica.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010b.

_____. **Reconstrução do passado: os princípios da pesquisa histórica.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010c.

SÁ, Vera Borges de. A formação do Brasil Contemporâneo por Caio Prado Júnior: contexto, epistemologia e hermenêutica de um clássico da historiografia brasileira. **Revista Symposium.** Vol. 2, nº 2. p 19-34, 1998.

SADDI, Rafael. Didática da história como sub-disciplina da ciência histórica. **História & Ensino**, Londrina, v. 16, n. 1, p. 61-80, 2010.

_____. Didática da história na Alemanha e no Brasil: considerações sobre o ambiente de surgimento da *neu geschichtsdidaktik* na Alemanha e os desafios da nova Didática da história no Brasil. **OPIS**, Catalão-GO, v. 14, n. 2, p. 133-147 - jul./dez. 2014.

_____. O parafuso da didática da história: o objeto de pesquisa e o campo de investigação de uma didática da história ampliada. **Acta Scientiarum. Education**. Maringá, v. 34, n. 2, p. 211-220, July-Dec., 2012

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. A educação histórica e o ensino da história difícil. In: GERMINARI, Geysa D.; GUILLIES, Ana M. R. **Ensino de história e debates contemporâneos**. Guarapuava: UNICENTRO, 2017a.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Jörn Rüsen e sua contribuição para a didática da História. **Intelligere, Revista de História Intelectual**, v. 3, nº 2, p. 60-76, out.2017b.

SECCO, Lincoln. **Caio Prado Júnior: o sentido da revolução**. São Paulo: Boitempo, 2008.

SEGATTO, José Antonio. A Revolução Brasileira. In: CUNHA, Paulo Ribeiro da; CABRAL, Fátima. **Nelson Werneck Sodré entre o sabre e a pena**. São Paulo: UNESP, 2006. p. 271-278.

_____. **Breve História do PCB**. 2. ed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

URBAN, A. C. **Didática da história: percursos de um código disciplinar no Brasil e na Espanha**. 2009. 246 p. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

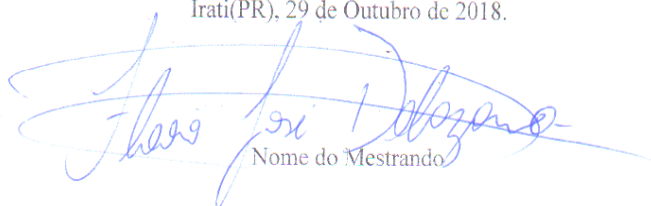
VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da Práxis**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

VILLABOY, Sergio Guerra. Os fundadores da historiografia Marxista na América Latina. In: MALERBA, Jurandir; ROJAS, Carlos Aguirre. **Historiografia contemporânea e perspectiva crítica**. Bauru, SP: EDUSC, 2007. p. 319-353.

WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso: Ensaio sobre a Crítica da Cultura**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2014.

- Autorizo a divulgação integral deste trabalho no banco de dados do PPGH/UNICENTRO.
- Autorizo apenas a divulgação do resumo e do *abstract* no banco de dados do PPGH/UNICENTRO.

Irati(PR), 29 de Outubro de 2018.


Nome do Mestrando